

SÉRGIO AUGUSTO DE AVELLAR COUTINHO

A REVOLUÇÃO Gramscista NO OCIDENTE

A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os
Cadernos do Cárcere

OMBRO A OMBRO
2002

ÍNDICE EXPANDIDO (Alexander Gieg)

=====

NOTA INTRODUTÓRIA (Alexander Gieg)	01
OBSERVAÇÕES INICIAS (Alexander Gieg)	02
CAPA	03
LOMBADA	03
CONTRA-CAPA	03
PÁGINAS INICIAIS	03
Página 1	03
Página 3	04
Página 4	04
DEDICATÓRIA	05
UMA PEQUENA FÁBULA	05
APRESENTAÇÃO	06
ÍNDICE SINÓPTICO	07
PRÓLOGO - ANTÔNIO GRAMSCI E O GRAMSCISMO	08
O GRAMSCISMO	10
I. SUPERAÇÃO-CONSERVAÇÃO DO MARXISMO- LENINISMO	10
1. Sociedade Civil e Hegemonia	11
2. Partido e Estado	14
3. Internacionalismo e Nacionalismo	15
4. Luta de Classes e Reformismo	16
5. Liberdade e Democracia	17
6. À Guisa de Conclusão	18
II. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE GRAMSCI	19
1. Guerra de Movimento e Guerra de Posição	19
2. Conceito Estratégico de Gramsci	20
3. À Guisa de Conclusão	23
TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO	23
III. FASE ECONÔMICO-CORPORATIVA	23
1. A Organização do Partido	24
2. Defesa da Democracia	25
IV. LUTA PELA HEGEMONIA	27
1. O Partido e os Intelectuais Orgânicos	28
2. Organização das Classes Subalternas	30
3. Reforma Intelectual e Moral da Sociedade	31
a) Superação do Senso Comum	31
b) A Conscientização Político-Ideológica	32
c) Formação do Consenso	33
4. Neutralização do Aparelho Hegemônico e de Coerção do Grupo Dominante ...	34
5. Ampliação do Estado	35
6. À Guisa de Conclusão	36
V. FASE ESTATAL	37
1. O Moderno Príncipe	38
2. A Crise Orgânica	39
a) Crises Político-Sociais	40
b) Crises de Hegemonia ou de Autoridade	40
c) Crise Institucional ou Crise Orgânica	41
3. A Tomada do Poder	42
a) A Relação de Forças	42
b) Modelos Históricos de Tomada do Poder	43
1) Levante Armado	44
2) Guerra Civil Revolucionária	44
3) Guerrilha Foquista	44

4) A Via Parlamentar	44
5) Via Pacífica para o Socialismo ou "Etapismo"	45
6) Rebelião Popular	45
c) Braço Armado do Partido	46
4. Fundação do Novo Estado	47
a) Estado-Classe e o Estado Ético	48
b) Imposição da Nova Ordem	49
5. Transformações para o Socialismo	49
a) As Transformações da Estrutura Econômica	50
b) As Transformações da Sociedade Civil e do Indivíduo	50
1) Unidade do grupo social dominante	51
2) Reforma intelectual e moral dos indivíduos	51
3) A vontade coletiva nacional-popular	52
c) As Transformações no Sistema Político	52
6. À Guisa de Conclusão	53
EPÍLOGO - A UTOPIA	54
1. A Sociedade Comunista	55
a) Sociedade Comunista Marxista	55
b) Visão Gramsciana da Sociedade Comunista	56
c) O Desaparecimento do Estado	57
2. A Passagem para o Comunismo	57
a) Bloco Histórico Concreto	58
b) A Catarse	58
3. À Guisa de Conclusão	58
POST SCRIPTUM - O GRAMSCISMO NO BRASIL	59
a) Partido Comunista Brasileiro e Gramsci	60
b) A Constituinte e a República Socialista	61
c) Partido Comunista Brasileiro e o Gramscismo	62
d) As Esquerdas Brasileiras e o Gramscismo	63
1) Partido Comunista do Brasil	64
2) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	64
3) Partido Comunista Brasileiro (o novo)	64
4) Partido Popular Socialista	64
5) Partido Socialista Brasileiro	64
6) Partido dos Trabalhadores	65
7) Partido Democrático Trabalhista	65
8) Partido da Social Democracia Brasileira	65
e) Brasil e a Revolução no Ocidente	66
f) Superação do Senso Comum	67
g) Neutralização das "Trincheiras" da Burguesia	69
h) "Estado Ampliado"	72
i) Finalizando	73
BIBLIOGRAFIA	74
NOTAS DO AUTOR (SÉRGIO AUGUSTO DE AVELLAR COUTINHO)	74
NOTAS DE ALEXANDER GIEG	76
NOTAS DE EDWARD WOLFF	89
NOTAS DE FÁBIO LINS	89
NOTAS DE JOAQUIM NETO	89
NOTAS DE NIVALDO CORDEIRO	90
NOTAS DE THOMAS KORONTAI	90
NOTAS DE REFERÊNCIAS	90
Complemento: "OUTRA VEZ A 'VIA PACÍFICA'?"	93

NOTA INTRODUTÓRIA (Alexander Gieg)

=====
Caríssimos,

Finalmente recebi de volta minha cópia do "A Revolução Gramscista no Ocidente - A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em Os Cadernos do Cárcere", de Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, ed. Ombro a Ombro, que havia emprestado a conhecidos.

O livro explica passo a passo a estratégia revolucionária de adulteração cultural projetada por Gramsci, fundador do Partido Comunista Italiano, e para cada novo conceito introduzido remete às páginas exatas onde estes podem ser encontrados na obra "Os Cadernos do Cárcere", de Antônio Gramsci, trad. Carlos Nelson Coutinho, ed. Civilização Brasileira (se não me engano, 4 volumes).

A partir de agora, sempre que me sobrar um tempinho vou copiar um trecho do livro e enviar para a lista. Isso é violação de direitos autorais? Sim, mas tenho convicção de que o assunto é por demais importante para me preocupar com esses detalhes. Se alguém quiser me processar, sugiro que faça isso *depois* que o risco de entrarmos numa ditadura do proletariado tiver acabado.

Por outro lado, é uma leitura difícil? Sim, e por isso os interessados terão que prestar muita atenção. Quem acha que não consegue, melhor nem tentar.

Enfim: quem não conhece, vai conhecer, e tremer. E quem já conhece, vai finalmente entender, e também tremer. Qualquer que seja o caso, preparem-se para ter medo, muito medo...

[]'s Alexander Gieg (13/Set/2002)

OBSERVAÇÕES INICIAS (Alexander Gieg)

=====
Antes de mais nada, gostaria de lembrar que o livro "A Revolução Gramscista no Ocidente: A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere", de Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, Rio de Janeiro: Estandarte Editora E.C. Ltda., 2002, 128p., pode ser adquirido com a editora a R\$19,00, o que sugiro seja feito por quantos estejam considerando o texto útil. Fone: (21) 2232-0375. Fax: (21) 2224-1028. E-mail: ombro@ombro.com.br

Informo também que inseri várias notas de rodapé de minha autoria. Estas aparecem ao longo do texto como "(Ax)", onde "A" é a letra A maiúscula mesmo (inicial do meu nome), e "x" é o número da nota, por exemplo, (A1), (A20) etc. No mesmo formato inseri também notas contendo comentários feitos por meus colegas de listas de discussão. Assim:

(Ax) - Alexander Gieg
(Ex) - Edward Wolff
(Fx) - Fábio Lins
(Jx) - Joaquim Neto
(Nx) - Nivaldo Cordeiro
(Tx) - Thomas Korontai

As demais notas, indicadas por letras minúsculas entre parênteses: (a), (f), (i) etc., são do próprio autor. Todas as notas aparecem ao final do texto em blocos separados independentes para cada autor.

Por fim, ao final do documento a cópia de um artigo do autor originalmente publicado no jornal "Ombro a Ombro" de outubro de 2002 e reproduzido no jornal eletrônico "Mídia Sem Máscara" Ano 1, n.º 4, de 16 de outubro de 2002, de onde o capturei em 17 de novembro de 2002. O artigo apresenta maiores detalhes sobre o modelo etapista de tomada do poder, e analisa sua aplicação ao Brasil contemporâneo.

Alexander Gieg (17/Nov/2002, atualizado em 19/Jan/2003)

CAPA
=====

Sérgio Augusto de Avellar Coutinho

A REVOLUÇÃO Gramscista NO OCIDENTE

A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere

OMBRO A OMBRO
2002

LOMBADA
=====

Sergio de A. Coutinho
A REVOLUÇÃO Gramscista NO OCIDENTE OMBRO A OMBRO

CONTRA-CAPA
=====

O grande valor da obra reside no seu ineditismo, pois é o primeiro livro publicado no Brasil que descreve o processo revolucionário concebido pelo italiano Gramsci, para realizar a transição para o socialismo e a tomada do poder, baseadas em os Cadernos do Cárcere.

ISBN 85-85965-04-5
[Código de barras] 9 788585 965044

PÁGINAS INICIAIS
=====

Página 1

OFEREÇA OU INDIQUE ESTA OBRA A UM AMIGO

Para adquirir este livro, envie um cheque nominal cruzado, no valor de R\$19,00, em favor de Estandarte E ditora E.C.Ltda, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 20211-350. Com seus dados pessoais.

E-mail: ombro@ombro.com.br
Tel (21) 2232-0375 ou Fax
(21) 2224-1028

A REVOLUÇÃO Gramscista NO OCIDENTE

Página 3

Sérgio Augusto de Avellar Coutinho

A REVOLUÇÃO Gramscista NO OCIDENTE

A Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere

OMBRO A OMBRO

2002

Página 4

Copyright (c) 2002 by Sergio Augusto de Avellar Coutinho

Capa:

Heloísa Coutinho / Jorge Gallindo Gomes

Digitação:

Simone Paes Leme

Editoração eletrônica:

Jorge Gallindo Gomes

C871r

Coutinho, Sergio Augusto de Avellar, 1932 - A revolução gramscista no ocidente: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em os Cadernos do Cárcere / Sergio Augusto de Avellar Coutinho, Rio de Janeiro: Estandarte Editora E.C. Ltda, 2002 . 128 p .

Inclui notas

Bibliografia

ISBN 85-85965-04-5

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937.

2. Ciência política.

3. Comunismo.

4. Comunismo - Brasil. I.

Título

CDD 320

CDU 32

Estandarte Editora e Empreendimentos Culturais Ltda

Praça da República, 13 / Sala 515

20211-350 / Rio de Janeiro, RJ

Tel (21) 2232-0375, Fax (21) 2224-1028

E-mail: ombro@ombro.com.br

- Pedidos diretos ao editor -

DEDICATÓRIA

=====

Aos intelectuais tradicionais,

JOSÉ SALDANHA FÁBREGA LOUREIRO, que me apresentou Antônio Gramsci e que me iniciou em seu pensamento político;

PAULO CÉSAR DE CASTRO, que me instigou com uma referência à importância da obra de Gramsci;

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO, que me encorajou intelectual e materialmente a escrever este trabalho,

como homenagem a leais camaradas.

O Autor

UMA PEQUENA FÁBULA

=====

Certo dia, um grande incêndio irrompeu na floresta e o fogo se alastrou com rapidez.

A bicharada, apavorada e em desabalada carreira, fugia das chamas, em busca de um refúgio.

O sabiá, porém, desesperado pela iminência da destruição do seu ninho, voava repetidas vezes até o rio onde enchia o bico de água e retornava para deixar cair as poucas gotas sobre as labaredas, com risco de se chamuscar.

O macaco, vendo aquele esforço em vão, perguntou ao sabiá com uma certa ironia:

- Sabiá, você acha que assim vai apagar o incêndio?

E o sabiá respondeu:

- Realmente não sei, mas estou certo de estar fazendo a minha parte.

O autor desta pequena fábula me ficou desconhecido; não consegui identificá-lo. A história, a ouvi citada na televisão.

APRESENTAÇÃO

=====

Muito nos apraz em participar da faina que traz à lume a presente obra, de transcendental importância para entendimento do que se passa na atual quadro da vida política nacional.

O autor, Sergio Augusto de Avellar Coutinho, é dono de belo curriculum vitae forjado na constância das lides castrenses, em que pontifica a sensibilidade crítica e a capacidade de análise dos fatos que emolduram a História do Mundo e do Brasil.

Analisa, de forma serena e imparcial, com objetividade e calcado na melhor didática, o pensamento de Antônio Gramsci. Desvenda a estratégia desse inteligente e grande pensador que, na qualidade de membro do Comitê Central do Partido Comunista Italiano, já na década de 1920, mal consolidada a vitoriosa Revolução Comunista de 1917, na Rússia, apontava as falhas em que incidiram Lenine e seus camaradas. Ao mesmo tempo, Antônio Gramsci mostrava as correções dos rumos a serem adotadas para a implantação do Comunismo nas sociedades do tipo "Ocidental".

As idéias de Gramsci, embora seguidas por poucos, na verdade mergulharam num sono letárgico por décadas, até a queda do Muro de Berlim, em 1989, que marcou o fim do império soviético, vale dizer a Meca do Comunismo marxista-leninista.

O esfacelamento da União Soviética despertou nos neomarxistas as lembranças das lições de Gramsci, motivando-os a colocarem-nas em marcha. E isso está ocorrendo, com incrível velocidade, sem que as elites brasileiras e a própria Nação como um todo, à exceção dos gramscistas, estejam percebendo.

O grande valor da obra reside no seu ineditismo, pois é o primeiro livro publicado no Brasil que descreve o processo revolucionário concebido pelo italiano Gramsci, para realizar a transição para o socialismo e a tomada do poder, baseadas nos Cadernos do Cárcere.

Além de inédito é oportuno porque desmistifica o senso comum modificado de que o comunismo acabou, uma falácia dos que movem as engrenagens de uma *revolução surda em curso*, no Brasil e alhures.

É isso que nos revela a presente obra.

Pedro Schirmer
Editor

ÍNDICE SINÓPTICO

=====

[A numeração se refere à paginação da versão impressa. - Alexander Gieg]

PRÓLOGO - ANTÔNIO GRAMSCI E O GRAMSCISMO	13
O GRAMSCISMO	
I. SUPERAÇÃO-CONSERVAÇÃO DO MARXISMO-LENINISMO	19
1. Sociedade Civil e Hegemonia	20
2. Partido e Estado	25
3. Internacionalismo e Nacionalismo	26
4. Luta de Classes e Reformismo	28
5. Liberdade e Democracia	29
6. À Guisa de Conclusão	32
II. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE GRAMSCI	33
1. Guerra de Movimento e Guerra de oposição	33
2. Conceito Estratégico de Gramsci	34
3. À Guisa de Conclusão	38
TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO	
III. FASE ECONÔMICO-CORPORATIVA	39
1. Organização do Partido	40
2. Defesa da Democracia	42
IV. LUTA PELA HEGEMONIA	45
1. O Partido e os Intelectuais Orgânicos	47
2. Organização das Classes Subalternas	50
3. Reforma Intelectual e Moral da Sociedade	52
4. Neutralização do Aparelho Hegemônico e de Coerção do Grupo Dominante ..	57
5. Ampliação do Estado	59
6. À Guisa de Conclusão	60
V. FASE ESTATAL	63
1. O Moderno Príncipe	65
2. A Crise Orgânica	66
3. Tomada do Poder	71
4. Fundação do Novo Estado	80
5. Transformações para o Socialismo	83
6. À Guisa de Conclusão	89
EPÍLOGO - A UTOPIA	93
1. A Sociedade Comunista	94
2. A Passagem para o Comunismo	97
3. À Guisa de Conclusão	99
POST SCRIPTUM - O GRAMSCISMO NO BRASIL	101
1. O Partido Comunista Brasileiro e Gramsci	101
2. A Constituinte e a República Socialista	104
3. O Partido Comunista Brasileiro e o Gramscismo	105
4. As Esquerdas Brasileiras e o Gramscismo	107
5. O Brasil e a Revolução no Ocidente	113
6. Superação do Senso Comum	115
7. Neutralização das Trincheiras da Burguesia	119
8. O Estado Ampliado	122
9. Finalizando	124

PRÓLOGO - ANTÔNIO GRAMSCI E O GRAMSCISMO (a)

Antônio Gramsci (1891-1937), marxista e intelectual italiano, foi na sua mocidade socialista revolucionário e membro do Partido Socialista Italiano, no seio do qual fez sua iniciação ideológica. Ingressando no movimento, desde cedo demonstrou especial vocação para a militância intelectual.

Fez-se imediato simpatizante da revolução bolchevista de 1917. Em dezembro de 1920 participou do congresso que constituiu a fração comunista do Partido Socialista Italiano e já em janeiro de 1921, os delegados dessa facção decidiram fundar o Partido Comunista Italiano, Seção Italiana da Internacional Comunista (III Internacional). Gramsci, um dos fundadores, vem a fazer parte do Comitê Central do recém criado partido.

Em outubro de 1922, os fascistas chegam ao poder, Mussolini é nomeado Chefe do Gabinete; consequência da "Marcha sobre Roma" e o PCI entra na ilegalidade, ocorrendo a prisão de vários dirigentes do partido; Gramsci se encontrava então em Moscou, escapando de ser detido.

Nos anos de 1923 a 1926, apesar das condições adversas na Itália, Gramsci desenvolveu intensa atividade política no país e na Europa até quando, em novembro de 1926, os fascistas endureceram o regime a pretexto de um alegado atentado contra a vida de Mussolini. Na execução de "Medidas Excepcionais", Gramsci é preso e processado, do que resultou sua condenação a mais de 20 anos de reclusão pelo Tribunal Especial para a Defesa do Estado (Junho de 1928).

Apesar do rigor da Casa Penal de Turi, para onde finalmente fora mandado para cumprimento de pena, o prisioneiro veio a conseguir cela individual (tendo em vista a sua frágil saúde) e recebeu permissão para escrever e fazer leitura regularmente.

A partir dos primeiros meses de 1929, Gramsci começa a redigir suas primeiras notas e apontamentos que vieram a encher, no transcorrer de seis anos, trinta e três cadernos do tipo escolar. Escreveu até 1935, enquanto sua saúde o permitiu.

Não se tratava de um diário, mas de anotações que abrangiam os mais variados assuntos: exercícios de tradução, Filosofia, Sociologia, Política, Pedagogia, Geopolítica, crítica literária e comentários de diversos temas. O trabalho não segue um esquema prévio, ao contrário, os temas são apresentados fragmentariamente e sem seqüência lógica, algumas vezes reescritos ou retomados de forma melhorada e ampliada. Apesar da diversidade das notas, Gramsci guarda grande coerência e manifesta certeza já amadurecida nos seus pontos de vista e conceitos.

O tema mais importante, aliás conteúdo central da matéria dos "Cadernos do Cárcere", é o pensamento político do autor que traz contribuições inéditas e atualizadas ao marxismo e uma concepção pertinente da estratégia de tomada do poder ("transição para o socialismo"). Uma concepção melhor aplicável às sociedades "ocidentais" (países capitalistas, liberal-democratas adiantados) do que a estratégia marxista-leninista vitoriosa na revolução bolchevista da Rússia, país de sociedade do tipo "oriental", com inexpressiva "sociedade civil". Na época, a Revolução Russa se tornara o modelo clássico, dogmático, para a Internacional Comunista.

Esta concepção e estratégia desenvolvidas essencialmente nos Cadernos é o que podemos chamar *Gramscismo* ou, mais abrangentemente, *Marxismo-Gramscismo*. (b)

A redação dos cadernos foi interrompida em 1935, quando o precário estado de saúde de Gramsci se agravou, do que resultou a sua transferência para clínicas médicas onde pôde tratar-se em liberdade condicional. Em abril de 1937, já em fase final de vida, lhe é concedida a plena liberdade, recurso de que se vale o regime fascista para que o líder comunista não viesse a morrer na prisão, tornando-se um mártir. Dois dias depois, efetivamente, morre Antônio Gramsci, deixando uma inestimável herança político-cultural para o movimento comunista internacional,

contida nos seus "Cadernos do Cárcere".

Cumprindo a vontade de Gramsci, Tatiana Schucht, sua cunhada e destinatária de sua correspondência no período de prisão, remeteu os Cadernos para Moscou, onde chegaram às mãos de Palmiro Togliati, líder comunista italiano e camarado do autor.

O dirigente italiano examinou detalhadamente o material gramsciano e identificou originalidades discordantes do marxismo-leninismo (e do próprio marxismo), na época assumido como dogma da Internacional Comunista soviética. Mesmo assim, ficaram reconhecidos o seu valor teórico e a conveniência de sua publicação. Mas somente após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Togliati pôde retomar o projeto de publicação dos textos de Gramsci. Deu a eles uma organização temática. Foram finalmente publicados em seis volumes, saídos em seqüência entre 1948 e 1950 ("edição temática" de Togliati), colocando o pensamento de Gramsci à disposição da intelectualidade mundial.

Em 1962, uma nova edição foi projetada pelo Instituto Gramsci, cuja preparação foi dada a Valentino Garratama. Em 1975, o trabalho estava pronto, sendo publicado em quatro volumes. Agora, os trechos foram organizados em sucessão cronológica ("edição crítica" de Garratama).

No Brasil, as primeiras iniciativas para a publicação de uma tradução dos Cadernos do Cárcere têm início em 1962, mas só em 1966 e 1968, foram publicados quatro volumes dos seis da edição temática italiana. Reeditados no final da década de 1970, foi essa publicação que introduziu Gramsci à intelectualidade do país, "uma contribuição muito importante para a formação de um novo espírito revolucionário da esquerda brasileira". (c)

Gramsci redigiu seus cadernos, desenvolvendo os assuntos à medida que vinham à consideração, o que explica a forma fragmentária e sem ordenação dos temas. Frequentemente, tratava certos aspectos sob aparente forma teórica, generalizando comentários e opiniões que, efetivamente se referiam a conceitos específicos que queria fazer didáticos e doutrinários.

Além disto, o autor usou largamente expressões "criptográficas", ambigüidades, eufemismos e metáforas que tornam, muitas vezes, difícil a tarefa de entendê-lo. Foi um recurso que usou para se furtar à censura carcerária, mas também um deliberado estilo "hermético" que apenas insinua o real significado do pensamento, tornando-se enigmático para o leitor leigo e para o sensor adverso; intencionais contra-inteligência e desinformação. Só os iniciados e os guiados pelos entendidos conseguem perceber todo o alcance e profundidade do pensamento do autor e o real sentido e entendimento das suas teses ideológicas. Aliás, os textos de Gramsci não se destinam aos leigos mas a ele mesmo como exercício solitário e à elite intelectual orgânica (A1) como lição política.

Por outro lado, os comentadores e intérpretes da obra gramsciana geralmente se restringem à discussão de seus fundamentos e conceitos político-ideológicos, isto é, das suas "categorias" -- sociedade civil, hegemonia, consenso, aparelhos voluntários, estado ético, homem coletivo, vontade coletiva, sociedade regulada etc. Esses autores não vão além desse conteúdo conceitual, embora enriquecendo-o com uma linguagem mais atualizada e mais atraente, incluindo termos e expressões, hoje já bastante divulgados como, por exemplo, "transição pacífica para o socialismo", "via democrático-consensual", "socialismo democrático", "pluralismo socialista", "intelectual coletivo", "estado ampliado", "democracia radical" "emancipação das classes subalternas", etc. Não revelam com maior clareza descritiva a atuação e a prática revolucionária que Gramsci propõe e que passa necessariamente pela crise orgânica (institucional), pela "ruptura", pela tomada do poder, pela destruição do estado burguês e fundação do "Estado Classe" (totalitário, "estatolatria") e pela implantação da nova ordem socialista marxista. Assim, o conhecimento da concepção revolucionária gramscista fica incompleto para as pessoas comuns.

* * *

O objetivo deste livro é exatamente tentar "traduzir" Gramsci, ou melhor,

decodificar Gramsci; fazer um "exegese" do conteúdo revolucionário do pensamento político exposto nos Cadernos do Cárcere. Portanto não pretende ser uma obra crítica, mas um livro didático.

A pretensão é extremamente ambiciosa, mas está bem delimitada: sistematizar e descrever com a clareza possível a *estratégia gramscista de transição para o socialismo*. Entender a sua *concepção revolucionária de tomada do poder*.

Para isto, preliminarmente foi feito um extrato seletivo do texto original, do volumoso e diversificado conteúdo da obra, retirando apenas os trechos pertinentes à sua concepção revolucionária para mostrá-la de modo mais nítido e de mais fácil compreensão. Apesar desta boa intenção, advertimos que a leitura de Gramsci não é muito fácil. Sua concepção revolucionária, embora lógica, completa e objetiva, é muito complexa, exigindo algum esforço para ser bem entendida. Mesmo assim, julgamos que a exploração paciente deste livro será gratificante pela revelação que pretende fazer: a estratégia gramscista de transição para o socialismo não é uma teoria idealista mas um processo revolucionário objetivo e eficaz em todas as suas premissas e decorrências. (d)

NOTA - Uma informação preliminar necessária:

Na redação deste livro, fizemos uma pequena diferença nas acepções dos adjetivos *gramscista* e *gramsciano*, dando-lhes significados particulares:

* Gramscista, adj. relativo ou próprio do gramscismo (doutrina revolucionária de Gramsci) p.e. Revolução gramscista; estratégia gramscista; partido político gramscista.

* Gramsciano, adj. relativo ou pertencente a Antônio Gramsci; p.e. pensamento gramsciano, obra gramsciana.

[Agora começa a parte "divertida" do livro. Sugiro muita, mas *muita* atenção às definições que forem sendo introduzidas, pq todas elas são usadas pelo texto a partir de sua apresentação. - Alexander Gieg]

O GRAMSCISMO

I. SUPERAÇÃO-CONSERVAÇÃO DO MARXISMO-LENINISMO

=====

Gramsci foi um convicto marxista; todo o seu pensamento político está fundado nisso: construção de uma nova ordem política, econômica e social, a *sociedade comunista*, a que ele denominou "*sociedade regulada*". Em que pesem as idéias inovadoras que propõe, Gramsci permanece sempre ligado, intelectual e ideologicamente, ao marxismo; não é um dissidente nem um "herético", mas um **inovador**. [2]

Porém, no momento em que constatou o fato histórico de que a estratégia marxista-leninista de tomada do poder, recém-vitoriosa na Rússia, não teve êxito nos países europeus (entre 1921 e 1923 na Alemanha, Polônia, Hungria, Estônia e Bulgária), de economia capitalista e de sociedade democrática, passou a considerar outro modelo revolucionário. Fez assim, a distinção entre sociedade "oriental" e sociedade "ocidental", compreendendo que a "*transição para o socialismo*" teria que ter concepções diferentes numa e noutra condição político-social. [3]

Esta constatação o levou a desenvolver alguns conceitos que são diferentes daqueles de Lenine e até mesmo de Marx que, de certa forma, os aperfeiçoam ou atualizam.

Segundo os intérpretes e comentadores do pensamento político de Gramsci, estes pontos diferentes não constituem propriamente divergências ideológicas, mas contribuições para o desenvolvimento do marxismo ("filosofia da práxis") ou, numa linguagem dialética, "*superação-conservação*" do pensamento de Marx e Lenine. (e)

Dos conceitos gramscianos ("categorias") que iriam servir de plataforma para o desenvolvimento da estratégia de tomada do poder apropriada aos países "ocidentais", o de *Sociedade Civil* é o fundamento central e de significado ideológico original.

Por isto, vamos, desde logo, procurar entendê-lo. Algumas outras categorias, também inéditas e muito apropriadas à concepção estratégica de Gramsci, serão comentadas também logo a seguir; outras serão tratadas à medida em que se tornarem pertinentes e oportunas no desenvolvimento da matéria nos capítulos seguintes.

1. Sociedade Civil e Hegemonia

Sociedade civil é uma expressão usada por Gramsci com significado especificamente ligado à sua concepção de *transição para o socialismo* nos países do "Ocidente". O entendimento gramsciano de sociedade civil não deve se confundir com a concepção jurídica comum de associação ou entidade que não tem por objeto atos de comércio, em oposição à sociedade comercial (entidades como clubes, sindicatos, fundações, etc). Podemos arriscar uma definição abrangente [4]:

SOCIEDADE CIVIL - Espaço social público (não-estatal) no âmbito do qual as pessoas desenvolvem sua iniciativa, adquirem os elementos próprios de identidade coletiva (consciência de classe) e se organizam em aparelhos voluntários privados, por meio dos quais, como grupo social, exercem a hegemonia.

O grupo social que exerce hegemonia no âmbito da sociedade civil (classe dirigente) pode ser a burguesia dominante na fase "econômico-corporativa" do país (para Marx, sociedade burguesa), ou as classes subalternas que se tornaram sujeitos ativos e organizados e que conquistaram a hegemonia sobre a inteira sociedade, subtraindo-se da influência da burguesia.

A sociedade civil é o lugar onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções, a formar o *consenso* e a lutar por um projeto hegemônico mais avançado (da sociedade como um todo em relação ao estado) que poderá levá-las à gestão popular do poder e a inventar os termos de uma nova sociedade. Por isto, a sociedade civil é a arena mesma da luta de classes.

O quadro adiante (A3) faz uma comparação sintética e parcial do conceito gramsciano de sociedade civil com o conceito liberal-democrata de sociedade nacional (sociedade burguesa).

[1 de 3] -----

SOCIEDADE CIVIL: Ambiente não-estatal, onde se desenvolvem as livre iniciativas dos cidadãos e onde um ou mais grupos sociais se organizam voluntariamente em aparelhos privados de hegemonia política e cultural, desenvolvendo elementos próprios de identidade coletiva.

SOCIEDADE NACIONAL: Espaço social que abrange a totalidade dos cidadãos (nação) que vive no mesmo país em mútua dependência, relacionando-se harmoniosamente e desenvolvendo sentimentos e interesses comuns.

[2 de 3] -----

SOCIEDADE CIVIL: Lugar do exercício da hegemonia política em que as classes ativas

e organizadas são chamadas a:

- Desenvolver as convicções e formar o consenso;
- Lutar pela hegemonia da sociedade civil sobre o estado;
- Inventar os termos de uma nova sociedade.

A Sociedade Civil é a arena da *luta de classes*.

SOCIEDADE NACIONAL: Lugar do exercício da soberania popular em que todos os cidadãos são igualmente dotados das prerrogativas naturais cuja garantia é atribuída ao estado:

- Liberdade;
- Dignidade;
- Individualidade.

A Sociedade Nacional é o âmbito da *paz social*.

[3 de 3] -----

SOCIEDADE CIVIL: Bases da hegemonia da sociedade civil e da gestão popular do poder:

- Consenso (consciência política);
- Aparelhos privados de hegemonia política e cultural;
- Direção política.

SOCIEDADE NACIONAL: Bases da igualdade de soberania popular e de representação no Poder:

- Educação para todos;
- Voto universal;
- Solidariedade social.

Os aparelhos privados portadores materiais da hegemonia são os organismos sociais coletivos voluntários, relativamente autônomos ante a sociedade política (estado) como, por exemplo clubes, sindicatos, corporações, partidos, igrejas, órgãos de comunicação de massa, editoras, expressões artísticas, movimentos populares, etc.

A sociedade burguesa não será superada, mas destruída e substituída, na transição para o socialismo, por uma nova sociedade, igualitária e "consensual".

Hegemonia, supremacia intelectual e moral, é outro conceito gramsciano cujo significado não só está ligado, mas até mesmo está contido no conceito de sociedade civil.

No entendimento comum, hegemonia significa preponderância ou superioridade influente, direção. Para Gramsci, corresponde a um conceito particular que pode ser assim resumido [5]:

HEGEMONIA - Condição ou capacidade de influência e de direção política e cultural que, por intermédio de organismos sociais voluntários (aparelhos privados de hegemonia), um grupo social exerce sobre a sociedade civil, que esta exerce sobre a sociedade política (estado) e que o partido da classe exerce sobre todo o processo revolucionário, sobre a Sociedade Civil e sobre a Sociedade Política.

A hegemonia é exercida em três esferas diferentes, simultaneamente, embora em graus diferentes em cada etapa da luta pela hegemonia. Primeiramente, a de um grupo social sobre a inteira sociedade civil, disputando-a com o grupo dominante. Depois, a da sociedade civil, "já conquistada" sobre a sociedade política, influenciando sobre ela pela direção política e cultural. Finalmente, a do partido sobre todo o processo revolucionário, inclusive sobre outros partidos e organizações políticas e privadas de hegemonia.

Os portadores materiais da hegemonia, como já foi mencionado, são os aparelhos privados na sociedade civil.

O exercício da hegemonia pressupõe a superação do espírito corporativo (egoístico-econômico) das classes subalternas e a formação da consciência de fazer parte de um grupo social envolvido em um processo de transformação.

Cabe aqui fazer uma breve e antecipada distinção entre *grupo dominante* (ou classe dominante) e *grupo dirigente* (ou classe dirigente). Classe dominante é aquela que detém o poder, exercendo o domínio e a coerção por intermédio da sociedade política (o estado). O grupo dirigente (ou grupo hegemônico) é aquele que tem a hegemonia, ou seja, que tem capacidade de influir e de orientar a ação política, sem uso da coerção.

A classe dirigente tanto pode ser a burguesia opressora (fase econômico-corporativa das sociedades) ou pode ser a classe subalterna que se tenha tornado hegemônica.

Em resumo:

As classes, como *grupo dirigente*, exercem a hegemonia por meio da direção política e cultural e do consenso, no âmbito e por intermédio da sociedade civil; as classes, como *grupo dominante*, exercem o poder por meio da dominação e da coerção, por intermédio da sociedade política (o estado).

Em circunstâncias históricas estáveis, o grupo dominante é também o dirigente. O aparelho de coerção estatal (sociedade política) é o instrumento legal do grupo dominante que assegura a conformidade social e política daqueles que dissentem e que, por ação ou omissão, podem gerar uma crise de comando ou de direção.

Só chega a ser classe dominante o grupo social que antes se fez classe dirigente, conquistando a hegemonia e obtendo o consenso.

Na aceção comum, *consenso* pode ser entendido como conformidade, concordância, adesão, acordo com idéias e ações.

Mais uma vez vamos tentar uma definição coerente com o projeto proposto por Gramsci [6]:

 CONSENSO - Conformação coletiva do grupo social (concordância e adesão ativas), espontânea e livre, com as iniciativas do estado que as propõe como necessárias para alcançar os fins que a sociedade pretende.

O consenso é uma conformação permanente, mas que resulta de uma série de concordâncias e adesões livremente assumidas, que se repetem a cada momento do processo de transição para o socialismo.

Resumindo e trazendo estes conceitos para o plano prático da estratégia de transição para o socialismo, pode-se antecipar que o grupo social (as classes subalternas) pode e deve ser *dirigente* (hegemônico) mesmo antes de conquistar o governo e se tornar classe dominante. Aliás, tornar-se classe dirigente é condição essencial para a tomada do poder na concepção de Gramsci.

Neste ponto da discussão do conceito de sociedade civil, torna-se oportuno um breve comentário sobre o entendimento de Gramsci do "momento" estrutural a que ela pertence, porque permite perceber o fundamento e a originalidade da sua concepção revolucionária.

Para Marx, a sociedade civil está, colocada na *estrutura*, identificada como base material, assim como o sistema econômico de produção. Para Gramsci, a sociedade civil não pertence ao momento da estrutura, mas ao da *superestrutura*, juntamente com o estado. [7]

A sociedade civil articulada à sociedade política compõe a superestrutura que se assenta sobre a estrutura econômica.

E mais, a sociedade civil é a esfera de mediação entre a economia (estrutura) e o estado (superestrutura).

A associação, ou melhor, a absorção do estado pela sociedade civil (identidade-distinção), esta com seus aparelhos privados de hegemonia, e aquele com seus aparelhos governamentais de coerção, é o fundamento do conceito de *Estado Ampliado*, expressão hegemônica de sociedade civil organizada.

2. Partido e Estado

O partido, o estado e a sociedade comunista sem classes (nova concepção do mundo) são os elementos fundamentais (começo, meio e fim) do processo revolucionário marxista-gramscista. [8]

Para Gramsci, o partido tem a mesma importância instrumental e dirigente que lhe dá Lenine (f). Entretanto, põe uma distinção conceitual, sutil mas essencial: o partido não é "de classe", mas "da classe". É propriamente um partido "orgânico" das classes subalternas e é o condutor do processo revolucionário, portanto "vanguarda de todo o movimento histórico progressista".

Busquemos uma definição ou conceito, por enquanto preliminar, do partido transformador, revolucionário:

PARTIDO - Organismo (A4) que é o centro de direção e instrumento ativo do processo revolucionário (transição para o socialismo) e que é expressão de um grupo social (classes subalternas), e somente deste grupo.

É importante insistir que o partido é "da classe". Por isto, é "expressão" do grupo social e não representação deste.

Reforçando esta identidade, pode-se dizer que, reciprocamente, o grupo social expressa o partido. Esta identidade tem consequências objetivas na organização do partido e na forma de sua gestão político-administrativa. Neste particular, o partido é um aparelho que, internamente, funciona "democraticamente".

Quando antes falamos numa "definição preliminar", estávamos levando em conta que o partido assume diferentes funções e conduz certas ações específicas nas diversas fases e etapas do longo processo de transição para o socialismo. De qualquer forma, o conceito usado para o partido das classes subalternas serve para distingui-lo dos partidos políticos em geral e dos partidos burgueses (liberais-democratas) em particular. Gramsci faz esta distinção em várias passagens de Os Cadernos.

Por princípio e por sua razão de ser - órgão dirigente - o partido deve estar fora do estado (governo), apenas formando e designando os dirigentes e proporcionando a direção política e cultural do processo de transição para o socialismo.

Estado pode ter a acepção de pessoa jurídica de direito internacional (nação soberana, politicamente organizada; o Estado Nacional). Mas não é este conceito que se discute centralmente no gramscismo, mas aquele que se refere à organização político-administrativa abrangendo o conjunto de poderes e de organismos governamentais.

Esta acepção de estado tem, segundo Gramsci, sentido estrito e corresponde ao "estado-coerção", por ele denominado *sociedade política*. Este estado compreende as "complexas atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados". [9] Assim também é o Estado burguês.

O estado-coerção abrange os aparelhos governamentais sob o controle da burocracia civil e militar, por meio dos quais a classe dirigente exerce o domínio (comando e coerção) sobre a sociedade civil e a coerção sobre os grupos que não "consentem, ativa ou passivamente".

Gramsci, porém, entende o estado em sentido amplo, integral, na articulação da sociedade política com a sociedade civil. Estado com duas funções: dominação (coerção) e hegemonia (direção). Este estado veio a ser, correntemente, denominado *estado ampliado*, instância a ser criada no processo de transição para o socialismo.

3. Internacionalismo e Nacionalismo

O Manifesto Comunista de Karl Marx e de Friedrich Engels, 1848, é o documento que historicamente marca o surgimento do marxismo e que estabelece princípios que o caracterizam:

- a unidade internacional do proletariado; em decorrência, o caráter internacionalista do movimento comunista;
- a luta de classes no plano nacional.

Gramsci, embora veja a perspectiva internacional do movimento revolucionário, concorda que o ponto de partida é nacional. [10] Em outras palavras, a transição para o socialismo se fará em cada sociedade nacional, a partir da qual, se transferirá ou se irradiará para outros países. Pode-se dizer que, cada país que se "socialize", transforma-se em um "centro irradiador".

A posição de Gramsci é inquestionavelmente internacionalista, coerente com o marxismo, como se manifestou na divergência entre Trotski (revolução permanente, internacionalismo) e Stalin (revolução em um só país) que atingiu o seu clímax em 1929. (g)

Entretanto, já antecipando sua concepção de transição para o socialismo, manifestou-se também em discordância com a revolução permanente. [11]

Com relação ainda ao aspecto nacional da revolução, há outras considerações particulares que contribuíram para a concepção revolucionária gramscista.

Marx e Engels formularam dois princípios que, no momento, nos interessam em particular:

- a emancipação dos trabalhadores não se verifica da mesma forma em todos os países;
- a precedência dos movimentos revolucionários do proletariado nos países mais desenvolvidos.

Lenine evoluiu estes princípios com novas teses:

- o desenvolvimento desigual do capitalismo;

- a probabilidade de vitória em países menos desenvolvidos.

Gramsci completa esta evolução das teses marxistas, fazendo a identificação das sociedades do tipo "Oriental" (de capitalismo atrasado) e das sociedades do tipo "Ocidental" (de capitalismo moderno), a partir do que, desenvolveu objetivamente a *estratégia de transição para o socialismo* nos países de sociedade de tipo ocidental.

4. Luta de Classes e Reformismo

A luta de classes, assentada na insolúvel contradição "proletariado versus burguesia", é o princípio básico de caráter nacional sobre a qual se desenvolve a visão revolucionária marxista.

Nesta visão, a divisão da sociedade em classes é o resultado da divisão de trabalho no processo capitalista de produção.

A classe burguesa tornou-se dominante e opressora; o proletariado, dominado, oprimido e explorado. Estes são os antagonistas da luta de classes, constatação essencial da *revolução socialista* (comunista) ou da *transição para o socialismo*, na linguagem gramsciana. A burguesia (classe dominante) é governante, dirigente e hegemônica na sociedade liberal-democrática por ela criada ou na ditadura oligárquica e autoritária nela estabelecida em certos momentos históricos ou como solução reacionária de uma crise orgânica.

A luta de classes se desenvolve na sociedade civil e com ela se busca a eliminação da burguesia e do estado liberal-democrático (ou da ditadura totalitária) porque este sistema representa a sociedade fundada na divisão de classes. [12]

Em última instância, o objetivo será o fim do estado e da própria classe na sociedade comunista.

A luta de classes para Gramsci tem dois momentos importantes:

- A conquista da hegemonia das classes subalternas sobre a inteira sociedade civil;
- A destruição ou absorção da burguesia eliminando-a como classe.

A sociedade sem classes ("da pacífica e solidária divisão de trabalho"), porém só será conseguida com a modificação dos meios e instrumentos de produção porque neles estão as causas da existência das classes e da sua divisão.

A luta pela hegemonia é a visão atualizada que Gramsci tem de um momento da luta de classes. Mas é importante reconhecer que não se trata de um processo *reformista*, mas de um processo transformador, revolucionário, conduzido numa longa e original transição para o socialismo.

Por isto, Gramsci discorda tanto da proposta da social-democracia (luta de classes reivindicatória para obter reformas institucionais) quanto da revolução permanente e do marxismo-leninismo (assalto ao poder), estratégia mais adequada nas sociedades "orientais".

As classes em confronto, a burguesia e o proletariado, modernamente têm denominações de maior penetração.

A burguesia também é chamada de *classe média*, aquela que abrange as "camadas intelectuais, os profissionais liberais empregados" (pequena e média burguesia). [13] A classe média alta corresponde à burguesia capitalista e aos executivos empresariais, não empregados. A classe média é o "*não-povo*".

Gramsci usa a expressão *classes subalternas*, uma referência mais abrangente do que classe proletária. Para ele, as classes subalternas abrangem o grupo social constituído pelos operários, pelos camponeses e pelos demais elementos marginais,

carentes e periféricos da sociedade ("**Proletariado Ampliado**"), como as denomina o conferencista José Saldanha Fábrega Loureiro, Belo Horizonte, 31 Out 2001).

[Peço especial atenção para a nota "h", que explica o que os gramscistas querem dizer quando falam em "ética" e "moral". - Alexander Gieg]

5. Liberdade e Democracia

Um dos pontos mais obscuros e de mais difícil tradução do pensamento político de Gramsci é o que se refere aos conceitos de liberdade e de democracia. O assunto é delicado, pois os conceitos gramscianos não correspondem àqueles do "senso comum na sociedade civil ocidental". Não correspondem ao entendimento generalizado de liberdade como "prerrogativa **individual** de ser, agir e pensar segundo o próprio arbítrio", mas algo como a definição que se segue:

LIBERDADE - Estado ou condição de autonomia alcançado pelo grupo social organizado depois de sua libertação de uma força que o esmaga, representada pela **estrutura** que assimila o homem e o torna passivo.

Na leitura de Gramsci, o conceito de liberdade vai sendo formado aos poucos, quase sempre adjetivado ou cercado de muitos condicionamentos particulares. [14] Assim: a liberdade individual é um aspecto da liberdade coletiva, aquela do grupo social que se libertou da opressão do grupo dominante burguês. A liberdade do grupo é o "automatismo" ou racionalidade que é oposição ao arbítrio individualista.

A liberdade também é aceitação voluntária, por convicção (opção livre) de certos princípios que se propõem com vista a certos fins desejados.

No grupo social, os arbítrios individuais são múltiplos, mas a parte homogênea (coletiva) prevalece. Em cada momento do processo ativo, é feita pelo indivíduo uma escolha nova e livre, de acordo com a direção dada ao conjunto de pessoas, tornando homogêneas as opções de todos, num clima ético- político. (h)

A liberdade como expressão do arbítrio pessoal, especificamente a liberdade política e civil, é posta em termos restritos. Mas é exercida sim nas "opções livres" no âmbito da organização coletiva, em sucessivos momentos. As expressões objetivas desta liberdade são o **consenso** e a **vontade coletiva**.

Este conceito particular de liberdade está em oposição ao conceito comum "liberal-democrático", das sociedades ocidentais. Só pode ser entendido quando colocado em termos de adesão aos fins almejados e ao processo para alcançá-los. Sem esta relação "ética", não seria um "valor", mas uma falácia.

Etimologicamente, **democracia** é "governo do povo". Ora, no pensamento gramsciano, a burguesia é "**não-povo**". Portanto, numa dedução simplista, a democracia é o governo do proletariado, dos camponeses e dos marginais da sociedade, excluindo os burgueses. "**Democracia Radical**" ou "**Radicalismo Democrático**" como é comumente mencionado na atual promoção política.

O pensamento de Gramsci não é tão elementar assim, embora a afirmação acima não esteja afastada da verdade. [15]

No entendimento comum das sociedades liberais, democracia é o "sistema político que se funda nos princípios de soberania popular e na distribuição equitativa do poder".

No pensamento político de Gramsci o conceito de democracia pode ser assim sintetizado e antecipado:

DEMOCRACIA - Sistema político que se funda nos princípios de hegemonia das classes subalternas e de integração (identidade-distinção) da sociedade civil e sociedade política.

O sistema político, assim definido e projetado para a fase que se segue à tomada do poder na transição para o socialismo, não é necessariamente representativo nem propriamente participativo.

A manifestação política das massas é feita no âmbito e por meio dos organismos privados, voluntários e homogêneos (algo como foram os soviets, mas de natureza diversificada), não como referendo, mas como expressão do consenso e da vontade coletiva. Além do mais, o partido orgânico da classe exerce também sua hegemonia na sociedade civil e na sociedade política (estado), cumprindo sua função dirigente e educadora.

Esta concepção de "**socialismo democrático**" (não confundir com social-democracia) entende que não está em contradição com a concepção de estado altamente centralizado para conduzir as transformações necessárias para a edificação do socialismo após a tomada do poder. Embora possa ser de difícil implementação na amplitude e diversidade nacionais, a proposição democrática gramsciana é supostamente factível e, principalmente, é **instrumental** porque se incorpora à mobilização da vontade coletiva, dando-lhe base "ético-moral" para as transformações necessárias à chegada ao socialismo.

Gramsci não antecipa concretamente a organização do estado e da sociedade civil nem as "regras constitutivas" que darão efetividade a este tipo de "democracia". Fica subentendido que esta será tarefa dos dirigentes que farão as transformações em cada país.

Há ainda outros aspectos referentes à prática democrática que não são tratados objetivamente por Gramsci, mas que são presumíveis no processo revolucionário. Antes da tomada do poder, há fases do processo político de transição que se desenvolvem ainda no seio da sociedade burguesa. As iniciativas conduzidas nestes momentos exploram ou se valem das franquias do regime democrático vigente na sociedade burguesa e, por isto, assumem feições democráticas. Esta realidade em certas ações ou aparência em outras são freqüentemente formas dissimuladas que induzem convenientemente a impressão geral de que o processo político tem caráter "consensual-democrático". Principalmente, garante o respaldo de legalidade evitando e afastando eventuais resistências e reações da sociedade e do aparelho coercivo do estado.

Ainda nas fases que antecedem à tomada do poder, as reações políticas do partido das classes subalternas com os outros partidos, particularmente com os de linha socialista, sugerem a aceitação do pluralismo partidário e, em especial, o "pluralismo das esquerdas", como modernamente tem sido sugerido pela intelectualidade política. Realmente, Gramsci admite as alianças dos partidos e das organizações de massa, principalmente na luta pela hegemonia e para o enfraquecimento e neutralização das "trincheiras" da sociedade e do estado burgueses. Admite até as alianças com partidos adversários em certas circunstâncias que contribuam para o êxito do movimento. (A5)

O quadro conceitual de um chamado "socialismo democrático", que caracteriza a visão gramsciana de transição para o socialismo, pode fazer crer em um processo "consensual-democrático", algo com feições liberais e implicações positivas nos planos individual e constitucional, o que é um equívoco.

6. À Guisa de Conclusão

Fato curioso, Gramsci transcreve em seus Cadernos (o segundo) um comentário de

Alessandro Mariani, publicado em outubro de 1927, em que ele faz uma severa crítica à natureza perversa do comunismo e à atuação amoral e implacável da Internacional Comunista sob a tutela de Moscou. Crítica o marxismo e o marxismo-leninismo, implicitamente. [16] Eram decorridos dez anos de experiência do "socialismo real" na União Soviética e das primeiras tentativas de exportação da Revolução.

Embora depreciando o autor e o conteúdo das suas "interpretazioni", Gramsci as transcreveu. Por certo o fez com espírito crítico porque, se o texto, por um lado, era intencionalmente um libelo, poderia muito bem ser o reconhecimento da consistência pragmática da concepção revolucionária e da inegável perseverança do comunismo internacional. Estaria aí uma advertência ou uma concordância do pensador prisioneiro?

O GRAMSCISMO

II. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE GRAMSCI

A constatação que Gramsci fez de que as sociedades capitalistas tinham diferentes estágios de desenvolvimento o levou a classificá-las em dois tipos, como já vimos: sociedades "orientais" e sociedades "ocidentais", denominações que não têm propriamente significado geográfico, mas relação com o estágio de avanço político, econômico e social em que se encontram os países.

Os de tipo oriental, de capitalismo primitivo, se caracterizam por uma sociedade civil frágil, passiva, com pouca organização e sem maior articulação com o estado. Nestes países o estado é onipotente. A Rússia czarista era sociedade deste tipo em 1917.

Os países do tipo ocidental, de capitalismo moderno, se caracterizam pela sociedade civil forte, ativa e razoavelmente bem articulada com a sociedade política. O estado é a primeira "defesa" dos interesses da classe dominante, à retaguarda do qual se desenvolve uma poderosa rede de "trincheiras" e "barreiras", representadas por organismos e instituições governamentais e privadas, por meio das quais o grupo dominante exerce o domínio (coerção) e a direção (hegemonia) sobre toda a sociedade civil. As nações democráticas e de economia avançada são sociedades do tipo ocidental.

A Revolução Bolchevique foi vitoriosa na Rússia (então sociedade "oriental"), aplicando a estratégia revolucionária *marxista-leninista*, caracterizada pelo *assalto direto ao estado*, com emprego da violência revolucionária (levante popular).

Este modelo estratégico, porém, não teve êxito nos países da Europa Ocidental nas tentativas de tomada do poder levadas a efeito até então (1935).

1. Guerra de Movimento e Guerra de Posição

Gramsci, com visão acurada e crítica, reconheceu que as condições nos países orientais e ocidentais eram diferentes e que, portanto, a transição para o socialismo tinha que obedecer a estratégias diferentes e apropriadas aos estágios de desenvolvimento de cada um deles. [17]

O ataque frontal ao estado para a tomada imediata do poder, com o emprego da violência revolucionária, foi comparada por Gramsci à "*guerra de movimento*". É a concepção estratégica leninista que teve êxito na Rússia em 1917 e que se tornou o modelo revolucionário universal da Internacional Comunista soviética. Esta estratégia teve êxito em países de tipo oriental (p.e. Rússia, 1917) e fracassou em outros de tipo ocidental (p.e. Alemanha, 1923).

Para as sociedades do tipo ocidental, mais complexas e protegidas por forte sistema de "trincheiras e de defesas políticas e ideológicas", a "*guerra de movimento*" não se mostrara adequada. Nestas sociedades, a luta teria que ser semelhante à "*guerra de posição*", longa e obstinada, conduzida no seio da sociedade civil para conquistar cada "trincheira" e cada defesa da classe dominante burguesa.

Em outras palavras, disputar com a classe dominante a hegemonia sobre a sociedade civil e conquistá-la como prelúdio da conquista da sociedade política e do poder. (i)

A partir desta visão original, Gramsci desenvolveu seu conceito estratégico de transição para o socialismo.

2. Conceito Estratégico de Gramsci

Em termos formais, como em uma diretriz de "grande política", o conceito estratégico de transição para o socialismo nos países de sociedade tipo ocidental, elaborado por Antônio Gramsci, poderia ser assim enunciado: [18]

CONCEITO ESTRATÉGICO DE GRAMSCI - A fim de criar as condições históricas para o advento da *Sociedade Comunista*, conduzir o processo progressivo de transição para o *Socialismo Marxista* em três fases: (A7)

- Numa primeira fase, *econômico-corporativa*, organizar o partido das classes subalternas, lutar pelo estado democrático e pela ampliação das franquias democráticas, abrindo espaço para o desenvolvimento da ação política e revolucionária;
- Numa segunda fase, *lutar pela hegemonia* das classes subalternas sobre a sociedade civil, tornando-a dirigente e criando as condições para a tomada do poder;
- Numa terceira fase, *estatal*, tomar o poder, impor a nova ordem e estabelecer o socialismo, etapa provisória e anterior de passagem para o comunismo. (A8)

Nesta concepção, o objetivo estratégico é o *socialismo marxista*, mas o objetivo político- ideológico é realizar a nova concepção do mundo, a nova civilização; a última síntese: o *comunismo*.

A comparação deste conceito estratégico (formulado para a revolução nos países do "ocidente") com o conceito estratégico de Lenine (vitorioso numa sociedade de "oriente" e modelo da Internacional Comunista) pode ser útil, não só para se ter uma nítida visão das suas diferenças, mas principalmente para compreender as inovações teórico-práticas contidas na primeira.

A Fase Econômico-Corporativa de Gramsci corresponde à etapa ou fase democrático-burguesa no conceito leninista (acumulação de forças e subversão).

A fase gramscista é predominantemente construtiva; a etapa leninista é destrutiva, buscando criar o clima revolucionário e, complementarmente, os instrumentos de ação.

Tanto na fase gramscista quanto na etapa leninista, o movimento, embora revolucionário, vale-se das franquias democráticas, mas também inclui atividades e ações clandestinas.

Ambas as estratégias prescrevem, para as fases anteriores à tomada do poder, atitudes e práticas democráticas e que os partidos participem do jogo político, se estiverem na legalidade.

A Fase da Luta pela Hegemonia de Gramsci se caracteriza pelo trabalho dos intelectuais orgânicos junto às massas, pela penetração cultural e intelectual e pela organização das classes subalternas. Este trabalho tem uma certa semelhança com as atividades ainda da primeira etapa leninista, particularmente com o "trabalho de massa" (agitação e propaganda, obtenção do apoio da população e o enquadramento da massa).

Entretanto, os fins buscados na "penetração cultural" são bastante diferentes do "trabalho de massa". Aquela ainda continua a ser preponderantemente construtiva; este é principalmente destrutivo.

A luta pela hegemonia se desenrola antes da tomada do poder visando conquistar, política e culturalmente, a sociedade civil, incluindo uma paulatina absorção da sociedade política por esta, processo que só se completará na fase estatal seguinte.

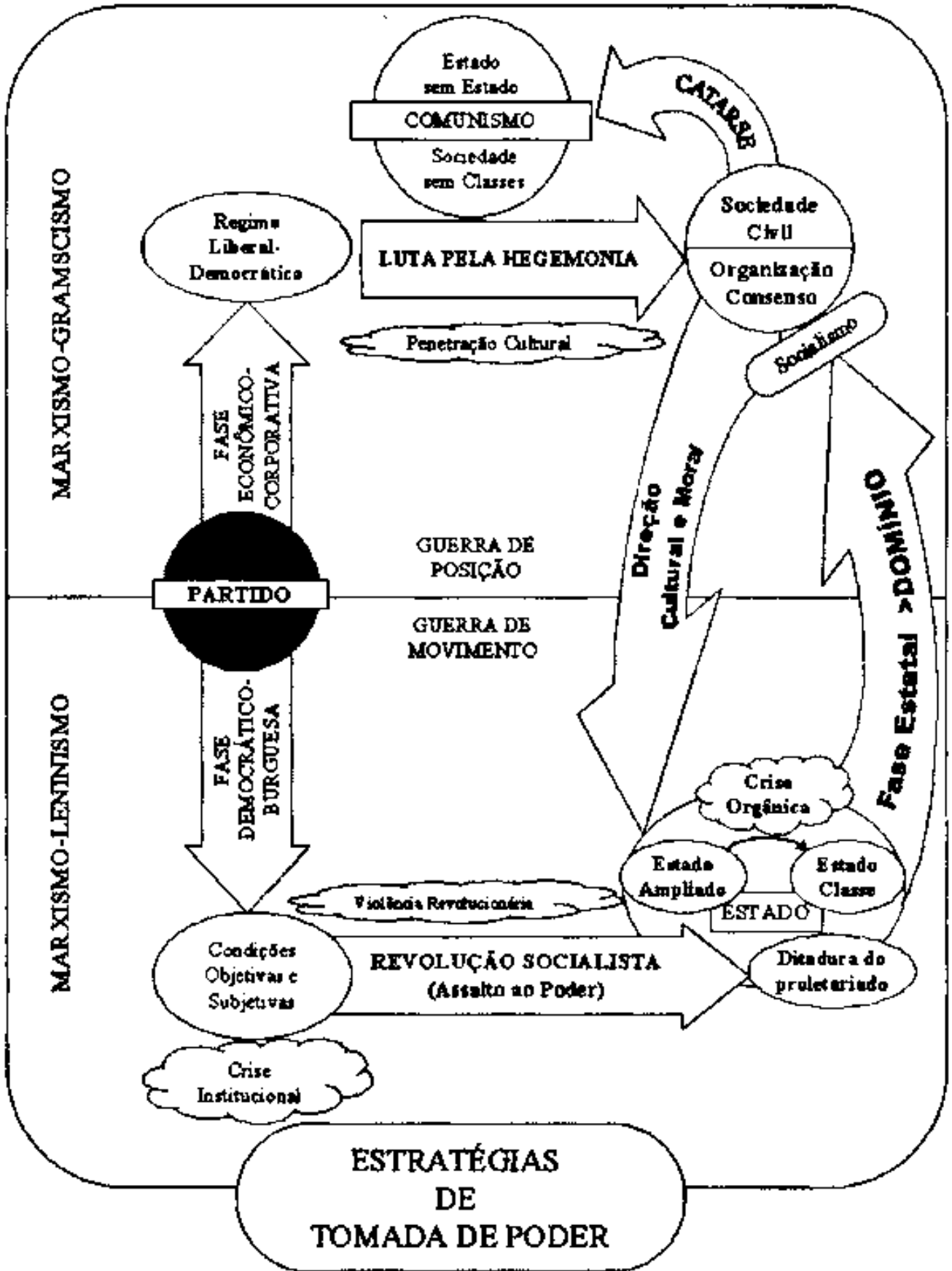
No modelo leninista, a luta pela hegemonia se dará depois da tomada do poder.

A Fase Estatal de Gramsci tem como ato preliminar a tomada do poder. A fase socialista de Lenine também tem início com a tomada do poder (Revolução Socialista) que se realiza por um ato de força.

Os meios e ações gramscistas que visam à tomada do poder são idênticos aos empregados na concepção leninista. Os processos de imposição da nova ordem e de transformação da economia, da política e da sociedade para o socialismo marxista são também muito semelhantes, embora Gramsci considere infeliz a denominação de "ditadura do proletariado" que Lenine lhe deu.

Gramsci insiste que o *estado-classe* (de sua concepção) conduza a transformação respaldada numa "vontade coletiva" conformada aos objetivos indicados como adequados aos fins buscados. (A9)

De qualquer forma, nas duas concepções estratégicas para esta fase, o estado é totalitário porque, de outra forma, não terá os meios jurídicos e de coerção para realizar as profundas transformações necessárias para a fundação do socialismo que proporcionará as condições para a passagem do "reino da necessidade para o reino da liberdade".



3. À Guisa de Conclusão

A grande invenção contida na concepção revolucionária de Gramsci, por ele denominada "guerra de posição", está na mudança da direção estratégica de tomada do poder. Em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder como na concepção de Lenine, "guerra de movimento", a sua manobra é de envolvimento, designando a sociedade civil como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar. Isto será feito predominantemente pela guerra psicológica ou penetração cultural para minar e neutralizar as "trincheiras" e defesas da sociedade e do Estado burgueses. Nesta longa luta de desgaste se incluem a neutralização do aparelho de hegemonia da burguesia e do aparelho de coerção estatal e a superação psicológica, intelectual e moral das classes subalternas e das classes burguesas, fazendo-as aceitar (ou a se conformar) a transição para o socialismo como coisa natural, evolutiva e democrática.

A *luta pela hegemonia* é fase decisiva e, uma vez alcançado determinado desenvolvimento, é irreversível. A tomada do poder será então uma questão de eclosão da "crise orgânica".

TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

III. FASE ECONÔMICO-CORPORATIVA

=====

A *fase econômico-corporativa* da transição para o socialismo corresponde ao período histórico de uma nação capitalista em que a burguesia é classe dominante e em que o proletariado, camponeses e elementos periféricos da sociedade constituem as classes subalternas exploradas.

O proletariado vive ainda limitado às preocupações corporativas e econômicas, egoístas e passionais (A10), próprias de suas carências, necessidades e desorganização (falta de unidade orgânica). Os sindicatos, produtos do próprio capitalismo, são de natureza meramente econômico-corporativa, reivindicatórios nos limites dos interesses imediatos da categoria profissional.

A sociedade civil é o lugar onde a burguesia é hegemônica e dirigente e onde predomina o individualismo econômico egoísta.

Este individualismo significa "apropriação individual do lucro e da iniciativa econômica, tendo em vista o lucro capitalista..."

O sistema capitalista de produção criou a divisão de trabalho, do que resultou a divisão de classes e a contradição insuperável entre a burguesia e o proletariado.

Em um certo período histórico, a sociedade capitalista pode estar vivendo um regime liberal democrático ou, por contingência ou conveniência eventual, pode estar conformada a uma ditadura, geralmente efêmera (A11), representando momentaneamente uma oligarquia burguesa dominante.

Nesta fase econômico-corporativa das sociedades e estados liberal-democratas burgueses, duas atividades fundamentais se apresentam para o desenvolvimento progressivo da transição para o socialismo:

- Organização do Partido;
- Defesa da democracia liberal.



- 1) **Organização do Partido:**
 - **Formação dos dirigentes**
- 2) **Defesa da Democracia**
 - **Ampliação das franquias democráticas;**
 - **Redemocratização.**

1. A Organização do Partido

O partido da classe proletária é organizado para conduzir um processo de transformação, desenvolvendo um novo estado (socialismo) e uma nova concepção do mundo (comunismo). Não é um partido político com um mero programa de governo, mas um partido revolucionário, transformador e criador de uma "nova civilização". [19]

Ao longo do processo, o partido estará em contínua evolução, assumindo acumulativas funções. Assim, na fase econômico-corporativa adota uma feição de *partido-orgânico* ou de *partido-classe*. Mais adiante, na luta pela hegemonia, torna-se o "*intelectual coletivo*" e, na fase estatal do processo, é o "*moderno príncipe*" que realiza as transformações radicais que, finalmente, estabelecerão o socialismo, estágio que antecede o comunismo.

Finalmente, o partido propõe-se a desaparecer quando não mais existirem as classes e o próprio estado na "sociedade regulada", no advento do comunismo.

A principal função do partido é hegemônica, isto é, a de direção (influência e orientação) política e cultural das massas, da sociedade e, na última fase do processo, do Estado. Para tanto, tem que ser uma organização ética no sentido de moralidade na vida interna e partidária.

O partido-classe é constituído de três grupos de elementos orgânicos:

1) Um *elemento difuso*, a massa ou classes das pessoas comuns, que são membros ou adeptos do partido, cuja participação, ativismo ou protagonismo é dada pela fidelidade e disciplina. É o elemento que expressa o partido.

2) Um *elemento de coesão principal*, grupo dirigente com alta capacidade de aglutinação, de centralização, de disciplinação e de criatividade.

3) Um *elemento intermediário*, grupo de militantes que faz a articulação, física e moral, da massa e a direção do partido. Grupo altamente politizado e ativo que é a base da perenidade (A12) do partido. Por estar mais exposto à destruição, é numeroso e deve preparar a herança ideológica e do ativismo na formação de sucessores. Se o elemento dirigente for destruído, é deste elemento intermediário que sairá o novo grupo de gestão do partido.

A liderança política do partido pode ser exercido por um indivíduo ou por um

pequeno colegiado que pode ser alternado sem perda de continuidade dos projetos em curso. Sendo o partido embrionariamente uma estrutura estatal, tem que manter unidade interna, sem o aparecimento de grupos dominantes e de castas. (j)

O modelo de gestão político-administrativa deverá ser o do "*centralismo democrático*" (descartado o chamado "centralismo orgânico") no qual há sempre adequação das demandas e reivindicações das bases partidárias com o comando do aparelho de direção. [20] "Entretanto deve-se notar que uma coisa é democracia de partido e outra, democracia de estado" (Op. Cit.).

Na fase econômico-corporativa já se começa a criação das primeiras organizações privadas, voluntárias e não-estatais, particularmente na área da comunicação social e dos sindicatos.

Os sindicatos não são subordinados ao partido e devem manter todas as evidências e aparências de independência. Entretanto, naqueles em que os dirigentes sejam membros do Partido, estes deverão aceitar livremente as suas diretrizes e o controle sobre seus membros. (A13)

As alianças de classes com grupos econômicos afins e mesmo com grupos adversários, em certas circunstâncias, são convenientes e mesmo necessárias para a realização dos objetivos das classes subalternas. A ajuda dos grupos aliados não pode ser desprezada na fase econômico-corporativa da transição para o socialismo. (A14)

O Partido é o organismo de formação dos seus próprios membros, dos homens de estado e de governo, dos dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. [21] Por isto, torna-se o elaborador das novas intelectualidades, tanto no campo teórico (compreensão da classe e difusão da concepção do mundo) como no campo da prática, dirigentes qualificados e profissionalizados de vários graus.

O Partido multiplica os dirigentes necessários, para que o grupo social de que é expressão de articule em um corpo político organicamente preparado e ativo.

O dirigente do Partido busca alcançar fins políticos orgânicos em que os protagonistas são as massas e que devem ser ajudadas a se elevarem por intermédio da ascensão de determinados indivíduos e de certos extratos culturais.

Os elementos dirigentes são escolhidos por critérios voluntários mas são controlados em suas iniciativas.

2. Defesa da Democracia

[O segredo finalmente revelado!!! - Alexander Gieg]

A formação e desenvolvimento do Partido-Classe demandam ambiente e espaço democráticos. Há necessidade de relativa liberdade para que os intelectuais do partido possam atuar e para que as pessoas possam ser conscientizadas política e ideologicamente, discutir aberta e publicamente, reunir-se e organizar-se. [22]

Assim, a ação política do Partido estará também voltada para assegurar a existência do regime liberal-democrata e para promover a ampliação das franquias democráticas. A preservação da sociedade e do estado democráticos não só assegura as condições para a atuação ostensiva do partido nos campos político e social, mas também lhe proporciona a imagem pública favorável e a postura de legitimidade que afastam certas oposições, restrições e resistências. A conveniência de ordem prática da atuação aberta e legal não dispensa, porém, a condução de outras atividades clandestinas.

O Partido, como organização legal, pode pretender eleger seus membros para cargos públicos nos diferentes segmentos e níveis do poder, adquirindo posições e condições mais amplas para ir construindo, crescentemente, sua hegemonia e para antecipar a realização de progressivas transformações.

Nesta fase econômico-corporativa do processo, é importante preservar taticamente

as condições de liberdade que permitam o "avanço democrático para o socialismo". Eventualmente, entretanto, a sociedade e o estado burgueses podem estar vivendo um momento ditatorial de partido único ou dominante. Nesta situação histórica, é provável que o Partido-Classe seja colocado na ilegalidade e daí terá que atuar na clandestinidade. Mesmo assim não deixará de atuar e seu objetivo imediato será o de reverter esta conjuntura política adversa e restabelecer o regime democrático franco.

A atuação "libertária" será principalmente de propaganda junto à inteira população. Até mesmo certas ações clandestinas, como o terrorismo ("ação direta") terão esta finalidade de exemplo ("propaganda de fatos").

A ação libertária inclui a atuação comum com os grupos de oposição, tanto de esquerda quanto dos liberais- democratas, e inclui atos de desprestígio da ditadura e de apoio ao restabelecimento das franquias democráticas. São temas ou palavras de ordem, que podem, geralmente, ser empregados:

- Abertura política;
- Eleições livres (parciais ou gerais);
- Anistia de presos políticos atingidos por atos discricionários;
- Redemocratização.

Gramsci, antes mesmo da sua prisão em 1926 e de ter iniciado a redação dos Cadernos do Cárcere, reconhecia a conveniência de um "interregno" liberal-democrático após a queda da ditadura burguesa (na Itália da época, o Fascismo de Mussolini) com a retomada do governo pelos partidos burgueses.

Criam-se assim as condições para o reinício das ações que antecedem a tomada do poder pelo movimento revolucionário a caminho do socialismo. Igualmente sugeria a luta por uma Assembléia Constituinte que poderia ser o prelúdio de uma república socialista.

De qualquer modo, na vigência de uma eventual ditadura, a redemocratização é necessária para que seja possível a retomada do processo de transição para o socialismo.

Uma advertência: Na situação em que o regime político é ditatorial, com o Partido na ilegalidade, restringido nas suas atividades ou mesmo reprimido politicamente, este executa certas ações clandestinas que não devem ser mais executadas depois de restabelecido o estado liberal-democrata. Persistir naquelas ações, próprias da situação anterior, seria sectarismo nas palavras de Gramsci; o partido ativista deve voltar a ser o partido-classe, expressão de todo um bloco social e participante ostensivo do jogo democrático.

As alianças do Partido com outros grupos políticos na fase econômico-corporativa, atitude tática admitida e até recomendada por Gramsci, viriam a inspirar modernamente o conceito de "*pluralismo das esquerdas*", isto é, a aceitação de que a transição para o socialismo, até o instante da tomada do poder, possa ser dirigida por mais de um partido "socialista democrático" (não confundir com social-democrata).

A constituição do Partido Orgânico ou Partido-Classe e do seu quadro dirigente (intelectualidade) e a preservação do regime democrático são as condições que vão permitir a abertura de uma nova fase da transição para o socialismo: a *luta pela hegemonia*.

TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

IV. LUTA PELA HEGEMONIA

=====

A *hegemonia* no interior da sociedade civil liberal é exercida, evidentemente, pela burguesia que, por isto, se tornou classe dirigente. Por intermédio da sociedade política, o estado liberal democrático burguês, exerce o domínio - o poder de governo e de coerção.

Deste modo, a partir do momento em que as classes subalternas, organizadas e expressas pelo partido-classe, passam a disputar a hegemonia com a burguesia no âmbito da sociedade civil, começam a ocorrer os primeiros momentos da luta de classes, antes mesmo da tomada do poder. [23]

Nesta fase, a luta pela hegemonia não visa ainda à eliminação da burguesia, mas a "um equilíbrio de compromisso", tático, que não pode, todavia, comprometer o essencial das aspirações das classes subalternas: a sociedade sem classes.

É oportuno recordar que o conceito de hegemonia se aplica em três esferas:

- Pela classe dirigente no âmbito da sociedade civil;
- Pela sociedade civil sobre a sociedade política;
- Pelo partido sobre todo o processo político-cultural.

A conquista da *hegemonia* pelas classes subalternas (retirando-a das mãos da classe dominante no seio da sociedade civil) e a formação do *consenso* (livre da coerção) são o centro da concepção estratégica gramsciana de transição para o socialismo, significando construir as bases do socialismo, mesmo antes de tomar o poder.

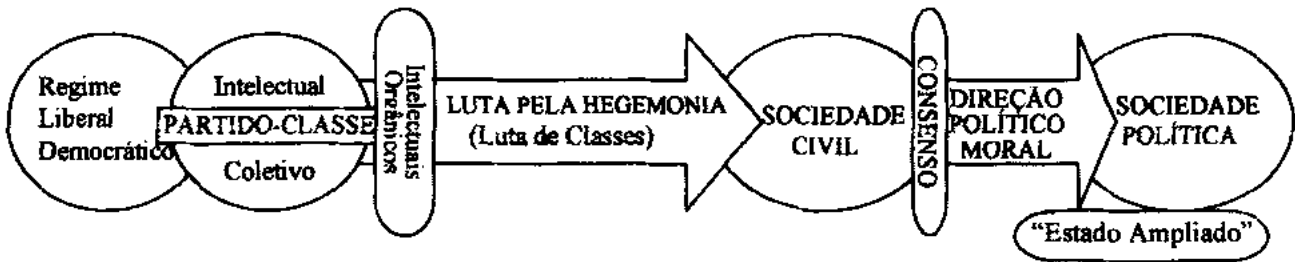
A luta pela hegemonia tem dois objetivos em profundidade:

- Desenvolver o grupo subalterno (elevação da "classe corporativa" à condição de "classe nacional");
- Preparar as condições para a tomada do poder.

Há, nos objetivos e nas ações (empreendimentos) a serem desenvolvidas para concretizá-los, uma certa identidade com o processo de "*subversão*" do movimento revolucionário de caráter leninista. Porém, a concepção gramscista é mais profunda e vai além do "trabalho de massa" e da criação do clima revolucionário; busca "subverter" os conceitos e valores tradicionais da sociedade burguesa, superando o seu senso comum, conscientizando politicamente as classes subalternas e condicionando toda a população para o socialismo.

Nesta fase da concepção estratégica de Gramsci, serão empregados instrumentos e conduzidas ações políticas, intelectuais e morais que podem ser assim relacionados: (A15)

- 1) O Partido e os intelectuais orgânicos;
- 2) A organização das classes subalternas;
- 3) A reforma intelectual e moral da sociedade civil;
- 4) Neutralização do aparelho privado e estatal de hegemonia e de coerção da classe dominante;
- 5) A integração (identidade-distinção) da sociedade civil e sociedade política; ampliação do Estado.



- 1) Organização das classes subalternas:
 - Aparelhos privados de hegemonia;
 - Sociedade Civil organizada.
- 2) Reforma Intelectual e Moral:
 - Superação do Senso-Comum.
 - Conscientização político-ideológica;
 - Formação do consenso.
- 3) Neutralização do aparelho hegemônico e de coerção do grupo dominante:
 - Enfraquecimento das "trincheiras" da sociedade liberal-democrata.
- 4) Ampliação do Estado:
 - Integração da Sociedade Civil e Sociedade Política ("Estado Ampliado" ou "Sociedade Ampliada")

1. O Partido e os Intelectuais Orgânicos

O Partido, na fase da luta pela hegemonia, continua a ter a função de difusão da concepção do mundo (comunismo marxista) e principalmente a de elaboração da política e da ética (fidelidade aos fins buscados) adequados à sua realização concreta. Neste papel, o partido é:

- O experimentador histórico de tal concepção (no interior do partido, "o reino da necessidade já passou ao reino da liberdade");
- O formador das novas intelectualidades "totalitárias" (unitárias e universais, os dirigentes por adesão individual);
- O reformador intelectual e moral da sociedade. [24]

Estas funções, que se somam àquelas que o partido já exercia anteriormente (fase econômico-corporativa), identificam-no como o "*intelectual coletivo*", imagem expressiva e apropriada que, modernamente, lhe é atribuída.

A ação política é conduzida predominantemente dentro das regras do jogo democrático, repetidamente declarada e ostensivamente praticada na legalidade. As alianças de classes são procuradas e, atualmente, é admitido o "pluralismo das esquerdas", isto é, a aceitação de que mais de um partido ou organização política participe da luta pela hegemonia das classes subalternas no âmbito da sociedade civil e que participe, por assim dizer, da construção "consensual- democrática" do socialismo. Esta posição política é importante porque, modernamente, pode passar a ser parte da concepção tática da transição para o socialismo, nas fases que antecedem à tomada do poder. A unidade das esquerdas e a hegemonia exclusiva de um dos partidos-classe não são necessidades críticas nesta fase do processo revolucionário e podem ser deixadas para serem resolvidas mais tarde, depois da tomada do poder.

Todos os membros do partido devem ser considerados "*intelectuais*", não importa em que níveis funcionais se encontrem. Não existe organização sem intelectuais.

O partido é o organismo próprio de formação dos seus *intelectuais orgânicos* nos campos político e filosófico, transformando-os de meros componentes de um grupo social de natureza econômico-corporativa, em intelectuais políticos qualificados,

dirigentes e organizadores. Trata-se da elaboração de uma elite, mas este trabalho não pode ser separado do trabalho de educação das grandes massas.

No campo técnico-produtivo, no âmbito das classes subalternas, são formados os intelectuais de estrato intermediário, militantes e ativistas, do nível de "cabos e sargentos" como no Exército.

O processo de formação dos intelectuais orgânicos é longo e difícil e deve ser sempre ligado às massas. O intelectual orgânico está consciente da sua posição de classe.

Esta elite tem uma função também criadora que se realiza no interior do Partido e que está ligada à discussão e ao desenvolvimento crítico de conceitos ideológicos. Entretanto há um limite à liberdade de discussão e de difusão de novas idéias. Esta limitação não deve ser entendida no sentido policial mas de auto limitação que os dirigentes livremente põem à sua própria atuação. Este tema está ligado ao conceito de "centralismo democrático".

O novo intelectual não é apenas um orador eloqüente, o eletrizador de multidões, mas aquele que chegou a uma concepção humanitária histórica e que se tornou dirigente; aquele que orienta, influencia e conscientiza ("especialista + político").

Todo grupo social fundamental que tem origem numa função essencial do sistema de produção econômica (capitalista ou proletário) cria também seus intelectuais orgânicos, porém mais ligados aos interesses corporativos. A relação entre os intelectuais do partido e o mundo da produção (proletariado) "não é imediata mas deve ser mediatizada", isto é, deve ser persistentemente procurada em diferentes níveis e setores, buscando e desenvolvendo seus intelectuais orgânicos para uma condição política e cultural mais elevada e universalizada.

O grupo social e o partido que o expressa encontram categorias de intelectuais já existentes na sociedade que refletem a continuidade histórica ou que representam o grupo social dominante. Estes são os *intelectuais tradicionais* cujo tipo é vulgarmente reconhecido como cientista, filósofo, literato, artista e profissional dos meios de comunicação social, estes que se "crêem também ser os verdadeiros intelectuais", como diz Gramsci. Os intelectuais tradicionais estão ligados a valores e cultura antigos, sem identificação com uma ideologia de classe, formando um grupo isolado sem ligação com as massas.

O grupo que luta pela hegemonia e pelo domínio (conquista do poder) *deve lutar também pela assimilação e conquista ideológica dos intelectuais tradicionais*. Mais eficaz e mais rápida será esta conquista quanto maior for a capacidade de o grupo social elaborar simultaneamente os seus próprios intelectuais orgânicos.

O partido político é o organismo que realiza na sociedade civil a mesma função do Estado na sociedade política: proporcionar a soldagem dos intelectuais orgânicos do partido ou do grupo dominante com intelectuais tradicionais.

A visão de Gramsci, segundo a qual todos os membros do partido, em todos os níveis, são intelectuais, é procedente porque a atuação deles é predominantemente intelectual assim como os fins a realizar (psicológicos e culturais) na fase de luta pela hegemonia.

Assim deve ser, entendendo que devem realizar na sociedade civil uma profunda transformação política e cultural, não só de desenvolvimento das classes subalternas (conquista da hegemonia e formação do consenso) como também de envolvimento das classes burguesas, "amestrando-as".

O papel do partido como formador, educador e dirigente bem o identifica com a função de "Intelectual Coletivo" como atualmente tem sido reconhecido. (A16)

2. Organização das Classes Subalternas

A hegemonia e o consenso não podem ser criados, desenvolvidos e exercidos de modo contante e consistente em uma classe social difusa e que só tenha expressão como massa, eventualmente excitada ou motivada por um fato episódico. A hegemonia e o consenso, como fenômeno contínuo e eficaz, têm que estar apoiados em organismos coletivos permanentes que, inicialmente, formem e orientem (dirijam) a vontade coletiva e que, já mais desenvolvidos, possam assumir certas funções públicas, "ampliando" o conceito de estado (sociedade civil + sociedade política) na gestão governamental.

Um organismo coletivo é constituído de pessoas que se reuniram e que aceitaram ativamente uma hierarquia e uma direção (orientação) determinada. [25] O organismo coletivo só terá consistência se cada indivíduo se identificar com ele e for um elemento participativo.

Os organismos podem ser do tipo *privado* ou *público*; aqueles ligados à sociedade civil e estes, ligados à sociedade política (órgãos de governo).

Os organismos privados ou particulares podem ser empreendimentos (movimentos) ou organizações *voluntárias* (ou contratuais) ou ainda empreendimentos e organizações de *blocos sociais homogêneos*.

Os primeiros são aqueles que se fundam com finalidades diversas (econômicas, políticas ou sociais) no seio da sociedade civil. Buscam realizar interesses comuns dos indivíduos heterogêneos, mas não propriamente uma vontade coletiva orgânica: clubes, associações, igreja, escola, etc.

As organizações dos blocos sociais homogêneos, diferentemente, buscam realizar os interesses políticos de classe e a vontade coletiva que a anima: sindicato, partido-classe, certas organizações não-estatais, comunidades, etc.

Neste conjunto de organismos voluntários e de blocos sociais homogêneos, um ou mais predominam sobre os outros (particularmente sobre os contraditórios) e sobre a inteira sociedade civil, constituindo o *aparelho privado hegemônico* de um grupo social, tornando-se a base da ampliação do Estado, concepção gramscista de "identidade-distinção" de sociedade civil - sociedade política.

[Essa parte é especialmente importante. - Alexander Gieg]

Os organismos privados que têm maior expressão ostensiva são os sindicatos e determinadas entidades que atualmente são denominadas "*organizações não-governamentais*" (ONG's). Os sindicatos são organismos de blocos sociais homogêneos mas só terão expressão hegemônica quando superarem a natureza meramente econômico-corporativa, alcançando uma consciência político-ideológica nacional e internacional. (A17) As organizações não-governamentais, geralmente são do tipo voluntário, de âmbito nacional ou internacional. Têm por objetivo promover um ideal ou realizar uma finalidade que julgam de benefício da nação ou da humanidade. Quando são induzidas por um movimento político-ideológico, tornam-se aparelhos privados de hegemonia. Frequentemente assumem o papel de "organismos intermediários democráticos" entre as grandes massas e o estado, como o são os sindicatos, os partidos e os parlamentos.

O ativismo das ONG's as faz, muitas vezes, competidoras com o estado, assumindo certas funções estatais no seio da sociedade civil, tais como as relativas a direitos humanos, ambientalismo, paz, não-violência, anti-racismo, promoção social, como por exemplo, infância e adolescência, mulher, minorias, defesa do consumidor, etc.

Os aparelhos privados de hegemonia são também organismos de expressão do consenso e de difusão da ideologia. No seu conjunto, constituem o que se chama *sociedade civil organizada* que, integrando-se à sociedade política, realiza o conceito gramscista atualmente citado como "Estado Ampliado", na verdade, e mais

propriamente "Sociedade Ampliada".

A noção de sociedade civil organizada tem referência implícita nas proclamações populares de "povo unido jamais será vencido", freqüentemente repetidas nas manifestações públicas atuais.

As organizações privadas de hegemonia têm uma certa correlação com as denominadas "organizações de massa" de concepção estratégica marxista-leninista. Porém estas têm uma finalidade mais restrita, porque se destinam ao controle, enquadramento e manipulação da massa, tendo em vista o "trabalho de massa" e a tomada do poder.

3. Reforma Intelectual e Moral da Sociedade

A luta pela hegemonia se desenvolve preliminarmente na realização de uma profunda reforma intelectual (ideológica) e moral (cultural) da sociedade civil visando principalmente:

- Elevar as classes subalternas da condição de "classe corporativa" (de interesses meramente econômicos, egoísticos e passionais) à condição de "classe nacional" (com consciência de classe e protagonista).
- Adequar a cultura popular à função prática de realizar a transição para o socialismo:
 - Exercer a hegemonia e o consenso;
 - Capacitar ao exercício do poder.

Esta reforma é conduzida por intermédio de uma ampla e continuada "penetração cultural" realizando três complexos empreendimentos: (A18)

- Superação do senso comum (substituição ou refinamento dos valores culturais da burguesia).
- Conscientização político-ideológica (desenvolvimento "ético" das classes subalternas).
- Formação do consenso.

A reforma intelectual e moral tem por objeto as classes subalternas e por sujeito os intelectuais orgânicos, com a participação consciente ou inconsciente, dos intelectuais tradicionais. Estes podem assumir o papel de intelectuais orgânicos por livre adesão (convencimento) ou por ingenuidade, acomodação, "modernismo" (A19) e até por capitulação. [26]

A reforma cultural não se dirige apenas às classes subalternas mas também à classe dominante, à burguesia, com a finalidade de assimilá-la ou, pelo menos, de levá-la a aceitar as mudanças intelectuais e morais como parte de uma natural e moderna evolução da sociedade, explorando sua passividade, indiferença e permissividade.

a) Superação do Senso Comum

O senso comum é o conjunto de valores, história, tradições, hábitos e costumes, conceitos e expectativas (culturais, religiosas, cívicas, sociais, filosóficas, etc.) aceito, consciente ou inconscientemente e praticados pelos membros de uma sociedade em geral. Constitui uma "cultura" ou "filosofia" generalizada que se enraíza na consciência coletiva e que se expressa numa concepção de vida, de homem e do mundo (ideologia). O senso comum que predomina é aquele do grupo social dominante.

A superação do senso comum é um empreendimento de profunda e demorada transformação cultural e psicológica da sociedade civil como um todo e das classes subalternas em particular. [27]

Consiste em apagar certos valores tradicionais e uma parte significativa da

herança cultural (intelectual e moral) da sociedade burguesa e substituí-las por conceitos novos e pragmáticos, abrindo as mentes das pessoas para as mudanças políticas, econômicas e sociais que farão a transição para o socialismo. No novo senso comum, podem ser preservados alguns velhos conceitos que possam ser "instrumentais", bastando aprimorá-los para também contribuírem para a formação da nova mentalidade. Trata-se "de elaborar uma filosofia que se torne o senso comum renovado, coerente com a filosofia popular" (Op. Cit.) e com os fins buscados no processo político-ideológico no qual tudo deve estar inserido.

O Partido é o centro homogêneo de difusão do novo senso comum, mas não é o único. É preciso ainda estabelecer um amplo sistema orgânico e também "espontâneo" no interior da sociedade civil, abrangendo variados canais informais, desligados das organizações políticas (partidos e estados), por meio do qual se fará a penetração dos novos sentimentos, conceitos e expectativas. Dentre os canais de difusão do novo senso comum, em primeiro lugar estão os meios de comunicação social (imprensa, rádio e televisão), mas não excluindo, como igualmente importantes, o setor editorial, a cátedra, o magistério, a expressão artística e o meio intelectual tradicional.

O elemento dinâmico do sistema de difusão, como educador, transformador da cultura e elaborador de uma consciência coletiva homogênea é o intelectual orgânico. Mas é preciso uma unidade, um contato direto, uma identidade imediata entre o intelectual e a massa não só pelos meios de comunicação, mas principalmente no interior das organizações privadas.

Os intelectuais tradicionais geralmente sentem uma natural atração pela novidade cultural, podendo aderir voluntariamente, por conveniência ou por constrangimento da opinião pública e do patrulhamento ideológico. Gramsci menciona Manzoni que "falando do fato de que existia quem não acreditava que os untadores disseminassem a peste, mas era incapaz de defender sua opinião contra a opinião vulgar difusa": "(...) havia bom senso, mas ficava escondido por medo do senso comum." (k)

São indispensáveis multiplicadores, ampliando e "orquestrando" os novos conceitos sociais, "universalizando" a sua difusão e construindo a aparência de espontâneo desenvolvimento intelectual e moral da sociedade moderna.

O empreendimento de penetração cultural visando substituir o senso comum e a concepção burguesa do mundo é um processo didático que exige alguns procedimentos metodológicos para influir eficazmente a mentalidade popular. [29]

Primeiro, não se deve cansar de repetir os argumentos, porém fazendo variar as formas e os meios de difusão ("orquestração"). (A20)

Segundo, deve-se atuar continuamente, atingindo cada vez mais amplos segmentos populares, visando:

- elevar intelectualmente as massas populares (conscientizá-las);
- formar uma elite intelectual (liderança) oriunda da própria massa e que, com ela permaneça continuamente ("espartilho, isto é, enquadramento permanente").

Este segundo procedimento é o que realiza as transformações efetivas.

Quando uma pessoa supera criticamente o senso comum e aceita novos valores e conceitos culturais e sociais, terá aceito uma filosofia nova e estará em condições de compreender uma nova concepção do mundo e contribuir para a sua concretização.

b) A Conscientização Político-Ideológica

Já iniciado o processo de mudança do senso comum e a partir do momento em que já se tenha adquirido uma compreensão de classe (mesmo que incipiente) e um certo sentimento de oposição entre ela e a classe dominante, passa-se ao "momento da

crítica e da consciência". [30]

A conscientização político-ideológica é a orientação educativa dos integrantes das classes subalternas no sentido de:

- fazer a crítica da sua própria concepção do mundo (expectativa) para chegar a uma concepção unitária e coerente (entendimento do pensamento marxista, posto no seu nível cultural);
- levar os "subalternos" à adesão e participação na luta pela sua realização.

Em outras palavras, dar sentido político ao novo senso comum para se formar o *consenso*. O êxito deste trabalho depende da superação crítica do senso comum (nova mentalidade) e do sentimento de pertencer a uma classe que busca a hegemonia (consciência política).

Inicialmente, deve-se apresentar uma "filosofia" crítica (marxismo), em que se discute as contradições e injustiças da sociedade burguesa capitalista. Em seguida, conduzir o "simples" a uma concepção de vida superior, uma expectativa socialista.

Este trabalho é conduzido pelos mesmos intelectuais orgânicos em contínuo contato com os elementos subalternos, principalmente no seio das organizações privadas de hegemonia. (A21) Esta aproximação, convivência e ligação entre os intelectuais e a massa, deve forjar um "bloco intelectual moral", tornando politicamente possível o desenvolvimento ideológico das classes subalternas.

A consciência político-ideológica é mais um problema de "fé" do que de compreensão racional da ideologia. A militância política ou *protagonismo* na mudança da história deve ser vivida como uma "religião". (A22)

A adesão à ideologia é que vai dar sentido prático (político) ao senso comum renovado e que vai permitir a formação do consenso.

c) Formação do Consenso

Vimos anteriormente (Capítulo I) que o *consenso* é um conceito entendido como conformidade de um grupo social com as iniciativas do Estado para alcançar os fins que a sociedade pretende. [31] A conformidade do grupo significa concordância, adesão e acordo coletivo com idéias e ações de um agente político ou social.

O consenso é a expressão objetiva da hegemonia que a classe subalterna exerce sobre a sociedade civil e que a transforma em classe dirigente.

Entende-se que o consenso se refere e respalda a atuação da sociedade política ou, estritamente, do governo que é o agente da classe dirigente no poder. Assim, o consenso é uma manifestação de apoio que, a bem dizer, só se efetivará objetivamente quando a classe subalterna já estiver no poder, tornando-se classe dominante. Entretanto pode-se também entender que ele já é necessário e se forma antes mesmo deste momento histórico. A direção dos órgãos privados de hegemonia, a ação política do partido e o programa de um governo "socialista democrático", eventualmente eleito no exercício do jogo político da sociedade burguesa, precisam contar com a adesão e o apoio da classe de que são parte.

Podemos assim aduzir que o consenso se manifesta em diferentes momentos à medida em que a classe subalterna vai ganhando consciência política e expressão hegemônica:

- Nas organizações privadas, concordância e apoio ativo aos dirigentes voltados para a construção da hegemonia no seio da sociedade civil;
- Em relação ao Partido, adesão e apoio organizado à sua atuação para a realização do socialismo e, mais imediatamente, para a conquista do poder;
- Em relação a um governo "socialista democrático", eleito no contexto da democracia burguesa, sustentação e apoio que deve ir além do instante

eleitoral e permanecer, "a ponto de que aqueles que consentem poderiam ser considerados como funcionários do Estado" (Op. Cit.); (A23)

- Finalmente, no Estado-Classe já estabelecido, conformismo social, vontade coletiva e apoio permanente à sociedade política para conduzir as transformações políticas, econômicas e sociais que implantarão o socialismo. (A24)

O consenso deve revestir-se das seguintes características:

- 1) Ser permanente, como manifestação continuada e repetida de adesões livres a cada momento do processo político;
- 2) Ser organizado, e não "genérico e vago", isto é, orientado e manifestado por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia;
- 3) Ser ativo, isto é, ostensivo e participativo, contribuindo para a realização do projeto político-ideológico.

O consenso é manifestado não só pela atitude consciente de aprovação coletiva e pelo trabalho voluntário (militância), mas principalmente:

- pela opinião pública que se expressa nas pesquisas de opinião e nos meios de comunicação social; (1)
- pelas demonstrações coletivas e ostensivas levadas a efeitos por manifestações públicas, passeatas e comícios.

A opinião pública é uma disposição intelectual diferente do consenso, embora ambas tenham raízes no senso comum. É entendida como um modo generalizado de ver, pensar e julgar pessoas, atos e fatos em um dado momento. Diferentemente do consenso, é episódico, opinativo (pró e contra) e difuso (não organizado). Opinião pública é um dos aspectos do pensamento popular que deve ser disputado com a sociedade política e com o grupo dirigente. Num dado momento pode ser útil, necessária, favorável ou adversa. [32]

O consenso é, por excelência, a expressão objetiva da hegemonia nascente ou já consolidada no âmbito da sociedade civil.

4. Neutralização do Aparelho Hegemônico e de Coerção do Grupo Dominante

As "trincheiras" e "defesas" das sociedades liberal-democratas dos países de capitalismo moderno e de democracia avançada (sociedades e estados do tipo "ocidental") são muito fortes.

Correspondem às instituições e convicções ideológicas que historicamente têm sido a barreira que impediu a vitória da revolução quando tentada nestes países, segundo o modelo estratégico marxista-leninista de ataque frontal ao poder ("guerra de movimento").

É preciso identificar quais são os elementos da sociedade civil e do aparelho estatal que constituem o sistema de defesa e que serão objetivos da "guerra de posição" de modelo gramscista. [33]

Além do complexo ideológico-cultural que já comentamos quando tratamos da superação do senso comum, o sistema é formado por um conjunto de elementos materiais, organizações e instituições privadas e estatais da sociedade civil e da sociedade política que constituem o aparelho hegemônico e o aparelho de coerção do grupo dominante burguês.

Dentre estas inumeráveis organizações e instituições políticas, econômicas e sociais podem ser assinalados os órgãos de comunicação social (imprensa, rádio, televisão, etc.), a escola, a igreja (particularmente a católica romana), os partidos políticos, o parlamento, os órgãos de classe empresarial, as forças armadas, o aparelho policial e, em certa medida, a família.

A TOMADA DO PODER E A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO SERÃO IMPOSSÍVEIS SEM A PRÉVIA NEUTRALIZAÇÃO DESSE SISTEMA DEFENSIVO. (A25)

O empreendimento de neutralização é complexo e é conduzido pelo amplo trabalho psicológico (A26), político e ideológico que realiza o esvaziamento do moral do elemento humano das organizações burguesas, de tal modo que elas perdem o seu valor funcional e ético perante a sociedade civil, produzindo, num processo contínuo e progressivo:

- Enfraquecimento (desarticulação e perda de sustentação política, legal e da opinião pública);
- Esvaziamento (perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético - "denuncismo", quebra da coesão interna - "racha" e "descolamento" ou "isolamento").
- Constrangimento e inibição (patrulhamento (A27), penetração ideológica e infiltração de intelectuais orgânicos e tradicionais arrivistas na escola, no judiciário, nos órgãos de comunicação social, na área editorial, etc.)
- Perda de valores religiosos, morais, cívicos e da tradição histórica e cultural da nação.

A "guerra de posição" no seio da sociedade civil é uma "batalha de usura", longa, paciente, cheia de alternativas que virá progressivamente reduzindo à impotência as "trincheiras" e "fortificações" da sociedade e do estado burgueses, criando as condições e abrindo o caminho para a tomada do poder.

5. Ampliação do Estado

Conceito de Gramsci que vê a integração da sociedade civil com a sociedade política, "*identidade- distinção*" de duas esferas diferentes e relativamente autônomas, mas inseparáveis. Uma nova fórmula de estado que supera o estado de concepção capitalista burguesa, e que, ao mesmo tempo, evita o estatismo "burocrático" de modelo soviético. [34]

Este conceito segundo o qual o estado não se limita aos seus órgãos de governo, mas que também abrange diversos organismos sociais, corresponde a uma "ampliação do estado". Em termos modernos, ao "Estado Ampliado". A sociedade civil, por intermédio das organizações privadas de hegemonia, indica a "direção" política e cultural, e passa a executar certas funções públicas que antes pertenciam exclusivamente à esfera estatal. Certos aparelhos estatais de coerção, próprios do estado burguês, tornam-se algo privado passando a fazer parte da sociedade civil. Talvez fosse mais próprio dizer-se "*sociedade ampliada*".

Esta integração cria uma estreita correlação de funções desenvolvidas em esferas autônomas e, de certa forma, em aparente contradição, mas na verdade, integradas: (A3)

[1 de 4] -----

SOCIEDADE CIVIL < --- > SOCIEDADE POLÍTICA

[2 de 4] -----

SOCIEDADE CIVIL: Hegemonia / SOCIEDADE POLÍTICA: Dominação

[3 de 4] -----

SOCIEDADE CIVIL: Consenso / SOCIEDADE POLÍTICA: Coerção

[4 de 4] -----

SOCIEDADE CIVIL: Direção / SOCIEDADE POLÍTICA: Comando

A concepção do "Estado Ampliado" só terá plena aplicação depois que as classes subalternas tiverem conquistado o poder e quando um novo tipo de estado e de sociedade tiverem sido implantados. Esta fase significa um estágio de evolução para o fim do estado e para o advento da *sociedade regulada*.

Entretanto, mesmo antes da conquista do poder pelas classes subalternas, o estado burguês poderá sofrer um processo inicial de "ampliação", na medida em que estas classes forem conquistando a hegemonia no interior da sociedade civil e em que esta vai conquistando a sua função de direção político-cultural.

Desta maneira, as classes subalternas podem obter a hegemonia em certas organizações privadas e, por meio da ativa ação política podem assumir, direta ou indiretamente, a execução de algumas funções de governo. Por exemplo, no sistema escolar, nas comunidades, no campo dos direitos humanos, no controle ambiental, na segurança pública, na saúde pública, etc.

Assim estariam sendo antecipadas algumas etapas de ampliação do estado e criando [sic] condições para a tomada do poder (enfraquecimento do Estado burguês).

Na relação da sociedade civil e sociedade política desenvolvem-se a formação sócio-política das massas e a responsabilidade, a capacidade de governar das classes subalternas.

6. À Guisa de Conclusão

A fase da luta pela hegemonia é a ação estratégica central da concepção gramscista (a "guerra de posição", propriamente dita), como já fizemos alusão. Um dos seus objetivos é criar as condições para a tomada do poder, anulando a burguesia como classe dirigente e enfraquecendo os organismos de coerção do Estado.

A primeira ação da fase seguinte, a fase estatal, corresponde exatamente à tomada do poder, mas só se dando por finalizada a luta pela hegemonia, quando já se tiver realizada [sic], em nível adequado para o exercício do poder, a necessária reforma intelectual e moral da sociedade civil.

O projeto revolucionário, todavia, pode fracassar na tentativa de tomada do poder e deixar inacabada a mudança cultural da sociedade. Os valores tradicionais, morais e cívicos, terão sido destruídos sem que ainda tenham sido substituídos por uma nova formulação ética. Uma sociedade amoral, desorganizada e com uma liderança desfibrada terá sido a herança da revolução inconclusa.

Gramsci admite também a possibilidade de ocorrer um instante crítico e delicado no processo de transformação intelectual e moral da sociedade; um vácuo ético-social e individual, um período de relaxamento e de dissolução moral decorrente da perda momentânea dos valores e tradições anteriores. [35]

O risco, porém, é necessário e se justifica porque uma "nova concepção se está formando". (A28)

O empreendimento revolucionário, apesar de tudo, é "ético" porque é adequado aos fins pretendidos. (A29)

Este livro pretende ser didático. Por isto, pareceu-nos oportuno resumir esquematicamente a concepção gramscista da *Luta pela Hegemonia*, proporcionando uma visão sintética da fase que justamente expressa a "guerra de posição" na transição para o socialismo.

LUTA PELA HEGEMONIA (+) (A30)

- ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS
 - 1) Organizações privadas voluntárias;
 - 2) Organizações Privadas de Blocos Homogêneos (Aparelhos Privados de Hegemonia).

- REFORMA INTELECTUAL E MORAL DA SOCIEDADE
 - 1) Superação do Senso Comum;
 - 2) Conscientização Político-Ideológica;
 - 3) Formação do Consenso.

- NEUTRALIZAÇÃO DO APARELHO HEGEMÔNICO DA BURGUESIA
 - E do aparelho de coerção do Grupo Dominante ("trincheiras e defesas")
 - 1) Esvaziamento;
 - 2) Enfraquecimento;
 - 3) Constrangimento e inibição;
 - 4) Perda dos valores orgânicos.

- AMPLIAÇÃO DO ESTADO (Estado Ampliado)
 - Identidade-Distinção da Sociedade Civil e Sociedade Política.

É também oportuno chamar a atenção para um aspecto importante da estratégia gramscista: a guerra de posição tem por objetivo a conquista da sociedade civil, incluindo a neutralização das "trincheiras" da burguesia. Isso não significa que a guerra de movimento tenha sido definitivamente descartada. Justamente, a partir deste êxito, a conquista do poder assume as características de assalto ao Estado, se antes não tiver sido possível simplesmente se apossar do poder. (A31)

TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

V. FASE ESTATAL

=====

A *Fase Estatal* é aquela em que as classes subalternas, conquistando o poder por intermédio de vigorosa ação política do Partido e do uso da força, fundam um novo Estado que promoverá as profundas transformações econômicas, sociais, políticas e individuais que instaurarão o socialismo no país até então capitalista burguês.

Esta fase tem muita identidade com a fase da Revolução Socialista de concepção leninista. Entretanto, Gramsci tem alguns conceitos próprios, particularmente quanto à estrutura do novo Estado, à integração da sociedade civil com a sociedade política e à condução das transformações para implantação da sociedade socialista.

O empreendimento inicial da fase estatal é a conquista do poder sem o que, a transição para o socialismo deixa de ser revolucionária e se faz meramente "reformista", cuja realização se faria num longo processo de êxito duvidoso.

O final da fase é a criação do estado e da sociedade socialista marxista, aquela que tem realizadas em si todas as condições para que se dê a passagem do "mundo da necessidade para o mundo da liberdade", a sociedade comunista.

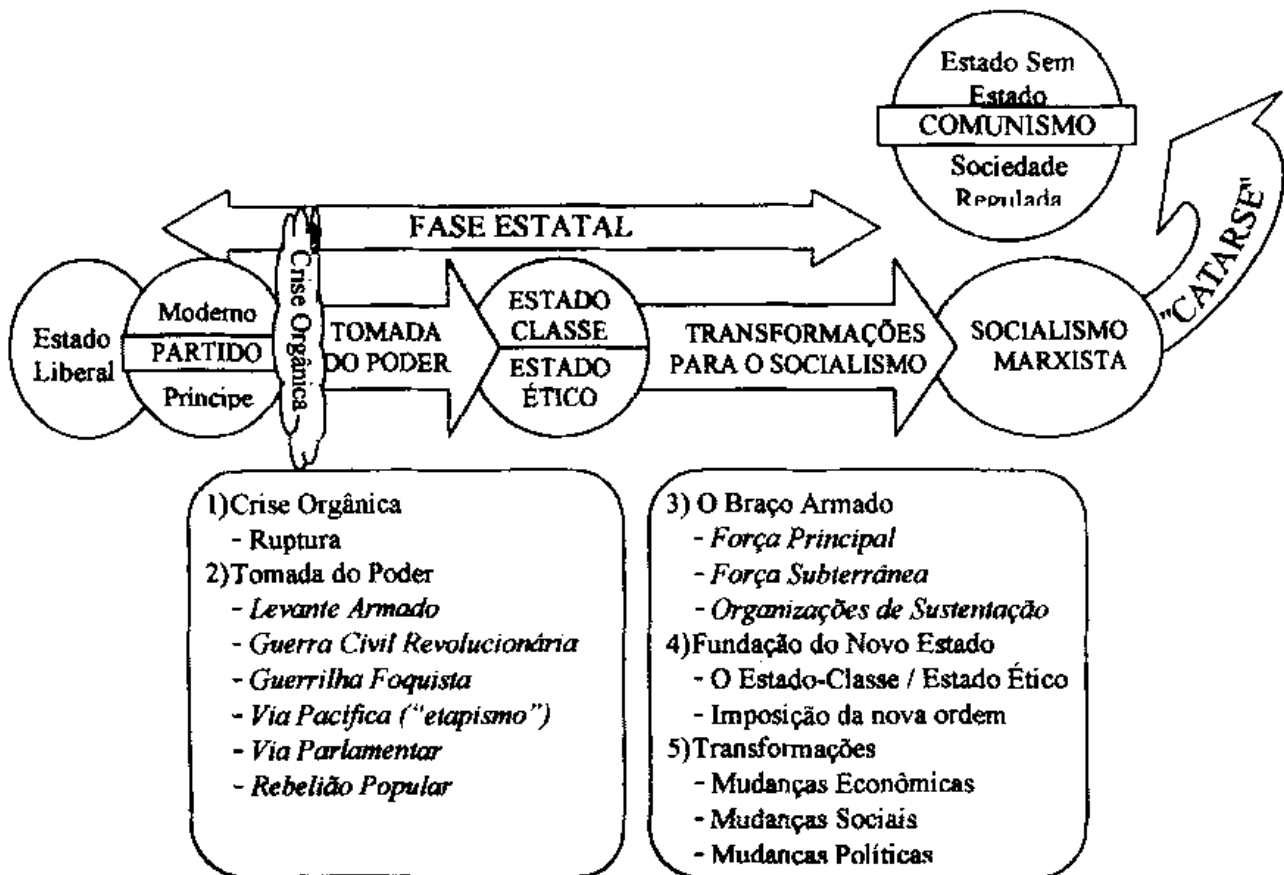
O agente diretor dos empreendimentos desta fase de radicais transformações continua a ser o Partido, cujo papel de desencadeador, condutor, orientador e culminador do processo é tão importante e indispensável que Gramsci o identifica como o "*Moderno Príncipe*", noção tirada da obra de Maquiavel "O Príncipe".

Esta associação traz o Príncipe, protagonista de transformações, para o mundo atual e poderia também identificar o "Moderno Maquiavel" na figura do autor de os Cadernos do Cárcere. (A32)

As ações capitais que o Partido conduz ou orienta nesta fase podem ser assim relacionadas:

- 1) Direção da crise orgânica (política, econômica e social) que desestabiliza o estado burguês.
- 2) Ruptura e conquista do poder;
- 3) Fundação do novo estado e implementação da nova ordem;
- 4) Realização das transformações socialistas.

Na fase estatal, todas as superestruturas (estado e sociedade civil) devem desenvolver-se e a estrutura (economia e sistema de produção) deve ser transformada para que se realize efetivamente o socialismo.



1. O Moderno Príncipe

Repetindo, o *Partido* é o agente diretor das transformações que levarão à fundação do socialismo marxista no país. Acrescentam-se ao seu papel histórico novas funções político-culturais que levaram Gramsci a identificá-lo nesta fase como o Moderno Príncipe. [36]

As novas funções que apresentam [sic] são exercidas em quatro momentos que marcam o desenvolvimento da fase estatal: (A33)

- 1) Nas crises econômicas, políticas e sociais pelas quais a sociedade liberal-democrática passa eventualmente em sua história e na *crise orgânica* que abre caminho para a tomada do poder;
- 2) No processo de tomada de poder;
- 3) Na fundação do novo estado;
- 4) Nas transformações econômicas, políticas e sociais.

No primeiro momento, na crise orgânica, o partido deve estar preparado para dirigir os acontecimentos, orientando-os para que produzam resultados progressistas, convenientes e construtivos para o processo de transição para o socialismo e para que não ocorram efeitos reacionários que obstruam este processo. (A34)

No segundo momento, na tomada do poder, a iniciativa deve ser do partido, que conduzirá o empreendimento de modo a se tornar hegemônico ou único (com exclusão dos outros partidos, inclusive aliados) após a vitória, destruindo todas as outras organizações ou as incorporando num só sistema cujo elemento diretor seja o Partido revolucionário. (m) (A35)

No terceiro momento, na fundação do novo estado, o partido imporá a sua concepção e fornecerá os dirigentes que para isto preparou no interior da própria organização. O Partido, que é potencialmente uma estrutura estatal, está "historicamente fundamentado para criar um novo estado".

No quarto momento, nas transformações da estrutura e das superestruturas, o Partido será o anunciador e o organizador de uma reforma material, intelectual e moral da sociedade civil e será o criador de uma vontade coletiva nacional-popular que dará origem a uma nova forma de civilização, moderna e superior.

Esta transformação está diretamente dependente da reforma econômica e do sistema de produção que será conduzida pelo Estado.

O Partido não se integra ao Estado nem exerce o governo: "Não reina nem governa, mas é o órgão político que tem o poder de fato" (Op. Cit.); exerce a função hegemônica sobre a sociedade civil e, ao mesmo tempo, mantém vinculação com a sociedade política, sobre a qual exerce função de direção intelectual e moral.

Pode-se imaginar que Gramsci pretendeu distribuir as funções reformadoras entre o Partido e o Estado, porém sem perda da unidade de desempenho e de objetivos:

- O Partido, o agente diretor (orientador);
- O Estado, o agente transformador.

O Partido deverá exercer também função de polícia, isto é, de defesa de uma ordem política estabelecida (legal) contra grupos reacionários depostos do poder ou para conter elementos progressistas radicais que exorbitam em suas concepções e ações. (A36) Aliás, função de polícia que é exercida por qualquer partido político de um grupo dominante.

O Partido é progressista quando funciona conforme o centralismo democrático. Torna-se reacionário, quando tende para o centralismo burocrático (alusão ao modelo soviético). Uma parte do Partido deverá estar voltada para o "jacobinismo", isto é, para uma linha partidária de oposição radical ao liberalismo (mas partidário da "democracia") e de exaltado ardor revolucionário. [37] (A37)

2. A Crise Orgânica

A *Crise Orgânica* é o momento histórico em que o grupo dominante, representado pela sociedade política, perdeu a hegemonia, o consenso e a integração com a sociedade civil, (A38) tornando o estado burguês vulnerável à conquista e à destruição pelas classes subalternas guiadas pelo Partido revolucionário. [38] (A39)

Nem todo rompimento entre governados e governantes é uma *crise orgânica*, digamos, uma *crise institucional*. Há também crises que se colocam em níveis menores:

- Crises político-sociais ;
- Crises de hegemonia ou de autoridade.

Estas crises de menor profundidade podem evoluir para uma crise institucional, principalmente quando conduzidas por uma "vontade consciente" que ao oriente num processo progressista, na ocasião promissora para a conquista do poder ou em oposição a um movimento reacionário.

a) Crises Político-Sociais

Estas crises são produzidas por fenômenos políticos e sociais (e também econômicos) e são "não-predeterminadas, não-organizadas, não-dirigidas de modo evidente" (Op. Cit.), nos quais os governados expressam seu descontentamento e reivindicações por meio de "pressões psicológicas" ("pressões de base"). [39] As classes populares exigem dos dirigentes providências ou modificações econômicas, sociais e políticas. Ocorre uma "fratura" momentânea na unidade social em razão das falhas da sociedade política e das exacerbações no interior da sociedade civil, gerando uma "crise conjuntural" ou ocasional. Ou seja, sem desdobramentos ou conseqüências históricas importantes.

A divergência popular com a política econômica do governo, exigindo modificações, significa perda de confiança. A repetição destes momentos de antagonismo indica o surgimento da crise político-social e o enfraquecimento do estado.

Neste ponto, torna-se oportuno comentar os denominados "movimentos espontâneos", isto é, aqueles que, naturalmente, irrompem no seio da massa ou de um segmento da sociedade civil, como fenômeno reivindicatório expressivo ou como perturbação na ordem ou insurgência.

Desde logo pode-se dizer que não existe um movimento espontâneo "puro". Haverá sempre um elemento dirigente por trás ou no meio dele. (A40)

Geralmente estes acontecimentos envolvem grupos e classes sociais que ainda não passaram da condição econômico-corporativa e que ainda não alcançaram a condição de *classe nacional*. Estes movimentos espontâneos podem, porém, ser transformados, por meio da "educação", numa "mentalidade moderna". (A41)

Negligenciar ou desprezar estes movimentos é um erro que pode ter graves conseqüências. É preciso dar-lhes uma "direção consciente" e elevá-los a um plano superior, conferindo-lhes um sentido político objetivo. Isto é tarefa do Partido. (A42)

A unidade da "espontaneidade" e da "direção consciente", isto é, a disciplina, fará a diferença entre a ação política real das classes subalternas e a simples aventura de grupos que manipulam as massas para realizar seus próprios objetivos. (A43)

Os movimentos espontâneos de estratos populares mais amplos tornam possível o advento do poder das classes subalternas mais avançadas em razão do enfraquecimento objetivo do estado burguês. Em outras palavras, podem abrir caminho e proporcionar os meios para a tomada do poder.

b) Crises de Hegemonia ou de Autoridade

As crises de hegemonia ou de autoridade acontecem em certas ocasiões da vida política do país quando uma classe ou grupo social discorda e rompe com seu partido e com os seus homens, aqueles que o representam e o dirigem na sociedade civil e na sociedade política. Deixam de ser reconhecidos como sua expressão, rompendo os laços de hegemonia do partido dirigente e do governo, criando uma situação de hostil oposição. [40]

A crise pode decorrer tanto do fracasso de um projeto político da classe dominante, como do fato de que elementos subalternos passaram da passividade a um inesperado ativismo político, apresentando exigências de certa forma revolucionárias.

A divergência dos grupos sociais com os seus partidos e, por extensão, com o governo, dão oportunidades às soluções inadequadas e perigosas para o movimento revolucionário.

A situação imediata se torna delicada e perigosa pois pode favorecer o surgimento de forças providenciais, representadas por lideranças carismáticas salvadoras e reacionárias, trazendo o risco de soluções de força que ameaçam com retrocesso a transição revolucionária em curso.

A única solução capaz de resolver a crise, afastando o perigo letal representado pelo surgimento de forças "providenciais" que podem chegar ao poder nestas ocasiões, é o recurso normal de unificação dos partidos sob a liderança de um deles, aquele que melhor represente as reivindicações das classes insatisfeitas; formação de alianças ou de frentes progressistas.

c) Crise Institucional ou Crise Orgânica

Quando a classe dominante perde o consenso da sociedade civil ou de uma fração considerável dela, significa que deixou de ser dirigente e só permanece dominante graças apenas ao poder de coerção que ainda dispõe, exercendo-o por intermédio da sociedade política. Houve o rompimento das massas com a ideologia tradicional.[41]

Neste ponto da vida nacional, como se refere Gramsci, "o velho morreu e o novo não pode nascer". É a *crise orgânica*, que pode antecipar as condições para a tomada do poder, mas que deve ser conduzida e usada para que se realize esta meta. Sendo que a crise é o "resultado do concurso contraditório de forças, é preciso tentar ser a força determinante". O Partido se constitui como organização política exatamente para ser capaz de dirigir a crise.

Torna-se necessária uma iniciativa política adequada para liberar o "impulso econômico dos entraves da política tradicional" e modificar a direção política de certas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um "bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas" (Op. Cit). (n)

As forças "semelhantes" (progressistas) só se unirão a um organismo novo, o partido único, por meio de uma "série" de compromissos ou pela força das armas, unindo-se num plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção.

O emprego da força é apenas uma hipótese, pois a única possibilidade aceitável de aliança com elementos afins é o compromisso. A força só deve ser recurso empregado contra os que se opõem ao projeto revolucionário. Não contra aqueles elementos que se querem assimilar e cuja cooperação é preciso obter.

As crises econômicas por si mesmas não provocam imediatamente a crise orgânica institucional mas permitem a difusão de certas idéias e pensamentos que se podem encaminhar para um subseqüente agravamento da crise. (A44) (E1)

Nos regimes parlamentaristas, a crise pode resultar do seu mau funcionamento, por razão orgânica ou artificial, particularmente pelas dificuldades crescentes de se formarem os gabinetes, da instabilidade dos próprios gabinetes e da freqüência cada vez maior das substituições de governo. (A45)

A crise no parlamento é o reflexo da crise dos partidos políticos, pela multiplicação deles e pela dificuldade e instabilidade de gestão orgânica.

Os escritos de Gramsci não se estendem às decorrências práticas da crise parlamentar mas permitem deduzi-las:

A crise de governo no parlamentarismo pode oferecer, no seu momento agudo e associado à instabilidade econômica e social, oportunidade do partido das classes subalternas se apresentar como única solução institucional, mesmo que seja minoria, mas por sua organização, coesão e hegemonia. Assim pode chegar ao governo

e exigir poderes excepcionais para resolver a crise. Este pode ser o primeiro passo concreto para o golpe de estado incruento e para a tomada do poder. Foi assim na Itália em 1922 com o fascismo, na Alemanha em 1933 com os nazistas e na Checoslováquia em 1946, com os comunistas.

A crise parlamentar é um caminho interessante de se chegar ao poder, mantendo todas as aparências de fidelidade ao jogo político democrático. (A46)

A crise orgânica pode ser um momento, inesperado ou previsível, conseqüente de um processo político em deterioração. Entretanto, como Gramsci não acreditava no "mecanicismo", certamente deve ter considerado o "protagonismo" do Partido para promover este momento, por meio da subversão, embora tal ação não esteja explicitada em seus cadernos. Em qualquer caso, porém, uma vez irrompida a crise, aproveitá-la (para isto se deve estar preparado) para provocar a "ruptura" e tomar o poder.

3. A Tomada do Poder

A concepção estratégica gramscista não indica claramente a tática de ruptura no momento da crise orgânica e da tomada do poder. Subentende-se que esta vai depender das condições do instante histórico, da "relação de forças" que "justifica uma atividade prática, uma iniciativa de vontade" (Op. Cit.) e, em última análise, de uma decisão oportuna dos dirigentes do Partido. Entretanto, Gramsci indica, discretamente e com aparência de generalização, que a tomada do poder deverá ser um ato de força. [42]

Será assim, a não ser que a crise orgânica seja de tal profundidade que, bem conduzida pelo Partido, provocará o colapso do estado burguês, abrindo o caminho para o golpe-de-estado incruento.

Para o instante em que a "situação culmina e se resolve efetivamente, ou seja, torna-se história" (momento da ruptura) o *braço político* e o *braço armado* do Partido têm que estar muito bem preparados para serem empregados no "momento favorável". E o momento só será favorável se estas forças estiverem efetivamente prontas e dispostas para agir.

A tomada do poder é o momento culminante da luta de classes mas não é o seu ato final. O passo seguinte é a imposição da nova ordem, processo que também exige respaldo armado.

a) A Relação de Forças

A luta de classes se manifesta numa permanente relação ou confronto de forças sociais, políticas e, em última instância, militares, que se desenvolve em três momentos ou graus [43]:

1) *Relação de forças sociais*, ligada à estrutura objetiva e independente da vontade humana. Tem por base o grau de desenvolvimento das forças materiais de produção que dão origem aos grupos sociais fundamentais, cada um com funções distintas e contrastantes. Daí o antagonismo de classes. O Estado, nestas circunstâncias, é certamente concebido como organismo próprio do grupo dirigente e destinado a proporcionar as condições de desenvolvimento e de máxima expansão deste mesmo grupo.

A relação de forças sociais é o próprio antagonismo de classes cujo estágio permite identificar se existem as condições necessárias e suficientes para a transformação da sociedade.

2) *Relação de forças políticas* liga-se ao grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos grupos sociais opostos em cada fase do processo de transição para o socialismo:

- Na fase econômico-corporativa, a relação é feita nas condições de unidade e organização dos grupos profissionais como categoria e não ainda como classe nacional mais ampla.
- Em um momento intermediário, a relação é feita nas condições de tomada da consciência de solidariedade entre todos os membros dos grupos sociais (classes) mas ainda no campo dos interesses econômicos.
- Na fase da luta pela hegemonia, a relação é feita nas condições de aquisição da consciência dos próprios interesses que superam os interesses corporativos e se tornam interesses do conjunto das classes subalternas. Esta fase é essencialmente política, na qual as "ideologias" dos grupos sociais fundamentais se transformam em "partidos" e entram em confronto (luta de classes) emergindo a hegemonia de um deles sobre a inteira sociedade civil, da burguesia ou do proletariado.

3) *Relação de Forças Militares*, está ligada ao momento "imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta".

Nesta curta referência e em outras passagens, Gramsci não abre completamente o pensamento, mas dela se pode deduzir que está falando do momento da "ruptura" (superação inopinada da legalidade burguesa) e da tomada do poder como ato de força, porque o grupo dominante não o cederá sem luta.

b) Modelos Históricos de Tomada do Poder

Gramsci traz longos comentários sobre a Revolução Francesa, sobre a Unificação ("Risorgimento") da Itália, de outros eventos revolucionários e sobre o pensamento de Maquiavel em *O Príncipe* e em *A Arte da Guerra*. (A47) Embora esteja extraindo ensinamentos práticos destas fontes, sempre procura dar a impressão de estar falando genericamente. Não entra em detalhes nem indica categoricamente a forma política ou militar para a conquista do Estado. Entretanto, o seu espírito pragmático se revela nos comentários e não deixa de considerar as alternativas objetivas para a chegada ao poder, não se iludindo com o determinismo histórico.

Parece-nos que este momento crucial da estratégia gramscista é, em quase tudo, semelhante ao mesmo momento da concepção leninista. A diferença está na fase que o antecede. O assalto ao poder leninista é precedido pela "fase democrático-burguesa" que culmina na criação das condições subjetivas e objetivas para o desencadeamento da tomada do poder. A concepção gramscista, diferentemente, é precedida pela obtenção da hegemonia e do consenso na sociedade civil e pela neutralização das "trincheiras" da burguesia. No momento da crise orgânica, a sociedade já está "subvertida" e suas defesas já estão "minadas". (A48)

Pode-se antecipar que a ruptura (superação inopinada da legalidade) e a tomada do poder assumem formas diferentes em cada país e em cada circunstância histórica. Aliás, a estratégia marxista-leninista aplicada aos países de tipo "Oriental" após 1917, tomou a feição particular da situação de cada um deles; nenhum movimento revolucionário foi igual ao outro, ainda que a concepção estratégica leninista fosse sempre a mesma.

A experiência revolucionária internacional do marxismo-leninismo exemplifica os modelos de ruptura e de tomada do poder e traz ensinamentos que podem ser cogitados como atos de força eficazes pelos condutores da revolução de concepção gramscista.

Os exemplos que a seguir serão citados ocorreram todos após o falecimento de Gramsci em 1935 e, portanto, não foram do seu conhecimento, exceto a Revolução de 1917.

Aparentemente, ele teria em mente que a tomada do poder poderia ser realizada pela "via parlamentar" nos países europeus parlamentaristas, como fizeram os fascistas em 1922 na Itália e, mais tarde, os comunistas na Checoslováquia em 1946. Vejamos alguns modelos revolucionários leninistas ocorridos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

1) Levante Armado

+++++

Consiste na ação armada inopinada executada por uma força sob controle do Partido, regular ou irregular, contra o governo, para derrubá-lo e tomar o poder.

O levante armado foi o modelo de assalto ao poder da Revolução Bolchevista de outubro de 1917 na Rússia, tornando-se o modelo clássico leninista.

O "braço armado" (força militar do partido) é constituído por uma força popular reunindo grupos e unidades de soldados, marinheiros e operários revolucionários.

A ação de assalto ao poder é predominantemente urbana, culminando com a deposição do governo e a imposição da nova ordem revolucionária. É interessante recordar que exatamente este modelo revolucionário foi empregado no Brasil na tentativa de tomada do poder conduzida pelo Partido Comunista Brasileiro em novembro de 1935, usando forças revoltadas do Exército regular.

O levante armado pode ser imediatamente decisivo ou pode ter prosseguimento numa guerra civil posterior à derrubada do governo em razão de uma contra-revolução burguesa, como exatamente ocorreu na Rússia depois de 1917.

2) Guerra Civil Revolucionária

+++++

Consiste na guerra interna em que dois ou mais partidos ou grupos nacionais se colocam militarmente em confronto na disputa do domínio ou do poder no país. A guerra civil inclui ações militares expressivas com duração prolongada e envolve a definição de áreas do território sob controle de cada um dos contendores.

O braço armado do Partido é representado por um "exército popular" de certo vulto.

As ações são inicialmente irregulares (guerrilha rural), passando progressivamente para operações regulares. (A49)

A guerra civil revolucionária foi o modelo da Revolução Chinesa maoísta (1927 a 1949).

3) Guerrilha Foquista

+++++

Forma de guerra civil revolucionária em que as ações são predominantemente irregulares e conduzidas inicialmente a partir de um "foco guerrilheiro" (revolução sem partido).

A guerrilha foquista foi o modelo da Revolução Cubana castrista (1958-1959).

O braço armado foi constituído por uma força guerrilheira cujo núcleo foi preparado no exterior e introduzido secretamente no país.

As ações de guerrilha rural são conduzidas com apoio de ações do terrorismo urbano.

[Os três modelos abaixo são importantíssimos! Atenção em especial para o quinto modelo (via pacífica, etapismo) e para meus comentários a respeito. - Alexander Gieg]

4) A Via Parlamentar

+++++

Modelo de conquista do poder nos regimes parlamentaristas e que foi empregado na Revolução Tcheca (1945 a 1946).

As ações são predominantemente políticas, conduzidas sob a forma de "pressões de base" (agitação e propaganda, greves, sabotagem, demonstrações, intimidações, etc) e "pressões de cúpula" (bloqueio e obstrução parlamentares, oposição radical, exigência de mudanças, terrorismo, etc) para levar o regime à inviabilidade e ao impasse institucional. Fazendo crer que a única solução possível é o Partido revolucionário, coeso e disciplinado, é exigido o governo com poderes excepcionais para resolver a crise.

Conquistado o governo, tomadas as posições de força, afastados os opositores principais e com o respaldo do "braço armado" do Partido, é consumado o golpe-de-estado e a tomada do poder.

O braço armado é constituído de milícias populares (ex-combatentes e reservistas), guardas das fábricas (trabalhadores armados) e organizações policiais que estiverem sob controle do Partido.

Numa apreciação de várias passagens dos Cadernos, parece que Gramsci vislumbrou neste modelo tático de chegada ao poder, o caminho viável e muito apropriado para os países de regime parlamentarista.

É interessante repetir que, antes da Revolução Tcheca, tática semelhante foi usada pelos fascistas (1922) que obtêm a nomeação de Mussolini como chefe de gabinete. Em 1925 já estava investido de poderes ditatoriais. Tática idêntica foi adotada pelos nazistas na Alemanha (1933) obtendo a nomeação de Hitler para Chefe de Governo. Em 1934, se fez chefe do estado com plenos poderes.

5) Via Pacífica para o Socialismo ou "Etapismo"

+++++

Modelo de conquista do poder nascido com o conceito de "Coexistência Pacífica" (A50) adotado por Krushev e aprovado pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956).

As ações são predominantemente políticas (principalmente alianças políticas) para a conquista eleitoral do governo ("revolução nacional-popular" ou "democrático-popular").

Uma vez conquistado o governo, a etapa seguinte, após a criação de condições objetivas, (A51) é o golpe-de-estado ("revolução socialista") e a conquista do poder.

O braço armado, constituído por milícias populares e grupos operários e camponeses, é o instrumento de respaldo do golpe-de-estado. Pode incluir segmentos aliciados das forças armadas.

É interessante recordar que este modelo de tomada do poder foi tentado por Salvador Allende no Chile (1970-1973), que chegou a se eleger presidente da república apoiado por uma frente de esquerda (Unidade Popular). Fracassou quando não conseguiu reunir as condições para o golpe-de-estado.

Este modelo foi também tentado no Brasil (1961-1964) em que a conquista do governo seria procedida por meio de seu domínio político (aliança com o presidente em exercício) e físico (infiltração, controle e pressões de base e de cúpula), e não propriamente pela via eleitoral. (A52)

6) Rebelião Popular

+++++

Modelo tático etapista que consiste na derrubada e conquista do governo pela força, como etapa anterior ("revolução popular-democrática") à tomada do poder pelo golpe-de-estado ("revolução socialista").

O braço armado é constituído por grupos armados urbanos (força principal) e por grupos guerrilheiros rurais (A54) que atuam em apoio e em reforço à luta urbana. (F1)

As forças revolucionárias se destinam a derrubar o governo executivo (levante armado) no contexto de uma frente revolucionária. Também serão o respaldo para o golpe-de-estado que realizará a conquista do poder.

Este modelo revolucionário foi tentado pela Revolução Sandinista na Nicarágua (1979). Fracassou porque não conseguiu criar as condições para promover o golpe-de-estado.

* * *

Numa rápida apreciação destes casos históricos, pode-se verificar que a ruptura e a tomada do poder podem ser conduzidas pelo emprego de três atos de força diferentes:

- Golpe-de-Estado (conquista do poder);
- Levante Armado (assalto ao poder);
- Guerra Civil Revolucionária (tomada do poder).

Deve-se lembrar que estes diferentes atos de força podem ter as mais variadas concepções, todas condicionadas pela situação e pelo momento histórico de cada país. (A55)

No golpe-de-estado, o braço armado do partido é principalmente o elemento de força que respalda a ação política ousada e definitiva.

No levante armado e na guerra civil revolucionária, a organização armada é instrumento político que realiza o ato decisivo de tomada do poder. (A56)

Há ainda duas circunstâncias históricas particulares em que o emprego da violência armada revolucionária não tem propriamente finalidade de tomada do estado burguês, mas a de instituição do poder nacional-popular: (A57)

- A *Guerra de Libertação Revolucionária* como, por exemplo, a luta de Tito contra o invasor nazista na Iugoslávia (1941-1945);
- A *Guerra de Independência Revolucionária*, como a que ocorreu em Angola e em outros países africanos após a Segunda Guerra Mundial.

c) Braço Armado do Partido

Não descartando a "guerra de movimento" no momento decisivo, Gramsci admite (embora não explicitamente) a necessidade da preparação do instrumento armado para a ocasião do seu indispensável emprego. Deverá ser feita com antecedência e, evidentemente em absoluto sigilo. Comentando a resistência de Gandhi na luta pela independência da Índia, Gramsci chama de "guerra subterrânea" a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto. [44]

A preparação dos elementos armados pode ser ostensiva quando a hegemonia das classes subalternas for concreta ou quando o Estado estiver muito enfraquecido e com seu poder debilitado. (A58) Poderão ser formados "grupos de assalto" ou "grupos de segurança" armados do Partido, dos sindicatos e das fábricas. Assim foram organizadas forças de choque como os "camisas pardas" nazistas da Alemanha e os "camisas negras" fascistas na Itália. (A59)

Movimentos reivindicatórios radicais urbanos e rurais poderão ser progressivamente armados, aumentando a ousadia das ações ilegais (invasão de terras e edifícios, interdição de instalações e de vias de transporte, etc.), com a indiferença e a conivência da sociedade civil e a omissão da sociedade política. (A60)

Apesar de fazer várias referências aos atos de força em certos eventos políticos, Gramsci não descreve abertamente o seu entendimento sobre o braço armado que permitirá a tomada do poder. Refere-se ao "arditismo" e à guerrilha mas dá-lhes importância de forças complementares. (o)

Na época em que os Cadernos do Cárcere foram escritos, as experiências revolucionárias vitoriosas recentes eram apenas as da Comuna de Paris (1871) e as da Revolução Bolchevista de 1917. A primeira se caracterizou pela rebelião popular conduzida por grupos armados aos quais se associou a Guarda Nacional, força regular.

Na segunda experiência, a força revolucionária se formou de grupos de soldados, marinheiros e operários armados, organizados pelos soviets e conduzidos por seus líderes. Aparentemente era um elemento improvisado mas, na verdade, já estava anteriormente reunido, contando com a experiência militar dos seus componentes.

Nos dois exemplos históricos, além dos integrantes voluntários, havia uma direção militar aproveitada ou preparada pelo Partido.

Podemos supor que esta era a experiência que deve ter sido recolhida por Gramsci. Porém há que se considerar que a organização do braço armado do Partido se dará em condições próprias e diferentes de [sic] cada país.

Com base na experiência internacional leninista, a organização armada pode ser a seguinte:

- Força principal;
- Força subterrânea;
- Organizações de sustentação.

1) A Força principal é a que se destina a executar o ato de força para a tomada do poder (levante armado ou guerra civil revolucionária) ou respaldar o golpe-de-estado. Pode ser uma força popular (grupos ou unidades de voluntários), uma força de guerrilha ou unidades militares rebeldes do exército regular.

Após a tomada do poder, a força revolucionária principal é o núcleo de formação do "Exército Popular" ou "Exército Vermelho" que será o instrumento de imposição da nova ordem.

2) A força subterrânea é constituída de grupos de assalto (podem ser do tipo "arditi") e de grupos terroristas.

Ela atua em apoio à força principal ou em ações independentes para desestabilizar a força e o estado burgueses. (A61)

3) A organização de sustentação é constituída de aparelhos clandestinos de apoio ou de elementos armados, que proporcionam suporte logístico e de inteligência às demais forças e segurança de pessoas e de órgãos revolucionários na clandestinidade.

Para Gramsci, o exército popular do novo Estado, é necessário para manter a ordem interna, garantir a implantação da nova ordem e até defendê-lo de uma eventual intervenção externa. Deve ter sua composição com base também na massa camponesa, (A62) e deve ser completamente diferente de uma força mercenária.

O autor dos Cadernos do Cárcere faz uma advertência importante: a possibilidade da luta política ou da luta armada chegar a um "equilíbrio catastrófico", a um impasse que pode representar um desastre para o movimento revolucionário. Situação em que uma terceira força intervém, dando origem ao "cesarismo", regime forte que se instala como salvador da nação. (A63)

4. Fundação do Novo Estado

O Novo Estado, que será fundado pelo Partido após a tomada do poder, nascerá das cinzas do antigo estado burguês num processo rápido de "destruição- reconstrução", como qualifica Gramsci.

Esta etapa revolucionária envolve dois empreendimentos imediatos:

- Organização do Estado-Classe ou Estado Ético;
- Imposição da nova ordem revolucionária.

Consolidada esta etapa, o Estado-Classe passará a desempenhar o seu papel histórico de conduzir a transformação das superestruturas e da estrutura para a realização do socialismo, estágio que antecede o advento do comunismo.

a) Estado-Classe e o Estado Ético

O novo estado assume as características de Estado-Classe, identificando-se com os indivíduos das classes populares e, por isto, é de tipo diferente, elemento de cultura ativa e movimento para criar uma nova civilização. [45]

As primeiras providências para a sua organização estão no restabelecimento (destruição-reconstrução) dos órgãos governamentais, desde logo buscando construir as bases de uma complexa e bem articulada unidade da sociedade política com a sociedade civil, em que os indivíduos se autogovernem como complemento orgânico do Estado. Corresponde à concretização de um processo de ampliação do estado iniciado na fase de luta pela hegemonia. As estruturas orgânicas já criadas ou iniciadas nas fases anteriores da transição para o socialismo deverão ser preservadas e completadas.

Entretanto, enquanto a sociedade civil não tenha alcançado um estágio de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente, há necessidade de um período de poder totalitário ("estatalatria") como forma de consolidação da hegemonia da sociedade civil e da iniciação da vida estatal autônoma ("estado ampliado").

Este estágio se assemelha à ditadura "popular-democrática" ou à "ditadura do proletariado" como entendida pelo leninismo soviético. Gramsci, porém, preocupava-se com a tendência de perenização desse estado totalitário, como ocorreu na União Soviética. Não imaginava propriamente a sua progressiva evolução para uma forma de estado "democrático" à moda do liberalismo ocidental mas a sua crescente substituição pela sociedade civil, à medida que esta fosse absorvendo certas funções de governo; evolução que vai até o desaparecimento do estado no momento culminante do advento da "sociedade regulada", o comunismo. Busca assim resolver a questão da hegemonia (consenso e direção político-cultural da sociedade civil) e da ditadura (autoridade e coerção da sociedade política), tentando um equilíbrio entre a desejada autonomia da sociedade e a imposição do Estado para realizar o processo de formação política, econômica e social que resultará no socialismo.

No desempenho desta função civilizadora, a imagem que se destaca é a do *Estado Ético* que promove o crescimento da sociedade civil sem anular os espaços de suas iniciativas espontâneas a livres, sem perder de vista a construção do socialismo e da sociedade regulada. Isto se fará de modo a que o indivíduo e a sociedade amadureçam na responsabilidade e na socialização do poder, fazendo desaparecer progressivamente os mecanismos de coerção do Estado que, finalmente, se transformará em "estado sem estado" no advento da sociedade regulada (o comunismo). (p)

O Estado Ético é educativo e de impulso histórico, sendo capaz de orientar a economia e as potencialidades sociais na direção do interesse geral e de superação do capitalismo.

Antes porém, o empreendimento inicial do Estado-Classe será o de imposição da nova ordem revolucionária e aí será efetivamente ditatorial.

b) Imposição da Nova Ordem

A questão imediata que se apresenta ao Partido-Classe (o Moderno Príncipe) e ao Estado ainda em fundação é a implantação da nova ordem. [46] É uma etapa crítica que se desenvolve em meio ao caos institucional e à perspectiva ou à realidade concreta e "catastrófica" de um retrocesso e de intervenção "cesarista", isto é, de uma força autoritária e salvadora que pode interromper o curso da revolução.

O novo regime que se implanta não poderá deixar de ter o caráter militar-ditatorial. E uma das suas primeiras providências deverá ser a criação do "exército popular" ou "exército vermelho", instrumento político armado que será usado para apoiar a implantação do novo Estado e para assegurar a ordem pública.

A organização militar pode ter por base o braço armado do partido e contar com o aproveitamento inicial de militares profissionais "progressistas" das desativadas forças armadas burguesas. Como já foi mencionado, o elemento camponês tem no novo exército participação indispensável, ao passo que o concurso de mercenários e "voluntários" estrangeiros nem sempre é conveniente.

A segunda questão de imposição da nova ordem será o desmantelamento do aparelho hegemônico e estatal burguês (suas "trincheiras" e "fortificações"). Mas este processo de destruição deve ser seguido (melhor será simultâneo) da reconstrução e criação de novos órgãos de governo e a retomada da atividade econômica (processo de "destruição-reconstrução"). (A65)

A terceira questão será a superação das resistências internas do próprio movimento, dos velhos dirigentes intelectuais "teimosos", cuja atuação pode prolongar a crise. Esta questão se estende ainda à repressão ao radicalismo de certos segmentos revolucionários. (A66)

Finalmente, a questão que pode se apresentar sob a forma de ameaça ou de efetividade de uma contra-revolução burguesa ou de uma intervenção estrangeira. Ambos [os] eventos ocorreram na Rússia após a tomada do poder em outubro de 1917.

5. Transformações para o Socialismo

Após a tomada do poder, a fundação do novo Estado e de superação das principais questões de imposição da nova ordem revolucionária, o Estado-Classe se dedicará prioritariamente à condução das radicais e necessárias transformações para a implantação do socialismo e para o desenvolvimento das condições de passagem deste para a "sociedade regulada" [47]:

- No aparelho econômico de produção;
- Na sociedade e nos indivíduos;
- No sistema político.

As transformações se produzirão em toda a extensão e profundidade da estrutura e das superestruturas, no sentido da socialização da economia, da sociedade e da política.

Estas mudanças, como superação da antiga ordem capitalista liberal, têm também significado de destruição e da reconstrução:

- Destruição do sistema capitalista;
- Eliminação da classe burguesa;
- Superação do sistema liberal-democrático.

O processo de transformação destrói o velho e edifica o novo, operando essencialmente sobre as forças econômicas, modificando e desenvolvendo o sistema de produção. Paralelamente, se orientarão as transformações das superestruturas políticas e sociais.

As mudanças realizadas nos primeiros tempos revolucionários não são absolutas mas de caráter tendencial, completando-se no progressivo desenvolvimento da construção do socialismo.

O Estado, no longo e contínuo processo de mudança e de desenvolvimento, é fundamentalmente o agente desencadeador, educador e transformador, atuando na função de Estado Ético.

a) As Transformações da Estrutura Econômica

A intervenção do Estado (identificado com o grupo subordinado) na economia é uma condição preliminar de qualquer atividade econômica coletiva. [48]

Na economia, o aspecto central é a relação entre o trabalho e as forças de produção, ponto de referência para a sua transformação e para o estabelecimento do socialismo marxista.

O desenvolvimento das forças econômicas em novas bases e a instauração progressiva de uma nova estrutura sanarão as contradições existentes na sociedade capitalista. A transformação da estrutura econômica consiste justamente na superação do sistema de produção baseado na propriedade privada e na divisão de trabalho que resulta na divisão de classes.

A atividade econômica de massa, antes de mais nada, se baseia na propriedade coletiva dos meios de produção (estatização, coletivização ou gestão coletiva destes meios). Este empreendimento se tornará realidade por meio de uma vontade coletiva organizada (A67), destruindo e substituindo o antigo sistema.

"Quando o 'subalterno' se torna dirigente responsável pela atividade econômica de massa, (...), opera-se então uma revisão de todo o modo de pensar (...) se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais, tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista, (...), agente necessariamente ativo e empreendedor".

"Não pode haver igualdade política (e social) completa e perfeita sem igualdade econômica" (Op. Cit.)

b) As Transformações da Sociedade Civil e do Indivíduo

O Estado-Classe, conduzido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica de produção, é o instrumento próprio e capaz de realizar a radical e concreta transformação da sociedade civil, adaptando-a à nova estrutura econômica. [49]

Não se espera que as velhas condições culturais e morais desapareçam ou se modifiquem pela simples propaganda e persuasão. É preciso a iniciativa de um agente modificador forte. A atuação do Estado, que deve criar e manter um novo tipo de civilização e desenvolver um novo tipo de cidadão, tem um aspecto positivo de educação cívica, mas também um aspecto negativo de ação repressiva e punitiva de alcance moral em face da "ação ou omissão criminosa".

A sociedade política é assim o aparelho de coerção que assegura legalmente a disciplina. Idealmente porém, o Estado-Classe deve ser concebido como elemento "educador". (A68)

As mudanças da sociedade civil abrangem três empreendimentos principais:

- Tornar homogêneo o grupo social, (A69) agora grupo dominante;
- Realizar a reforma intelectual e moral dos indivíduos;
- Desenvolver uma vontade coletiva nacional popular.

1) Unidade do grupo social dominante
 ++++++

O desfecho pretendido na luta de classes - um dos princípios da revolução socialista - é a assimilação ou dissolução da classe burguesa. [50]

Inicialmente, entretanto, a parte mais avançada do grupo social que se fez dominante deverá assimilar o grupo subalterno como um todo, tornando-o "homogêneo" e capaz de ganhar unidade e assumir o seu papel dirigente e protagonista. (A70)

Os diferentes graus de desenvolvimento que as classes subalternas alcançaram antes de se tornarem dirigentes (luta pela hegemonia) vão determinar a maneira pela qual será elaborada a sua homogeneidade. "Certas classes subalternas devem atravessar longo período de intervenção jurídica rigorosa e depois atenuada, ...". (A71)

Outras poderão alcançar logo a sua unidade e sua expansão não cessa até a *absorção completa na sociedade*.

Esta é a condição necessária para o desaparecimento definitivo das classes na futura sociedade regulada.

A assimilação de todo o grupo social à sua fração mais avançada é um problema de educação das massas, de sua "conformação" às exigências do fim a alcançar, o socialismo marxista, estágio de transição para o comunismo.

2) Reforma intelectual e moral dos indivíduos
 ++++++

Tornado homogêneo o grupo social, o Estado tende a criar um *conformismo social* que seja útil ao desenvolvimento do grupo e que expresse uma significativa mudança intelectual e moral dos indivíduos.

 CONFORMISMO SOCIAL - Assimilação pelas massas, espontânea e livremente, de um novo comportamento intelectual e moral, adequado ao desenvolvimento do aparelho econômico de produção e à elaboração de um novo tipo de humanidade.

O conformismo é um desdobramento do consenso e deve ser útil ao desenvolvimento do grupo. "Na prática, é a correspondência, espontânea e livremente aceita, entre atos e omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade propõe como necessários". (A72)

O conformismo, que daí resulta, é espontâneo e livre-se a coerção exercida não é somente estatal, mas da opinião pública. (A73) Porém, para criar um novo tipo de cidadão, o Estado deverá criar um novo tipo de convivência e de relações individuais, fazendo desaparecer certos costumes e atitudes e fazendo difundir outros, atuando segundo um plano que educa, incita, pressiona e "pune". (A74) "A classe dirigente impõe a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento".

O direito revolucionário será instrumento para esta finalidade, (A75) ao lado da escola e de outras instituições e atividades. Todavia, o direito não expressa toda a sociedade mas a classe dirigente.

A transformação intelectual e moral dos indivíduos é luta contra o individualismo, contra certo individualismo, aquele com conteúdo social, em especial, contra o individualismo econômico (da iniciativa e do lucro) que, nesta fase histórica, já deve estar superado, embora tenha representado uma fase do desenvolvimento progressivo.

Deve-se lutar contra o conformismo imposto, autoritário. (A76) O conformismo voluntário é o que leva ao *homem coletivo*, por meio do desenvolvimento da

individualidade e da personalidade crítica.

 HOMEM COLETIVO - Grupo de pessoas, com os mesmos pensamentos e interesses, que agem juntos, desenvolvendo uma atividade com fins comuns.

 O homem coletivo é a imagem da coletividade, entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtido por meio do esforço individual efetivo.

Quando o estado era concebido como algo abstrato da coletividade, tudo fazendo e tudo providenciando, ocorria a ausência de uma "democracia real e de uma vontade coletiva nacional-popular".

3) A vontade coletiva nacional-popular
 ++++++

Um dos primeiros esforços a ser dedicado ao empreendimento das transformações da sociedade civil é a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. [51]

 VONTADE COLETIVA - Ânimo resoluto do grupo social homogêneo que, consciente da necessidade histórica, se faz protagonista de um processo de transformação para realizar um determinado fim político. (A77)

 A vontade coletiva é a manifestação completa do consenso, do conformismo social e do protagonismo que vai tornar possível a realização das transformações concretas que criarão a nova civilização, passando pelo socialismo.

A sua formação consiste no desenvolvimento de qualidades, traços característicos, deveres e "disciplina".

Por disciplina entende-se uma relação continuada entre governantes e governados, não como acolhimento passivo e servil de ordens, mas como aceitação voluntária de uma orientação necessária ao atingimento dos fins desejados pela sociedade. Portanto, "a disciplina não anula a personalidade e a liberdade" em razão da credencial e da "origem do poder que ordena a disciplina" (Op. Cit.): o Estado-Classe. (A78)

Naturalmente também pela natureza "ética" da disciplina, representada pelos fins que se buscam e pela sua voluntariedade.

Em determinadas ocasiões, será necessária a imposição coerciva da disciplina para garantir o êxito do projeto ou impedir a aparição de certos segmentos sociais resistentes por ação ou omissão. (A79)

A vontade coletiva nacional-popular não se formará se não incluir na vida política a grande massa dos camponeses. (A80)

c) As Transformações no Sistema Político

A mudança política concreta se dá no momento mesmo em que o poder é conquistado pelas classes subalternas, guiadas pelo seu partido orgânico, e em que é fundado o novo Estado. Em outras palavras, no momento em que o estado liberal democrático burguês (eventualmente, a ditadura oligárquica) está superado.

O novo Estado assume um formato de "estatalatria", isto é, uma forma altamente centralizada, ditatorial, fazendo-se capaz de produzir as transformações

econômicas, políticas e sociais necessárias. [52]

Entretanto, o processo de ampliação do Estado, fazendo a conexão da sociedade política com a sociedade civil, envolvendo-a na condução da coisa pública, deverá proporcionar contínuo desenvolvimento na direção, afinal, do desaparecimento do próprio Estado. (A81)

Neste processo, "todo elemento social homogêneo é estado, na medida em que adere ao seu programa transformador. Todo cidadão é funcionário, se é ativo na vida social conforme a direção traçada pelo estado-governo" (Op. Cit.).

A socialização da política está também condicionada à socialização do sistema de produção.

Gramsci não discute uma organização judiciária e legislativa para o novo Estado. Chamou a atenção para a destruição do parlamentarismo, acentuando que não é tão fácil como parece. Não se pode eliminá-lo sem abolir radicalmente seu conteúdo, o individualismo, isto é, seu preciso significado: iniciativa econômica e apropriação individual do lucro.

Gramsci recomenda a busca de uma solução factível e diferente, um novo tipo representativo. Um novo órgão legislativo que leve as discussões legislativas a todos os organismos de massa, "uma transformação orgânica do conceito de referendo, ainda que deixando ao Governo a função de última instância" (A82) (Op. Cit.).

Idealmente, quanto mais se ampliar a socialização da política, quanto mais a sociedade civil for articulada ao Estado, tanto mais os processos sociais serão determinados pela vontade coletiva organizada. (A83)

6. À Guisa de Conclusão

O estabelecimento do socialismo marxista é o objetivo estratégico da revolução. No entendimento comum, o socialismo é a "doutrina que se propõe promover o bem comum pela transformação da sociedade e das relações entre as classes sociais, mediante a modificação do regime de propriedade".

O socialismo marxista (ou socialismo científico, ou ainda socialismo revolucionário) é uma fase intermediária entre o capitalismo e o comunismo:

SOCIALISMO MARXISTA - Estágio intermediário anterior ao comunismo que se caracteriza pela estatização dos meios de produção (da qual resulta uma divisão eqüitativa da renda nacional), pela superação das contradições entre as classes sociais e, num estágio superior de desenvolvimento, pela tendência de eliminação das próprias classes e do Estado.

O socialismo marxista, portanto, é uma nova ordem econômica, política e social que supera o capitalismo e que serve de berço para a transformação revolucionária que, num dado momento histórico, produz as condições para o advento do comunismo; para Gramsci, *sociedade regulada*.

Tomando o "Socialismo Real" da antiga União Soviética como exemplo histórico do socialismo marxista, podem-se relacionar algumas de suas características exemplares:

1) Na esfera econômica

- Intervencionismo do estado no mundo econômico;
- Estatização dos meios de produção;

- Coletivização da propriedade e da produção rural.

2) Na esfera política

- Partido único;
- Estado totalitário (Ditadura do Proletariado);
- Centralismo da gestão pública (burocratismo).

3) Na esfera social

- Dissolução da burguesia (clase média);
- "Supremacia" da classe operária;
- Classe burocrata ("nomenklatura").

Gramsci é mais "idealista" na concepção do Socialismo, destacando particularmente o conceito de "estado ampliado" que, teoricamente valoriza o papel dirigente da sociedade civil, projetada na vontade coletiva nacional-popular que idealmente atenua a "estatolatria" que caracterizou o estado totalitário soviético.

Após a tomada do poder e a implantação da nova ordem, todas as transformações conduzidas para a realização completa do socialismo também contribuem para um contínuo desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos e da sociedade civil para a criação das condições do advento da sociedade regulada.

É uma permanente evolução até que se dê o momento místico da "catarse", no conceito de Gramsci. O exemplo histórico deste "contínuo buscar" (ou de esperar o mecanicismo histórico?) é o da União Soviética. Nela, a revolução durou 74 anos e terminou no colapso do projeto sem que, em nenhum momento, se tivessem realizadas as condições da "passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade".

O sistema econômico socialista não se mostrou eficiente, embora tenha produzido espantoso avanço industrial, possivelmente muito mais pelo impulso do estado totalitário do que pela excelência do socialismo soviético. A renda "per capita" não cresceu significativamente e a almejada "divisão eqüitativa da renda" nunca passou de "a cada um, segundo a sua necessidade". Em outras palavras, só ocorreu a "socialização da pobreza".

A União Soviética e os outros poucos países socialistas, por razões diversas, se confrontaram econômica e politicamente com as demais nações "ocidentais" capitalistas, prósperas e democráticas, deixando transparecer um contraste desvantajoso e um antagonismo ideológico de natureza bélica que ainda mais contribuíram para a perenização do estado totalitário. Pode-se então repetir que, num segundo momento, outra vez "o velho morreu e o novo não pôde nascer". Neste caso, o novo morreu também.

Também alguém, açodado e pouco instruído, pode confundir o estado-classe mais avançado com a sociedade regulada ou se conformar com essa ilusão. Se assim fosse, nada mais haveria por fazer e a revolução terminaria no socialismo. [53] Igualmente estaria frustrado o nascimento da sociedade comunista.

EPÍLOGO

A UTOPIA

=====

Gramsci desenvolveu uma concepção revolucionária para realizar a "transição para o socialismo", estabelecendo com clareza cada etapa do processo. O seu conceito estratégico porém, está "regulado" (descrito em detalhe) até o estabelecimento da sociedade socialista, seu objetivo estratégico. Contudo este não é o objetivo final, senão a condição necessária para o advento da sociedade comunista, objetivo político-ideológico definitivo.

Gramsci insiste em que, uma vez estabelecido o socialismo nas suas condições mínimas (socialização do sistema econômico de produção, desaparecimento da classe burguesa e "ampliação" do estado), haveria a necessidade de um continuado aperfeiçoamento intelectual e moral dos indivíduos, da sociedade civil e do Estado. Esta evolução levaria finalmente a um momento especialíssimo de "passagem" ou, como diz Gramsci, de "*catarse*", dando ensejo ao surgimento da sociedade comunista, o "mundo da liberdade".

A nova concepção do mundo e o trânsito para ele é que fazem a *utopia*, a expectativa ideal, a "terra prometida", a ilha distante que está além do horizonte visível, mas justifica e dá sentido ético a todos os esforços, estratégias e sacrifícios (A84) para estabelecer as bases de sua venturosa conquista. Alguém já comparou a utopia marxista com o "eldorado" cujo atingimento se pode assemelhar à conquista dos impérios pré-colombianos na América e à tragédia que a acompanhou.

A compreensão teórica (já que não há antecedentes históricos) da utopia marxista apresenta duas questões importantes; uma, central; outra, precedente:

- O que é a *sociedade comunista* e como Gramsci a vê?
- Em que momento a sociedade comunista se inaugura e como se dá a passagem do mundo antigo (o da "necessidade") para o mundo novo (o da "liberdade")?

1. A Sociedade Comunista

Comunismo, no entendimento generalizado, é o sistema social que se caracteriza pela comunhão de bens, não somente dos meios de produção, mas também do produto do trabalho. Este conceito se aplica a algumas comunidades pequenas e a certas irmandades de caráter religioso ou filosófico, mas também a um projeto político-ideológico, às nações e à concepção de Marx e Engels.

a) Sociedade Comunista Marxista

O conceito marxista do comunismo não é diferente deste entendimento geral, mas acrescenta uma visão idealista de sociedade perfeita, condição de civilização acabada e superior.

COMUNISMO MARXISTA - Sistema de organização econômica e social baseado na sociedade sem classes, na propriedade coletiva dos bens de produção e na distribuição eqüitativa da riqueza.

O comunismo é a culminância histórica superior ao socialismo.

Depois do declínio e dissolução da I Internacional (1864-1876) o termo "socialismo" absorveu a expressão "comunismo" no uso político generalizado, servindo para gerar alguma confusão, às vezes conveniente, de entendimento ideológico de certos conceitos e de reconhecimento de determinadas organizações políticas.

O termo comunismo também serve para designar a concepção revolucionária marxista. O Estatuto das Ligas Comunistas (1847) estabelecia como objetivos do "comunismo" a "derrubada da burguesia, domínio (supremacia) do proletariado, fundação da nova sociedade sem classes e sem propriedade individual". O Manifesto Comunista (1848) de Marx e Engels repetia estes objetivos que passaram a ser "marxistas". (A85)

A sociedade comunista é a superação de toda uma concepção econômica, política e social passada. Em termos dialéticos, é a última "*síntese*" que funda uma nova civilização. A socialização do sistema econômico de produção põe fim a todas as

contradições que decorriam da ordem capitalista burguesa: a divisão de trabalho, a divisão e o antagonismo de classes. (A86)

Pode-se dizer que tudo isto é utópico, um "dever ser". Mas também pode-se dizer que, "o que era utopia no reino da necessidade, passa a ser verdade após a passagem para o reino da liberdade".

A primeira e mais notável realização é a socialização do sistema econômico de produção da qual resultará a sociedade sem classes, onde todos os cidadãos são os "produtores associados" e onde há "uma divisão do trabalho justa e harmônica".

Daí decorre a superação das contradições e antagonismos de classe, tornando desnecessárias certas instituições que, por isto, desaparecem no "reino da liberdade".

- As classes;
- A luta de classes;
- O Partido;
- O Estado;
- A filosofia da práxis;
- O direito;
- As ideologias.

b) Visão Gramsciana da Sociedade Comunista

A sociedade comunista na visão de Gramsci é, em tudo, idêntica à visão marxista. Porém ele introduz dois conceitos originais que lhe trazem novo conteúdo:

- Sociedade Regulada;
- Estado-sem-Estado.

A *sociedade regulada* representa a nova ordem social, a própria sociedade comunista sem classes que, no seu contínuo desenvolvimento, se tornou o lugar onde as massas encontram as condições para se tornarem sujeitos livres e socializados, *homens que produzem e governam*.

SOCIEDADE REGULADA - Lugar onde a comunidade dos indivíduos que alcançam níveis superiores de cultura, absorvem o sistema econômico e o Estado, fazendo desaparecer as classes e adquirindo a capacidade de autogoverno; sociedade comunista.

Os organismos sociais da sociedade regulada absorvem a economia, no sentido de subordiná-la ao controle consciente e programado dos "produtores associados".

Estes mesmos organismos assimilam a sociedade política, pois suas funções se diluirão nas relações conscientes e consensuais que caracterizam a sociedade regulada.

A sociedade regulada, finalmente, é a esfera totalitária (universal) que realiza a unidade do indivíduo, da sociedade, da economia e do estado.

Gramsci chama a atenção para o equívoco de se confundir o conceito de Estado-Classe com o de Sociedade Regulada. Nas etapas mais avançadas da transição para o socialismo, o estado-classe que, nos primeiros momentos da fase estatal tem a configuração e a atuação de um "estado operário revolucionário", nos momentos mais adiantados vai tomando a feição de estado socialista cada vez mais "ampliado". Em dado instante, porém, os "otimistas apressados" podem tomá-lo como "obra acabada", quando, na realidade, todas as condições econômicas, políticas e sociais ainda não

caracterizam a nova civilização, a sociedade comunista ou sociedade regulada. [54]
[55]

c) O Desaparecimento do Estado

O desaparecimento do Estado para Gramsci não é imediato:

A sociedade comunista se define como sociedade sem classes e sem estado - "Onde existe liberdade, não existe estado" (Op. Cit.). Gramsci porém, realista e objetivo, aceita a permanência de um estado remanescente, dotado ainda de alguns dos mecanismos de coerção e que realiza determinadas funções que não podem ser executadas com eficiência pelos organismos da sociedade regulada. [56]

Ao absorver a sociedade política, a sociedade civil torna-se um organismo público e cria um novo estado capaz de orientar a economia e as potencialidades sociais na direção do interesse comum. A sociedade regulada adquire então a imagem de "Estado-sem- Estado".

O Estado comunista (remanescente) terá a função de "Estado-Gendarme" (ou de "Estado-Guarda Noturno"), numa associação alegórica ao estado liberal (estado mínimo). Um organismo coercitivo que "protegerá o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo incremento e que, no entanto, reduzirá gradualmente suas intervenções autoritárias coativas" (Op. Cit.). E isto não pode fazer pensar num liberalismo, embora esteja por se dar o início de uma era de "liberdade orgânica".

2. A Passagem para o Comunismo

O progressivo processo de socialização e de contínuo desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e do indivíduo na fase estatal socialista, num determinado instante, chega à perfeição ou à quase perfeição, inaugurando a sociedade regulada ou sociedade comunista. [57]

O processo de aperfeiçoamento é longo e deve chegar a resultados ideais de organização e de funcionamento institucionais e, principalmente, de elevado nível intelectual e moral das massas (A87) que se expressará na realização de um "bloco histórico concreto".

a) Bloco Histórico Concreto

O bloco histórico é a unidade dos contrários e dos distintos, da estrutura (natureza) e das superestruturas (espírito). [58]

Na dinâmica da sociedade, integram-se forças "materiais" (elementos e relações sociais de produção) e os movimentos éticos-políticos (vontade coletiva e protagonismo). Nesta relação de reciprocidade entre estrutura e superestruturas, é possível combinar um amplo projeto político abrangendo planos econômicos que incluem a participação dos indivíduos que acabarão se tornando "produtores associados". "Quando os indivíduos adquirem consciência de sua posição social e dos seus objetivos no terreno das superestruturas (*sociedade civil e sociedade política*) isto significa que, entre a estrutura e as superestruturas, existe um nexó necessário e vital" (Op. Cit.).

O bloco histórico concreto não é realizado apenas pela relação de interesses econômicos mas também por afinidades culturais. (A88)

A concretização deste nexó histórico se identifica com a superação do capitalismo e das contradições dele decorrentes, representando o que Marx denomina "subversão da práxis". Isto quer dizer que se modificou radicalmente a relação entre a vontade humana (superestrutura) e o sistema econômico de produção (estrutura), estabelecendo a unidade que caracteriza a sociedade regulada, última síntese do

processo dialético real.

A formação do bloco histórico é condição fundamental para a realização da passagem da velha para a nova concepção do mundo, momento "místico" a que Gramsci denomina "catarse", isto é, momento de purificação.

(A89)

b) A Catarse

Catarse é a expressão que serve para indicar a passagem "do momento econômico (egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens". [59]

Este momento "coincide com a cadeia de sínteses do desenvolvimento dialético" que oscila entre duas condições expressas pelas seguintes proposições de Marx: [60]

1) Nenhuma sociedade se põe tarefas (de transformações) para cuja solução já não existam as condições necessárias e suficientes ou que não estejam prestes a existir;

2) Nenhuma sociedade desaparece (não pode ser substituída) antes que tenha esgotado todo o seu conteúdo e que tenha desenvolvido novas e superiores relações de produção.

Estas proposições sugerem que o "modelo catártico" não é um instante "mágico" ou espontâneo, mas a realização de condições necessárias para a qual têm que agir os grupos políticos ativos e, até mesmo, as grandes personalidades históricas.

A catarse é o próprio momento de *passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade*. Este momento é um acontecimento histórico de transformação complexa e radical:

- da condição econômica (egoístico-corporativa) para a condição ético-política;
- do objetivo (do dever-ser) para o subjetivo (do ser);
- da classe-em-si, para classe-para-si.

O reino da necessidade corresponde ao período econômico-corporativo capitalista burguês, condição histórica da divisão de trabalho e da conseqüente divisão de classes. Em termos subjetivos, é a época em que se quer toda uma série de coisas, materiais e morais, que não se possui.

O reino da liberdade é a nova civilização em que o capitalismo e a sociedade burguesa estão superados e onde os indivíduos gozam a liberdade "orgânica", aquela que provém da libertação da dominação de classe e da coerção do estado já extinto.

3. À Guisa de Conclusão

Gramsci traz novas luzes que ajudam a compreender a sociedade comunista e a explicar a sua realização, embora de uma maneira um tanto otimista. Porém, o advento desta utopia encontrará dificuldades que uma inteligência crítica pode identificar com poucos argumentos.

O principal questionamento é a superação concreta do Estado. Primeiramente porque o longo processo de transformação da sociedade civil e dos indivíduos exige a presença educadora e continuada do Estado. Em segundo lugar, e talvez principalmente, não se pode imaginar um país comunista pioneiro "sem estado" no concerto das nações capitalistas fortes e bem conduzidas por estados eficientes. O antagonismo seria inevitável. (A90) O efeito desta realidade é justamente a tendência de fortalecimento e de perenidade do estado socialista. Foi o que se deu com a União Soviética, fazendo da sociedade regulada ali uma utopia cada vez mais remota, inalcançável.

Igualmente questionável é o desaparecimento das classes na sociedade regulada. Embora se possa imaginar que, em termos econômicos, a sociedade venha a ser reduzida a uma "massa igualitária", semelhante exercício de imaginação se torna difícil quando posto em termos de poder funcional das pessoas na organização da sociedade. Alguma espécie de hierarquia deverá haver na gestão das atividades produtivas, na administração dos organismos políticos remanescentes do "estado gendarme" e na direção da dinâmica social. Este cenário antecipado acabará criando uma diferença de posições funcionais e sociais e de conseqüentes diferenças de privilégios entre as pessoas. Inicialmente, manifestada por uma burocracia, daí para uma "nomenklatura" e, finalmente, por uma espécie de aristocracia político-econômica ou "nova classe": inevitável estratificação social. Não foi assim na Rússia e não está sendo assim na China?

A História também tem mostrado a ineficiência da economia socializada (estatizada). Tirante aspectos conjunturais decorrentes da Guerra Fria (1946-1990) e da corrida armamentista que sorviam rios de dinheiro, a verdade é que a economia socialista do bloco soviético não competia com a economia capitalista ocidental. Para não comparar diretamente as superpotências (URSS x EUA), basta ficar na melhor comparação da República Democrática da Alemanha (socialista) com a República Federal da Alemanha (capitalista). A diferença de prosperidade nacional e de padrão social das populações era flagrante e tão chocante, que foi necessária a construção do Muro de Berlim, para que a população toda da RDA não migrasse para a RFA.

Não se trata só de comparar desempenho econômico mas de constatar que a economia socialista dirigida inviabilizará o desaparecimento do Estado e a "catarse", a passagem do "reino da necessidade para o reino da liberdade", não acontecerá jamais.

Quando o marxismo clássico afirma que a sociedade capitalista contém dentro de si as contradições que gerarão a ruptura que a levará ao comunismo, poderia também acrescentar que ela contém todos os instrumentos e potencialidades para produzir a prosperidade (não discutimos agora o problema da distribuição da riqueza) que poderia garantir o êxito posterior do socialismo e do próprio comunismo. Esta afirmação torna inviável a revolução nos países pobres. Aliás, é o que se pode ver nos países da África e em Cuba que fizeram a opção "espontânea e livre" pelo socialismo.

Em que pesem a originalidade e a coerência da concepção revolucionária de Antônio Gramsci, fica a dúvida se ela serve para realizar o que promete. A mudança da estratégia de transição para o socialismo não garante a fundação da nova civilização. Mais provavelmente levará as classes subalternas e a inteira nação ao impasse do socialismo totalitário e, finalmente, ao colapso político-econômico.

Valerá a pena os sacrifícios que a revolução gramscista impõe pela promessa "ética" de uma nova civilização inatingível?

POST SCRIPTUM

O GRAMSCISMO NO BRASIL

=====

Como fizemos alusão no prólogo deste livro, os *Cadernos do Cárcere* de Antônio Gramsci só vieram a público entre 1948 e 1950 com a "edição temática" organizada por Palmiro Togliati e, em 1975, com a "edição crítica" preparada por Garratama.

No Brasil, a primeira edição do trabalho de Gramsci aconteceu entre 1966 e 1968 por iniciativa de Enio Silveira, da Editora Civilização Brasileira. Nova edição se deu no final da década de 1970, ainda tradução da versão temática de Togliati, tornando-se a mais conhecida da intelectualidade brasileira.

É interessante mencionar que estas duas edições foram feitas no período de vigência da Revolução de 1964 (1964-1985). (q)

a) Partido Comunista Brasileiro e Gramsci

Nesta ocasião, o Partido Comunista Brasileiro vinha de uma frustrante e contundente derrota na sua segunda tentativa de tomar o poder no Brasil. Tanto na primeira investida (a intentona de 1935), quanto na segunda ("via pacífica"), o partido seguiu o modelo marxista-leninista para chegar ao poder, fiel à orientação da Internacional soviética em cada uma das ocasiões. (r)

Havia uma certa perplexidade no interior do Partido que se questionava quanto à validade dos modelos leninistas de "assalto ao poder" e da "via pacífica para o socialismo" (ou "etapista"), ambas mal sucedidos [sic] no Brasil. Além disso, havia ainda a má referência da imprudente e cruel opção pela violência armada de alguns dissidentes da orientação partidária que não conseguiram ir além do terrorismo urbano (1966-1973). Começaram então a aparecer os primeiros indícios de que alguns dirigentes do Partido passavam a se interessar pela estratégia de Gramsci já, de certa forma, revelada pelo eurocomunismo. "Como poderia, todavia, o Partido Comunista transpor mecanicamente para o Brasil uma doutrina que se preocupava, no seu tempo, em equacionar os caminhos a percorrer do fascismo à ditadura do proletariado e estabelecer qual o sistema de alianças a ser composto para atingir a meta intermediária de um governo democrático"? (s)

Com efeito, em 1973, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro realizou, com uma criativa manobra intelectual, a transposição para o Brasil da situação da Itália em 1930: aprovou uma Resolução em que definia o regime brasileiro instaurado em 1964 como *fascista*. Assim propunha a formação de uma aliança "antifascista", incluindo todas as forças de esquerda e de oposição ao regime político vigente, tendo por objetivo a "redemocratização" que lhe abrisse espaço para voltar à atividade política ostensiva e à luta pelo socialismo.

A partir desta Resolução (recorde-se, com a ausência de Prestes, então refugiado na União Soviética), o Partido passou a dar prioridade aos objetivos imediatos de:

- Restauração da democracia;
- Anistia;
- Assembléia Constituinte.

Evidentemente, a opção por esta linha de atuação não significava uma deliberada adesão à estratégia gramscista, mas com ela coincidia de maneira interessante e indicativa, porque estava muito de acordo com o conceito de Gramsci referente ao "intermezo" democrático burguês entre a queda da ditadura fascista e a ditadura do proletariado.

Embora aqueles objetivos fossem também das esquerdas e oposições ao regime em geral, o Partido coerentemente os antecipou como diretriz de sua atuação política naquele momento histórico.

Indicativamente também, a partir de 1973, pronunciamentos de destacados membros do Partido e artigos publicados nos jornais orgânicos e na imprensa diária passaram a conter freqüentes referências às "categorias" (A91) e idéias de Gramsci. Algumas vezes claramente, mas geralmente apenas citadas no contexto das declarações. Embora fossem significativas as indicações de envolvimento de membros do Partido com as idéias de Gramsci, esta posição não era unânime.

A presença do PCB nas campanhas "populares" anteriores a 1979 não foi muito destacada porque, em 1974 e 1975, os órgãos policiais e de segurança, depois de derrotar o terrorismo urbano e uma tentativa de implantação de guerrilha maoísta no país, voltaram-se finalmente contra ele, desorganizando severamente sua estrutura e atuação. Seus militantes foram presos ou se refugiaram no exterior. Os remanescentes optaram pela clandestinidade ou pela infiltração no partido do Movimento Democrático (MDB), de oposição; tática da dupla-militância. (A92) Já nas eleições parlamentares de 1978, foram eleitos por esta legenda vinte e sete deputados federais e trinta e seis estaduais comunistas.

Quando em 1979 o próprio regime revolucionário de 1964 tomou a iniciativa da abertura política (revogação do Ato Institucional Nº 5 a decretação da Anistia) o movimento comunista também se atribuiu os méritos das mudanças democráticas. O Partido, entretanto, estava enfraquecido, principalmente depois da divergência entre Prestes, que regressara de Moscou, e os membros do Comitê Central, resultando no afastamento do velho líder ainda preso aos "dogmas" da Internacional soviética. Entretanto, a ortodoxia do próprio Comitê Central o levou também a hostilizar os membros de tendência gramsciana, o que acabou por fazer com que muitos deles se afastassem do Partido e buscassem outras organizações políticas, em particular o MDB e o Partido dos Trabalhadores recém criado.

A partir de 1980, embora ainda não-legalizado, o PCB já podia atuar abertamente, com a complacência do regime que se encerrava ou por meio dos militantes que se acolheram em outros partidos. As campanhas eram então a de legalização do Partido e, em 1984, a de "diretas já". Esta foi conduzida num amplo movimento não só das esquerdas mas das oposições como um todo. Não teve êxito, mas contribuiu para viabilizar a candidatura de Tancredo Neves e a sua eleição indireta à sucessão do último Presidente revolucionário.

Em 1985, o PCB obteve seu registro no Tribunal Superior Eleitoral, finalmente entrando na legalidade. Neste ano, podemos dizer, iniciava-se o "*interlúdio democrático burguês*" como preconiza Gramsci.

Faltava ainda um passo decisivo: a convocação de uma Assembléia Constituinte. O objetivo foi facilmente viabilizado no clima de abertura política inaugurado com a posse do Presidente José Sarney. (t)

b) A Constituinte e a República Socialista

O novo Congresso eleito em 1986 veio investido de poderes constituintes. É interessante recordar que o Presidente José Sarney tomou a iniciativa de nomear uma comissão de "Cem Notáveis" para elaborar um anteprojeto da nova Constituição.

A proposta apresentada pela comissão foi de tal maneira "esquerdizante" que o Presidente desistiu de submetê-la à Assembléia Constituinte. Este fato demonstrou a extensão da opção marxista no meio intelectual brasileiro, nele incluído certamente uma parcela já marcante dos adeptos do pensamento de Gramsci.

No Congresso, os representantes constituintes de esquerda, de maneira despercebida e habilidosa, com a conivência de "socialistas" populistas, e com a omissão da maioria democrata descuidada, conseguiram ver aprovado um regimento da Assembléia em que a metodologia de elaboração da Carta lhes permitiria conduzir o "trabalho fracionável", técnica de domínio de reuniões e assembléias pela minoria, por meio de artifícios, manobras, manipulações e obstruções regimentais. No caso, o regimento aprovado criava um determinado número de "Comissões Temáticas", tratando separadamente dos diversos conteúdos da Constituição. Em seguida, a matéria seria harmonizada, por conjuntos de assuntos afins, em uma "Comissão de Sistematização" e, finalmente, levada a plenário para votação, não por artigos, mas em bloco, impedindo emendas parciais. Era o "fracionamento" da assembléia de modo que a minoria tivesse domínio das comissões que lhe interessavam, abrindo mão das que lhes eram secundárias.

Além do mais, o regimento admitia "emendas populares" apresentadas diretamente pela "sociedade civil organizada", isto é, por organizações de massa tais como sindicatos, associações de classe e movimentos populares. Era uma prática incipiente da hegemonia popular de concepção gramscista, que permitia às minorias ativas exercerem a "direção política", a pressão e o "lobby", impondo suas idéias e reivindicações, fazendo crer que expressavam a vontade nacional. Com a técnica do "trabalho fracionável" e de pressão de base, quase que a Constituinte é levada a aprovar um projeto parlamentarista e nitidamente socialista.

Quando esta manobra ficou evidente, a maioria democrática reagiu formando um bloco suprapartidário, o "Centrão" que, a tempo, frustrou o intento das esquerdas. Mesmo

assim, a Constituição promulgada em 1988 se caracterizou pela complexidade, revanchismo, nacionalismo xenófobo, paternalismo, permissividade "democrática" e pelas contradições conceituais. (A93) Como veio a se manifestar o próprio Presidente Sarney: "A Constituição torna o país ingovernável". (A94)

c) Partido Comunista Brasileiro e o Gramscismo

Em 1990 restava ainda um grupo importante de membros do partido adepto [sic] do gramscismo. Se a atuação da organização, desde 1979, não foi oficialmente nesta linha, sem dúvida foi por ela influenciada ou, no mínimo, com ela coincide. Na verdade, os procedimentos políticos, que poderiam ter sido identificados como gramscianos, eram próprios da fase "econômico- corporativa" e não seriam incompatíveis com as práticas marxistas-leninistas da equivalente fase "democrático-burguesa". Certas práticas sugeridas eram até confundidas com atividades de "acumulação de forças" e de "trabalho de massa" desta linha ideológica.

Nesta época, a crise do comunismo soviético já se tornara explícita, desde que Gorbachev tentara a sua salvação com [um] projeto reformador, a "Perestroika". Culminou com o repentino colapso do regime soviético e a subsequente desarticulação dos regimes comunistas satélites do Leste Europeu. (A95) A velocidade dos acontecimentos, a débâcle flagrante, a exposição das precariedades sociais e econômicas do estado totalitário daqueles países, demonstraram todo o fracasso do socialismo soviético e da ilusão do comunismo. Os acontecimentos trouxeram um momento de surpresa e de perplexidade a toda a esquerda marxista no Brasil e ao Partido Comunista Brasileiro em particular.

O PCB, de orientação soviética e de vinculação ao PCUS (A96), evidentemente foi muito atingido pelo desastre. Diante da reviravolta do comunismo soviético, viu-se obrigado a rever posições e a tentar salvar seu projeto histórico, fazendo um esforço de sobrevivência e de elaboração de uma nova fase. A reação foi rápida, o que demonstra já possuir um quadro de pessoas portadoras de um projeto novo, não só oportuno para o momento vivido pelo Partido, mas adequado para o momento histórico do país: o gramscismo. No período de 30 de maio a 2 de junho de 1991, o Partido realizou o seu IX Congresso. Outra vez se dividiu internamente, agora com três correntes divergentes: a primeira, a dos "renovadores", sugerindo uma definição "renovada" de socialismo; a segunda, a dos ortodoxos, marxistas-leninistas conservadores; a terceira, a que defendia um novo socialismo baseado na adaptação de Marx, Engels e Gramsci, e a aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). A primeira corrente saiu vitoriosa.

Assim, o velho "Partidão", ou "PC Bão", vestiu roupagem nova, abandonou velhos símbolos e adotou outra denominação -- Partido Popular Socialista (PPS). Passou a usar uma nova linguagem, como "pluralismo das esquerdas", "democracia radical" e outras expressões muito próprias do vocabulário gramsciano como aparece na sua proposta de declaração política ao Congresso: "Para que a esquerda se credencie ao exercício da hegemonia, deve ser capaz de promover a emancipação da classe operária de uma pauta estritamente econômico- corporativa, tornando-a apta a dirigir o país".

O novo Partido argumenta com "categorias" de Gramsci mas não assume publicamente sua linha gramscista, (A97) aliás como seus congêneres na Europa. Os ex-PC europeus têm agora outras denominações e outras siglas, mas também não revelam abertamente a sua linha revolucionária gramsciana. (u)

Os marxistas-leninistas do velho partido comunista romperam com o "partido renovado" saído do IX Congresso e recriaram o PCB com o mesmo nome, com a mesma sigla e com os mesmos símbolos.

d) As Esquerdas Brasileiras e o Gramscismo

O conhecimento da obra e do pensamento político de Antônio Gramsci não ficou restrito a alguns membros do PCB. Teve também difusão no meio político, principalmente após 1979, com o retorno ao país de muitos intelectuais e militantes de partidos e organizações de esquerda que se haviam refugiado principalmente na Europa. Os sinais de sua atuação e influência já apareceram no início da década de 80, como difusão e uso geral de conceitos e "categorias" gramscianas nos meios de comunicação social, na manifestação artística, na atividade editorial e na linguagem política. O exemplo mais evidente é o uso que se tornou corrente da expressão "sociedade civil". Igualmente indicativo foi o surgimento no país, e cada vez mais difundidas, das denominadas "organizações não-governamentais" (ONGs) muitas das quais nada mais são do que aparelhos privados de hegemonia, voluntários ou de grupos homogêneos, isto é, organizações não-estatais (privadas) da sociedade civil.

A partir de 1990, foi crescente a penetração de Gramsci na universidade. Aliás, já há muito esta [é] área de discussão e de influência do pensamento marxista. Sem dúvida, o meio acadêmico tem sido importante centro difusor do gramscismo.

Na área política, os partidos de esquerda que repudiam tanto o marxismo-leninismo quanto a social-democracia não assumem abertamente sua opção pela estratégia de Gramsci; ou simplesmente os silenciam [sic]. Tentam passar um discurso social-liberal (A99), social-democrata ou o eufemismo de um não bem explicado "socialismo-democrático".

Parece-nos instrutivo fazer um breve reconhecimento da esquerda brasileira, destacando os partidos segundo suas opções estratégicas para a fundação do socialismo. De uma maneira mais ou menos arbitrária, a esquerda no Brasil pode ser classificada em dois blocos distintos como resumido no quadro sinóptico seguinte:

ESQUERDAS NO BRASIL (v) (A100)

- COMUNISTAS (Marxistas Revolucionários)
 - 1) Marxistas Leninistas
 - PC do B: Partido Comunista do Brasil
 - PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores unificados
 - PCB (o novo): Partido Comunista Brasileiro
 - 2) Marxistas-Gramscistas
 - PPS: Partido Popular Socialista
- SOCIALISTAS
 - 1) Socialistas Democráticos (formulação gramscista)
 - PSB: Partido Socialista Brasileiro (Marxista)
 - PT: Partido dos Trabalhadores (Laborista)
 - 2) Social-Democratas
 - PDT: Partido Democrático Trabalhista
 - PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

Evidentemente, os partidos indicados no quadro não são os únicos, há outros partidos e grupos políticos (alguns sem registro eleitoral) que compõem as esquerdas no Brasil e que poderiam ser também colocados no esquema. Ficamos apenas nesses de maior expressão eleitoral.

1) Partido Comunista do Brasil

O *PC do B* nasceu em 1962 como dissidência do antigo Partido Comunista Brasileiro (o Partidão) quando este, aceitando diretrizes do Partido Comunista da União Soviética (XX Congresso, 1956), passou a orientar sua ação política e revolucionária pela chamada "via pacífica".

O Partido manteve-se marxista-leninista de linha stalinista, adotando a concepção revolucionária maoísta (chinesa) e, mais tarde, a linha albanesa, anti-soviética. Após o colapso do comunismo soviético, reprovou o "revisionismo" do Partidão e reafirmou sua definição marxista-leninista (VIII Congresso, 1995). Recordando, o PC do B tentou a implantação de uma área de guerrilha na região de Xambioá-Marabá, no Pará (1970-1974), não tendo êxito.

2) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

O *PSTU* foi fundado em 1994, reunindo militantes de várias organizações trotskistas, a principal das quais a Convergência Socialista (CS). A maioria destas pessoas estava integrada ao Partido dos Trabalhadores. (A101)

O Partido é marxista-leninista trotskista, revolucionário, mas contrário ao antigo stalinismo soviético.

3) Partido Comunista Brasileiro (o novo)

O *PCB* (o novo) foi fundado em 1992 por um grupo ortodoxo dissidente do antigo Partidão que, no seu IX Congresso, se transformara em Partido Popular Socialista (PPS) em razão de uma nova formulação político-ideológica.

O novo PCB se manteve fiel ao marxismo-leninismo mas, ambigualmente, declara que seu objetivo é "construir o socialismo por via institucional". Porém, admite a "ruptura" para conquistar o poder.

4) Partido Popular Socialista

O *PPS* foi fundado em 1991 por transformação ("renovação") do antigo PCB, por deliberação da maioria dos seus representantes, no IX Congresso.

Assumiu uma concepção político-ideológica de forte inspiração gramscista. Entretanto, a sua definição pública é ambígua, pretendendo ser geralmente reconhecido como partido de "centro-esquerda", ocupando uma posição entre a direita liberal e a esquerda socialista (algo como o Partido Trabalhista inglês). Esta definição contradiz sua original afirmação comunista. O partido optou por um político burguês para seu candidato à Presidência da República, (A102) forma de atrair o apoio da classe média (aliança de classes), como seu antecessor PCB já havia tentado em 1934 ao admitir Luiz Carlos Prestes nos seus quadros.

5) Partido Socialista Brasileiro

O *PSB* foi registrado em 1985, resgatando a velha sigla do Partido Socialista criado em 1947 e extinto em 1965.

Em Portugal (1975) um grupo de militantes brasileiros de várias tendências de esquerda (grupo "Debate") publicou um documento intitulado "Plataforma Política para a União dos Comunistas Brasileiros" (UCB) em que apontava conclusões a que chegara ("autocrítica") sobre o fracasso do movimento comunista revolucionário no Brasil entre 1964 e 1974. Uma das conclusões foi referente à necessidade de unir os marxistas e oprimidos em um só partido. Na prática, isto não aconteceu, cada um optando por uma solução que lhe parecesse melhor para realizar tal fim.

Entretanto, alguns daqueles militante e outros que haviam permanecido no país na clandestinidade, inclusive muitos que haviam participado da luta armada, resolveram pela fundação do PSB.

O Partido fez opção pelo "socialismo democrático" (não confundir com social-democracia), colocando-se entre o liberalismo e o marxismo-leninismo: posição parecida com a do PPS.

O PSB faz muitas afirmações que são indicativas da inspiração marxista-gramscista. Mas é ambíguo na sua exata definição político-ideológica: "não somos liberais, nem comunistas; somos socialistas". Na sua visão socialista, "o Estado e a sociedade tendem a se confundir"; sugestiva referência ao estado ampliado de Gramsci.

6) Partido dos Trabalhadores

O *PT* foi fundado em 1979 por sindicalistas do ABC paulista. Com o apoio do clero progressista, se implantou rapidamente em âmbito nacional.

O Partido, que se define como socialista, é radical na atuação política, expondo uma prática semelhante ao "nasserismo", socialismo autóctone sem referências ao marxismo. Ao mesmo tempo, aproxima-se da concepção pragmática de Gramsci, principalmente na atuação dos seus intelectuais orgânicos, muito ativos e bem colocados na estrutura partidária, nas bases, na cúpula e nos níveis intermediários.

Eles dão coesão ao Partido, entidade que reuniu em seu bojo grupos que se aplicaram à luta armada no período de 1966 a 1974, abrangendo "militaristas" ("guevaristas") e trotskistas. Compunham o bloco dos "organizados" que concorria internamente com a "articulação", bloco dos sindicalistas fundadores e de outros elementos intelectuais de esquerda. O PT é um elemento aglutinador e expressão política desta heterogênea associação. Efetivamente, as divergências de pontos de vista são muito bem administradas por uma espécie de "centralismo democrático" admirável, garantindo uma unidade de ação surpreendente.

7) Partido Democrático Trabalhista

O *PDT* foi criado em 1979, pretendendo resgatar o antigo Partido Trabalhista Brasileiro de Getúlio Vargas e a sigla PTB, identificada com o velho nacionalismo populista dos anos 50 e início dos 60. A sigla foi, na época, disputada também por Ivete Vargas, sobrinha do ex-Presidente. Decisão judicial deu ganho de causa à deputada, daí porque o novo partido veio a adotar a denominação que hoje tem.

O partido é vinculado à Internacional Socialista (social-democracia) mas o seu socialismo ganhou feição nacionalista-populista ("socialismo moreno"), anti-americanista, expondo uma prática política "nasserista" (socialismo autóctone não-marxista).

8) Partido da Social Democracia Brasileira

O *PSDB* nasceu em 1988 da dissidência de um grupo de esquerda (os "autênticos") do PMDB, logo após a promulgação da nova Constituição.

O Partido se define como social-democrata mas não conseguiu a filiação à Internacional Socialista.

Elegeu o Presidente da República em 1994 exibindo, a partir daí, uma prática política "autoritária". Conseguiu do Congresso uma emenda à Constituição que lhe garantiu reeleger o Presidente. É partidário do parlamentarismo.

Pode-se verificar que, pelo menos, três partidos políticos trazem em suas definições ideológicas e pragmáticos [sic] conceitos gramscianos ainda que não deixem claro [sic] a adoção plena da concepção revolucionária que corresponde à "guerra de posição".

O Partido Popular Socialista (PPS) teria todas as qualificações e respaldo dos seus antecedentes de luta (duas tentativas concretas de tomada do poder) para pretender ser a vanguarda revolucionária da "transição para o socialismo". Como partido político porém ainda não se restabeleceu dos golpes e contratemplos que vem sofrendo desde 1964, estando falto de estrutura, prestígio e projeção.

O Partido dos Trabalhadores (PT) demonstra mais eficiência e coerência na aplicação dos conceitos gramscianos, embora não seja uma organização ideologicamente marxista (como vimos, sua concepção de aproxima mais do "nasserismo"). É notável o "protagonismo" e o desempenho dos seus "intelectuais orgânicos", preparados e atuantes como dirigentes e educadores nos três níveis da estrutura partidária, como preconizado por Gramsci.

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) abriga em seu interior membros com experiência revolucionária, bem como um corpo de intelectuais orgânicos. Estes estão concentrados na cúpula partidária. A identificação com Gramsci é mantida encoberta por uma aparência social-democrata de conveniência.

e) Brasil e a Revolução no Ocidente

A estratégia revolucionária de Gramsci veio bem a calhar como uma "alternativa" acabada ao marxismo-leninismo em crise e posto sob crítica desde a queda do Muro de Berlim em 1989, principalmente para o histórico PCB. Mas não foi só por este aspecto imediato que o gramscismo veio a calhar. Efetivamente, a concepção de Gramsci veio também no momento histórico certo para o movimento revolucionário no Brasil.

O país, a partir de 1930, ganhou um projeto nacional que, apesar dos tropeços e de algumas descontinuidades, avançou consistentemente sob diferentes formas. Foi capaz de proporcionar ao Brasil magnífico progresso econômico (industrialização), político e social que se refletiu positivamente no desenvolvimento da "sociedade civil" e na modernização do capitalismo, embora com forte participação do Estado. O Produto Nacional Bruto (PNB) é hoje o décimo do mundo. Esta evolução abrangente chegou ao seu momento culminante nos anos 70, como resultado do programa de desenvolvimento econômico e social da Revolução de 1964.

Segundo os comentadores de Gramsci, o Brasil deixara de ser uma sociedade semicolonial do tipo "oriental" e, definitivamente, se tornara uma sociedade do tipo "ocidental". Conclusivamente, o modelo revolucionário bolchevista ou marxista-leninista de assalto ao poder ("guerra de movimento") já não se aplica adequadamente ao Brasil, mas preferentemente a nova e atualizada concepção da "guerra de posição". E é isto, exatamente, o que se está desenrolando no Brasil.

Recordando as fases do processo gramsciano de transição para o socialismo, podemos dizer que a fase econômico-corporativa no Brasil teve um momento particular em 1964, quando se deu a intervenção político-militar que frustrou o projeto do PCB de tomada do poder e que também depôs o Presidente Goulart com ele aliado (que, aliás por si mesmo, tinha um projeto próprio de golpe de estado). A partir de então, o país viveu um período político autoritário que as esquerdas identificaram, por conveniência ideológica, como "ditadura militar fascista".

A sensibilidade política do Partido Comunista Brasileiro (ainda fiel ao marxismo-leninismo) e das oposições em geral os levou à formulação de um projeto comum que era muito coincidente com a concepção estratégica de Gramsci para esta fase. Possivelmente pesou a influência de intelectuais gramscistas que já apareciam no cenário das esquerdas. Os empreendimentos recomendados por Gramsci na fase econômico-corporativa foram seguidos pelo PCB, ou seja, luta pela:

- Abertura política;
- Eleições livres;
- Anistia;
- Redemocratização;
- Constituinte.

Diferentemente, grupos açodados e radicais (foquistas, trotskistas e maoístas) optaram pela insensata luta armada, "guerra de movimento", que não conseguiu ir além do terrorismo urbano. Foi um desastre que só resultou no endurecimento do regime e na sua maior duração. De qualquer modo, com a derrota das organizações armadas, o processo de abertura foi iniciado pelo próprio regime em 1979.

Em 1985, o país estava redemocratizado e, em 1988, uma nova Constituição que, se não chegou a antecipar uma república socialista, quase chegou a ela.

Com a crise do comunismo soviético e seus reflexos no movimento comunista no Brasil (a reformulação do PCB, transmutado em PPS, e a formação de outros partidos de inspiração gramsciana) estava terminada a *fase econômico-corporativa* e tinha início a *fase de luta pela hegemonia* (1991).

Agora, a atuação mais importante passa a ser dos "*intelectuais orgânicos*" e dos intelectuais tradicionais "adesistas".

Tirante o corpo de intelectuais do Partido dos Trabalhadores que está bem estruturado e atuante em todos os níveis, os demais intelectuais estão difundidos nos partidos, nos órgãos de comunicação social, nas cátedras, nos "aparelhos privados de hegemonia", nas ONG's, nas comunidades (de moradores, de favelas, acadêmicas, de minorias, etc. (A103)) e na manifestação artística, ativos e conscientes politicamente, mas sem evidências nítidas de vinculação com as organizações políticas. É uma atuação difusa, abrangente, anônima na generalidade, mas muito efetiva, "moderna" e uníssona.

A luta pela hegemonia é desenvolvida em uma "frente popular" tácita, nem sempre muito coesa, mas que envolve praticamente todos os partidos de esquerda. Embora divergentes em determinados aspectos teóricos e práticos, têm pontos afins de atuação revolucionária. (A104) Os empreendimentos desta fase gramsciana, envolvendo principalmente a *reforma intelectual e moral da sociedade e a neutralização do aparelho hegemônico da burguesia*, encontram correspondência na atuação dos partidos "socialistas democráticos" e na dos partidos marxistas-leninistas, particularmente no "trabalho de massa" destes, concretizando um amplo "pluralismo socialista" que, nesta fase, é bem-vindo para todos.

Podemos fazer uma breve e imediata constatação de alguns temas trabalhados e dos resultados já alcançados, particularmente em três empreendimentos:

- Superação do senso comum;
- Neutralização dos aparelhos de hegemonia da burguesia;
- Ampliação do Estado.

f) Superação do Senso Comum

O senso comum é o conjunto das opiniões aceitas pela generalidade das pessoas da sociedade, fazendo com que opiniões discrepantes pareçam desajustadas.

A superação do senso comum significa a substituição e modificação de valores, tradições, costumes, modo de pensar, conformidade religiosa e social, sentimentos e outros elementos que dão à sociedade coesão interna, consenso e resistência a mudanças ideológicas. Como parte da ação revolucionária, é uma sutil subversão dos valores contidos no senso comum que servem de critério de comportamento e de julgamento. Substituídos por outros, modificam significativamente o modo de pensar, de agir e de sentir das pessoas, contribuindo para a "reforma intelectual e moral" de toda a sociedade.

Na sociedade brasileira, podemos constatar, sem muito rigor sociológico e psicológico, mas observando o "presente e o passado" com atenção que, desde os anos 80, alguns critérios, antes bastante sólidos no senso comum, foram modificados radicalmente. As novas gerações nem mais podem percebê-los.

Para os moços, nada mudou porque não conheceram os velhos valores. Para os mais velhos, as modificações até parecem "espontâneas", naturais, evolutivas, aceitáveis como sinal dos tempos. Mas, na verdade, são o resultado de uma "penetração cultural" bem conduzida pelos intelectuais orgânicos desde pouco mais de vinte anos.

Vamos tentar identificar algumas destas mudanças, apontando, inicialmente, as que não podem ser simplesmente atribuídas a uma natural evolução social e moral, para demonstrar a existência de um impulso de "direção consciente" por trás do fenômeno:

1) O conceito de livre opinião (independência intelectual) está sendo substituído pelo conceito de "*politicamente correto*". A legítima e franca opinião individual vai sendo "socializada" por substituição pela "opinião coletiva" politicamente ("homogênea") correta ("ética"). Este resultado é obtido principalmente pelo "patrulhamento ideológico" (controle intelectual, estigmatização e censura) e pela "orquestração" (repetição).

2) O conceito de legalidade está sendo substituído pelo conceito de "*legitimidade*". A norma legal perde a eficácia diante da violação dita socialmente legítima. A invasão de terras, a ocupação de imóveis e prédios públicos, o bloqueio de vias de circulação, o saque de estabelecimentos são legítimos (éticos) porque correspondem a "reivindicações justas".

3) O conceito de fidelidade pessoal (dever e compromisso) é substituído pelo de "*felicidade individual*". O prazer (em oposição à solidariedade, ao altruísmo, à abnegação) é o critério do comportamento social e moral, moderno e livre. (A105)

4) O conceito de cidadão está sendo substituído pelo conceito de "*cidadania*". O termo cidadania perde o sentido de relação do indivíduo com o estado, no "gozo dos direitos civis e políticos e no desempenho dos deveres para com ele" e passa a ser uma relação de demanda de minorias ou de grupos organizados. Embora não seja aparente, é um instrumento diretamente ligado à luta pela hegemonia. (A106)

5) O conceito de sociedade nacional está sendo substituído pelo de "*sociedade civil*". A comunidade como conjunto das pessoas interdependentes, com sentimentos e interesses comuns, passa a ser o espaço das classes em oposição. Embora não seja aparente, é a cena da luta de classes. (A107)

Além destes exemplos, há muitas outras "superações" do senso comum, menos evidentes (mas visíveis se apontados) porque o "antes" e o "depois" já estão muito afastados no tempo e porque já estão integrados, intelectual e moralmente, principalmente no senso comum dos mais jovens da sociedade:

- A *personalidade popular* como protagonista da história nacional em substituição ao vulto histórico, apresentado como opressor, representante das classes dominantes e criação da "história oficial".
- A *História "revisada"* (na interpretação marxista) que substitui a História Pátria "oficial" ("invenção" do grupo dominante).
- A *união conjugal episódica* ou temporária e de pessoas do mesmo sexo em substituição à família estável e célula básica da sociedade.
- *Ecletismo religioso* em substituição ao compromisso e fidelidade à igreja de opção.
- *Moral laica e utilitária* em substituição à moral cristã e à tradição ética ocidental.
- *Discriminação racial*, dita como sutil e disfarçada e como realidade que desmente a crença "burguesa ultrapassada" de tolerância e de sociedade multirracial e miscigenada. Este conceito recente é interessante porque se

tornou senso comum apesar de todas as ostensivas evidências de que é falso; resultado da "orquestração" (afirmação repetida).

- O *preconceito*, como qualidade que estigmatiza as pessoas conservadoras ou discordantes de certas atitudes e comportamentos permissivos ou tolerantes.
- A *informalidade* em substituição à convenção e à norma social que pressupõe vinculação institucional e à tradição.
- A *amoralidade* substituindo à ética tradicional que se diz sufocar a felicidade e a liberdade individuais.
- Os *direitos humanos* como proteção ao criminoso comum (identificado como vítima da sociedade burguesa) e indiferente à vítima real (identificada geralmente como burguês privilegiado).
- *"Satanização" do "bandido de colarinho branco"*, identificado como burguês corrupto e fraudador do povo.
- A *opinião pública* como critério de verdade maior que os valores morais tradicionais e a própria lógica, quando inconvenientes. (A108)
- A *mudança* como valor superior à conservação.
- A *ecologia* como projeto superior ao desenvolvimento econômico ("especulação" capitalista burguesa) e social.
- A *organização popular* (aparelho privado não-estatal), "eticamente" superior ao organismo estatal burguês. (A109)

Os principais meios de difusão dos conceitos do novo senso comum são os órgãos de comunicação social, a manifestação artística, em particular o teatro e a novela, (A110) a cátedra acadêmica e o magistério em geral. A eles se soma a atividade editorial, com menor alcance social.

É preciso acrescentar que nem toda mudança do senso comum resulta de uma atuação intencional e direta destes intelectuais orgânicos. Algumas transformações são decorrentes de uma evolução social natural. O projeto gramsciano de superação do senso comum é efetivamente um elemento desencadeador do fenômeno em cadeia, criando um clima de mudanças naturalmente estimulador que elimina a estabilidade dos valores e conceitos da sociedade, enfraquecendo suas convicções culturais e sua resistência a certos projetos políticos socializantes.

g) Neutralização das "Trincheiras" da Burguesia

De um modo superficial, mas apoiados nas indicações de Gramsci, podemos reconhecer as "trincheiras" do grupo dominante, da burguesia brasileira, identificando-as no conjunto das organizações estatais, da sociedade política e das organizações privadas da sociedade civil. Indicamos apenas algumas das mais significativas:

- O Judiciário;
- O Congresso;
- O Executivo (Governo);
- Os Partidos Políticos Burgueses;
- As Forças Armadas;
- O Aparente Policial;
- A Igreja Católica;
- O Sistema Econômico Capitalista.

A neutralização, se possível a eliminação destas "trincheiras", é predominantemente uma guerra psicológica (mas não só esta) visando a atingi-las e a miná-las como já vimos anteriormente, por meio do:

- *Enfraquecimento*, pela desmoralização, desarticulação e perda de base social, política, legal e da opinião pública;
- *Esvaziamento*, pelo isolamento da sociedade, perda de prestígio social, perda de funções orgânicas, comprometimento ético ("denuncismo"), quebra da coesão interna, "dissidência interna";

- *Constrangimento e inibição* por meio do "patrulhamento", penetração ideológica, infiltração de intelectuais orgânicos.

Num modelo de guerreamento psicológico, vamos resumir a constatação das idéias-força (objetivos) da penetração cultural e os temas explorados para realizá-las: (A111)

[1 de 8] -----

"TRINCHEIRA": JUDICIÁRIO

IDÉIA-FORÇA:

- Instrumento de opressão ;
- Parcialidade ;
- Ineficiência ;
- Improbidade .

TEMAS EXPLORADOS:

- Favorecimento dos ricos;
- Privilégio dos burgueses;
- Impunidade dos ricos e dos "colarinhos brancos";
- Lentidão funcional;
- Corrupção e privilégios dos magistrados.

[2 de 8] -----

"TRINCHEIRA": CONGRESSO

IDÉIA-FORÇA:

- Ineficiência ;
- Improbidade ;
- Parasitismo .

TEMAS EXPLORADOS:

- Privilégios;
- Ociosidade;
- Escândalos;
- Barganhas;
- Falta de espírito público.

[3 de 8] -----

"TRINCHEIRA": EXECUTIVO

IDÉIA-FORÇA:

- Ineficiência ;
- Autoritarismo ;
- Improbidade .

TEMAS EXPLORADOS:

- Conduta autoritária;
- Abuso de autoridade;
- Corrupção;
- Escândalos.

[4 de 8] -----

"TRINCHEIRA": PARTIDO POLÍTICO

IDÉIA-FORÇA:

- Falta de representatividade ;
- Legenda de "aluguel" ;
- Ambição pessoal ;
- "Fascismo" .

TEMAS EXPLORADOS:

- "Fisiologismo";
- Falta de programa;
- Corrupção;
- Verbas de campanha;
- Escândalos.

[5 de 8] -----

"TRINCHEIRA": FORÇAS ARMADAS

IDÉIA-FORÇA:

- Ineficiência ;
- Desnecessidade ;
- Ônus para o país ;
- Fascismo .

TEMAS EXPLORADOS:

- Destinação;
- Acidentes de trabalho;
- Escândalos;
- Golpismo e ditadura;
- Tortura.

[6 de 8] -----

"TRINCHEIRA": APARELHO POLICIAL

IDÉIA-FORÇA:

- Ineficiência ;
- Truculência ;
- Improbidade .

TEMAS EXPLORADOS:

- Reforma e extinção da Polícia Militar;
- Escândalos;
- Envolvimento no crime;
- Violência;
- Corrupção.

[7 de 8] -----

"TRINCHEIRA": IGREJA CATÓLICA

IDÉIA-FORÇA:

- Anacronismo da moral cristã ;
- Opressão moral e intelectual ;
- Aliança com o poder .

TEMAS EXPLORADOS:

- Celibato clerical;
- Escândalos sexuais;
- Inflexibilidade doutrinária (homossexuais, aborto, controle de natalidade, indissolubilidade do matrimônio);
- A Inquisição;
- Papel político-histórico;
- Devoções populares e culto de leigos (fora das Igrejas).

[8 de 8] -----

"TRINCHEIRA": CAPITALISMO

IDÉIA-FORÇA:

- Divisão de classes e exploração do proletariado urbano e camponeses ;
- Imperialismo ;
- Má divisão da renda .

TEMAS EXPLORADOS:

- Greves e protestos;
- Domínio econômico;
- Ambição e abuso;
- Injustiça social;
- Neo-liberalismo;
- Globalização;
- Desemprego.

Todos os meios de formação do novo senso comum são também aqueles que se engajam na luta pela neutralização do "aparelho hegemônico burguês". Todavia, os elementos principais são os órgãos de comunicação de massa, não só os que estão sob controle dos intelectuais orgânicos mas ainda os outros que acompanham a "pauta" destes, para não perderem a audiência ou os leitores dos seus veículos de divulgação.

Os órgãos da mídia "orgânica" mantêm uma pauta permanente abrangendo os temas a serem explorados. Quando os acontecimentos não trazem por si só os escândalos, a corrupção, os assuntos são trazidos a público periodicamente por meio de artifícios jornalísticos, mantendo a "orquestração". (A112) Não raro, estes artifícios se valem da meia-verdade, da verdade manipulada, da "armação", quando não da inverdade.

Os meios de comunicação social privados e estatais da burguesia são também "trincheiras" que devem ser neutralizadas com prioridade. Isto é feito pela aquisição ou conquista econômica e cultural, principalmente pela infiltração de intelectuais orgânicos e ocupação de espaço e posições na organização. (A113) (T1)

h) "Estado Ampliado"

A "ampliação" do Estado, isto é, a absorção deste pela sociedade civil, segundo a estratégia de Gramsci, deve ser iniciada ainda na fase de luta pela hegemonia, antes mesmo da tomada do poder.

Objetivamente, este empreendimento é conduzido pela "sociedade civil organizada" das classes subalternas e dos seus aliados. A "ampliação" se dá à medida em que estes aparelhos (organizações) vão assumindo certas funções estatais. Por isto, as chamadas organizações voluntárias não-estatais têm proliferado, muitas sob a denominação genérica de *organizações não-governamentais* (ONG), cuja sustentação financeira nunca tem sua origem muito bem conhecida. Mas o fato é que seus recursos não são poucos, antes são abundantes e suficientes para financiar os mais variados projetos e iniciativas e para manter um grande número de pessoas ativas

sob os títulos de ambientalistas, especialistas, defensores disto e daquilo, pacifistas, etc. Enfim, um exército de intelectuais orgânicos assalariados, alguns dos quais vêm ganhando notoriedade nacional e assídua presença nos meios de comunicação social.

Em termos de efetiva "ampliação do Estado", já é visível o papel das ONG's no exercício de algumas funções públicas. Inicialmente, ainda nas áreas limiars, entre a fraca função ou a omissão estatal e a iniciativa dos "indivíduos privados": ambientalismo, direitos humanos, educação, saúde, administração de comunidades e até mesmo segurança pública. (A114) Na maioria dos casos, ainda têm forma de atuação reivindicatória e controladora do governo e dos governantes como, por exemplo, protesto e obstrução a determinadas iniciativas do Estado e a exigência de "amplo debate" e de "audiência" antecipada da sociedade civil como condição prévia para a realização de determinadas obras públicas e projetos sociais.

O mais significativo, porém, é o crescente número de convênios entre o Governo e organizações não-governamentais para a realização principalmente de projetos sociais e preservacionistas. Estes convênios, além de levarem recursos públicos às entidades da sociedade civil organizada, (A115) são a maneira mais eficiente, embora lenta e discreta, de realizar a "ampliação do Estado".

Estas novidades que, à generalidade das pessoas, podem passar por uma moderna evolução da democracia, na verdade é parte da concepção gramscista de transição para o socialismo.

* * *

Uma constatação oportuna: a luta pela hegemonia, que deveria ter por objetivo elevar as classes subalternas e torná-las grupo dirigente, se tem notabilizado mais pela realização da hegemonia de uma difusa classe constituída dos intelectuais orgânicos, os neo-marxistas brasileiros. Assimilando ou tomando os intelectuais tradicionais adesistas ou ingênuos por aliados, "inocentes úteis" ou "companheiros de viagem", já constitui uma oligarquia autoritária que, fazendo a censura de fato e assumindo o monopólio do discurso, exerce a direção cultural e política da sociedade civil e do próprio Estado. Age exatamente como *homem coletivo*, elaboração ideológica da vontade e do pensamento em conjunto. Este fenômeno é um sinal premonitório de que a utópica sociedade dos *livres produtores associados* da concepção gramscista, depois da tomada do poder, vai ceder lugar ao socialismo real, sob domínio de uma "nomenklatura" de partido ou de uma "intelligentsia" da intelectualidade dirigente. Poderá vir a ser um regime oligárquico de domínio semelhante ao do talibã no Afeganistão.

Se a *sociedade nacional* tiver aspiração diferente, está na hora (talvez a última) de formar um novo *CENTRÃO*, mobilizando os cidadãos democratas e não apenas seus representantes como na Constituinte de 1988.

i) Finalizando

A partir da década de 1980, a revolução comunista no Brasil ganhou uma nova vertente inspirada na concepção gramsciana de transição para o socialismo. Esta linha convive com o pensamento e a prática política marxista-leninista de alguns partidos, somando esforços numa assumida postura tática de "pluralismo das esquerdas". O surpreendente êxito já alcançado no que diz respeito à penetração intelectual e moral na sociedade é significativo e começa a indicar que está chegando a um estágio que se poderá dizer irreversível. No momento crítico da tentativa da tomada do poder (passagem da "guerra de posição" para a "guerra de movimento"), poderão faltar a vontade nacional e os meios concretos para impedi-la.

Para fechar este "post-scriptum", gostaríamos de citar dois autores que, pela longa vivência e pelo seguro conhecimento do pensamento revolucionário de Antônio Gramsci, muito entendem da "guerra de movimento" marxista-leninista e da "guerra

de posição" marxista- gramscista, embora com pontos de vista e posições intelectuais divergentes: o Professor Carlos Nelson Coutinho e o Filósofo Olavo de Carvalho.

Creio que as duas citações fazem a síntese desta tradução da concepção estratégica de Gramsci:

"Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada 'guerra de posição'." (x)

* * *

"Quando um partido político assume publicamente sua identidade gramsciana, é que a fase do combate informal - a decisiva - já está para terminar, pois seus resultados foram atingidos. Vai começar a luta pelo poder." (z)

Gramsci antecipa que a vitória alcançada na guerra de posição é definitiva. Para evitar que isto venha a acontecer, *estou fazendo a minha parte*.

BIBLIOGRAFIA

=====

Antônio Gramsci, OS CADERNOS DO CÁRCERE, tradução de Carlos Nelson Coutinho, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

Carlos Nelson Coutinho, GRAMSCI - Um estudo sobre seu Pensamento Político, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

Olavo de Carvalho, A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL - Fritjof Capra & Antônio Gramsci, 3ª Edição, São Paulo, 1994.

Carlos Ilitch Santos Azambuja, A HIDRA VERMELHA, Editora Samizdat, Rio de Janeiro, 1985.

NOTAS DO AUTOR (SÉRGIO AUGUSTO DE AVELLAR COUTINHO)

=====

(a) Os dados biográficos de Antônio Gramsci foram tirados de Carlos Nelson Coutinho, em "Antônio Gramsci - Cadernos do Cárcere", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

(b) O Gramscismo ideológico e intelectual posto no mundo, particularmente depois do colapso do comunismo soviético em 1991, poderia ser tomado como uma "internacional" (a "V Internacional"). Falta-lhe apenas um "centro" ou "birô" irradiador e, para o formalismo marxista, o congresso de fundação.

(c) Enio Silveira, 1964. Citado por Carlos Nelson Coutinho, Op. Cit.

(d) As indicações com número entre colchetes, [1], [2], [3], etc., remetem o leitor aos trechos selecionados nos Cadernos do Cárcere indicados pelo volume e página da obra ANTÔNIO GRAMSCI - CADERNOS DO CÁRCERE, tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho com outros, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000. Ver Notas de Referência no final do livro. (A2) [1]

(e) Filosofia da Práxis -- Expressão gramsciana para o marxismo não entendido como mecanicista-fatalista, mas compreendendo que a história é tocada pela vontade "subjetiva" e pelo protagonismo de "sujeitos ativos".

O termo "práxis" (do gr. "ação") significa no marxismo o conjunto das atividades

humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e das atividades de produção.

Também indica, segundo Gramsci, a relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica, bem como a relação entre a sociedade civil e a sociedade política.

(f) A concepção do partido comunista único, "vanguarda consciente do proletariado", é de Lenine. Também é dele a definição do caráter revolucionário profissional do militante ligado à estrutura partidária.

(g) A divergência entre Stalin e Trotski ocorreu no ambiente da luta pelo poder após a morte de Lenine (1924) resultando na controvérsia ideológica e na expulsão de Trotski do Partido e da União Soviética. Surge aí o trotskismo e a IVª Internacional (1938). O desfecho da contradição pessoal foi trágico: o assassinato de Trotski no México em 1939.

(h) Em Gramsci, os conceitos de "ética" e de "moral" têm conotação com os "fins a alcançar" (pretendidos como apreciáveis) ou com a aceitação "espontânea e livre" do protagonista. Assim os empreendimentos, atos, ações e criações intelectuais são éticos pelos fins que a sociedade julga necessário alcançar ou pela adesão voluntária dos seus realizadores. É uma fórmula eufêmica da sentença marxista "os fins justificam os meios".

(i) Esta visualização estratégico-militar transposta para a política, Gramsci foi buscar na experiência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) de recente e marcante lembrança, em que as operações, diante do equilíbrio de forças, evoluíram para a desgastante guerra de trincheiras que só seria decidida pela exaustão física e moral de um dos contendores. (A6)

(j) Neste aspecto particular da gestão do partido, Gramsci se preocupa e critica o centralismo autoritário que ocorreu no Partido Comunista da União Soviética e no Estado Soviético.

(k) Gramsci cita Alessandro Manzoni que faz referência ao efeito do constrangimento intelectual e social narrando um fato ocorrido em Milão no século XVII. [28] Modernamente, a inibição pode resultar do que se chama vulgarmente "patrulhamento ideológico".

(l) A seção de "cartas do leitor" dos jornais é um excelente local onde se pode acompanhar indicações da opinião pública e reconhecer os traços do senso comum da sociedade.

(m) As alianças políticas e de classes admitidas por Gramsci nas fases anteriores à tomada do poder, particularmente com os partidos de massa e populares ("pluralismo das esquerdas" como se diz modernamente), parece que estão fora de sua cogitação na fase estatal que sucede àquele evento decisivo.

(n) O termo "bloco" tem em Gramsci o sentido de unidade de elementos distintos, opostos ou contraditórios cujo concurso, em um dado momento, cria as condições para se obter um resultado concreto. Por exemplo, "bloco cultural-social" é aquele que integra intelectuais e a massa na fase de luta pela hegemonia; "bloco econômico-político", a reunião de forças afins antagônicas em um todo homogêneo e sem contradições internas.

"Bloco Histórico" concreto refere-se à unidade ou nexos definitivo entre a estrutura e a superestrutura (de elementos do mundo econômico de produção e da sociedade civil) que se produz para o advento da sociedade regulada.

(o) Arditi foram unidades de caçadores alpinos, na maioria voluntários, que se notabilizaram na Primeira Guerra Mundial.

(p) O Estado é ético quando está voltado para a realização dos fins buscados pela sociedade (o comunismo) e quando proporciona condições para que os indivíduos

possam aceitar espontaneamente e livremente as iniciativas que propõe. (A64)

(q) A Revolução de 1964, segundo os critérios de Gramsci, poderia ser reconhecida como uma "revolução-restauração" burguesa.

(r) A crise política de 1961, em razão da intempestiva renúncia do Presidente Jânio Quadros, deu oportunidade para o PCB tentar pela segunda vez a conquista do poder. Nesta ocasião, a concepção revolucionária seria a "via pacífica para o socialismo". A primeira etapa, que antecede o assalto ao poder, a Nacional-Democrática, seria a conquista do Governo. A circunstância da época indicava o caminho do domínio do governo de João Goulart, representante de uma esquerda populista caudilha e conivente, por conveniência e constrangimento, com o PCB de Luiz Carlos Prestes.

(s) Carlos I.S. Azambuja, A Hidra Vermelha, Editora Samizdat, Rio de Janeiro, 1985. O autor se refere ao "intermezo" democrático burguês preconizado por Gramsci para realizar a transição entre a queda da ditadura fascista e a inauguração da ditadura do proletariado.

(t) Um infeliz agravo à saúde do candidato eleito Tancredo Neves, mal de que veio a falecer, impediu a sua posse em março de 1985. O também eleito Vice-Presidente José Sarney foi empossado como Presidente com base em uma interpretação de conveniência da Constituição, que poderia levantar dúvidas mas que foi do maior interesse político, evitando a vacância da Presidência e os riscos de uma nova eleição. Oportuno "golpe branco".

(u) O antigo Partido Comunista Italiano -- PCI (A98) -- é atualmente o "Partido Democrático de La Sinistra" -- PDS.

(v) Sinóptico de Sérgio Augusto de Avellar Coutinho.

(x) Carlos Nelson Coutinho, GRAMSCI - Um Estudo sobre seu Pensamento Político. Editora Civilização Brasileiro, Rio de Janeiro, 1999.

(z) Olavo de Carvalho, A NOVA ERA E A REVOLUÇÃO CULTURAL - Fritjof Capra & Antônio Gramsci, São Paulo, 1994.

(+) Sinóptico de S.A. de A.C.

NOTAS DE ALEXANDER GIEG

=====

(A1) As explicações sobre o que é um "intelectual orgânico", bem como dos termos apresentados em seguida, serão fornecidas ao longo de todos os futuros e-mails dessa série.

(A2) Vou colocar essas referências nos próprios e-mails, a começar por este, vide abaixo.

(A3) Como não é possível inserir uma tabela num e-mail desse tipo, reproduzi o texto dela da forma mais legível que pude encontrar.

(A4) O termo "orgânico" refere-se à organização de elementos distintos com vistas a um trabalho em comum. Por isso se diz que nós somos organismos vivos: porque somos compostos de partes (órgãos) que atuam em conjunto para a existência, manutenção e funcionamento harmonioso dessa unidade que percebermos que somos, tanto que a morte é a perda de nossa organização interna, quando nossas partes (órgãos, células, átomos) deixam de trabalhar em comum acordo.

Assim, quando o autor classifica o partido *da* classe como sendo orgânico, isso quer dizer que ele é o *próprio* ente organizador das classes subalternas (o organismo) e por tabela das pessoas que fazem parte dessas classes. Ou seja, uma

entidade coletiva que é mais do que a soma de suas partes, e enquanto tal mais importante do que elas, assim como nós mesmos somos mais do que os átomos ou células que nos constituem, e mais importantes do que eles.

(A5) Exemplo disso são, claro, as "alianças" que vimos se formarem nos últimos tempos: PT (Lula) e PL, PSDB (FHC/Serra) e PFL, PPS (Ciro Gomes) e oligarquias etc. Já a existência de múltiplas legendas socialistas com idéias praticamente idênticas (os mesmos PT, PSDB, PPS etc.) é, ainda que de forma não intencional, aplicação direta da doutrina gramscista do "pluralismo das esquerdas", cuja função em sua estratégia revolucionária será melhor detalhada com o prosseguir da série.

(A6) O que também é característica do método gramscista: continuar tentando, pressionando, insistindo, atuando, até o oponente desistir, se deixando vencer. Não à toa, a aplicação das técnicas revolucionárias gramscistas envolve planejamento não para anos, como é o caso nos métodos revolucionários violentos clássicos (leninismo, maoísmo etc.), mas para várias décadas, seus resultados fazendo-se sentir somente no longuíssimo prazo.

(A7) A análise da estratégia completa é o objeto da segunda parte do livro, com três capítulos, um para cada etapa.

(A8) A sociedade comunista, estágio posterior à fase estatal e objetivo utópico da coisa toda, é estudada na terceira parte, com capítulo único. A quarta parte estuda a situação do Brasil diante do quadro completo da estratégia gramscista.

(A9) A "ética e moral" marxista do "os fins justificam os meios", como já visto.

(A10) "Passional" significa "submetido às paixões", sendo "paixão" o antônimo de "ação". Em outras palavras, quem (ou o que) não atua, quem não é ativo, está sofrendo a atuação de outro sobre si, está sofrendo paixão, está sendo passivo. E vice-versa, claro.

(A11) Isto é, temporária.

(A12) Isto é, durabilidade, perpetuidade, eternidade.

(A13) Que melhor exemplo do que o da CUT?

(A14) Como já mencionado: PT+PL, PSDB+PFL+FIESP, PPS+oligarquias...

(A15) Aparentemente havia um erro de impressão no livro, e este parágrafo aparecia como o item 1 da lista. Fiz a correção e renumerei os itens seguintes, o que fornece o índice dos tópicos seguintes desse capítulo.

(A16) Onde o sentido profundamente irônico dos títulos dos dois livros de polêmica cultural do Olavo de Carvalho, "O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras" e "O Imbecil Coletivo II: A Longa Marcha da Vaca para o Brejo". Note-se também que o subtítulo do primeiro volume define o estilo que o livro usa, a chamada "crítica incultural", uma técnica de polêmica jornalística desenvolvida perto de meados do século XX que, como todos que leram percebem, pode ser usada de modo bastante irreverente.

(A17) A CUT é exemplo de um sindicato que já alcançou essa "consciência". Já a Força Sindical é exemplo de um sindicato que ainda não se tornou aparelho privado de hegemonia, embora siga nessa direção pelas diversas pressões políticas e infiltrações que continuamente sofre. Por hora, porém, continua sendo mais "econômico-corporativa" do que outra coisa. Felicito os filiados por conta disso! ;-)

(A18) Cada um destes será objeto dum subitem.

(A19) Quando um intelectual tradicional aceita passivamente as palavras de ordem orquestradas pelos aparelhos privados de hegemonia integrantes da estratégia gramscista de transição para o socialismo, ele acaba se portando e sendo sujeito

ativo desse processo de reforma ideológico-cultural sem sequer perceber. Exemplo clássico dessa atitude é a arqui-divulgada noção de que "o comunismo acabou", repetida por 99 entre 100 intelectuais como se fosse a coisa mais óbvia do mundo. São todos intelectuais orgânicos por livre adesão? Óbvio que não. Inobstante, não deixam de ser participantes ativos do processo revolucionário. Afinal, quem no mundo do *beautiful people* quer parecer "retrógrado", "reacionário", "refugio da guerra fria", "chutador de cachorro morto"? Afague-se o ego dessa gente e *voilà*, mais um erudito a serviço da "causa".

(A20) É assim que se faz crer, por exemplo, que "o comunismo acabou", e outras expressões semelhantes.

(A21) Isto é, militantes inseridos ou "convertidos" nas igrejas, nos jornais, nos órgãos governamentais, nas escolas, nas faculdades, nas rádios, nas redes de televisão, nas editoras, nos sindicatos, nas ONG's etc., todos atuando com o objetivo de superar o senso comum e estabelecer o consenso. Fazem-no ou porque estejam crentes de que isso é de fato o melhor para a humanidade (intelectuais orgânicos voluntários), ou porque vislumbram nessa atividade vantagens pessoais (intelectuais orgânicos por conveniência), ou mesmo porque estejam sendo vítimas de patrulhamento ideológico (intelectuais orgânicos por constrangimento). Vide a respeito o tópico anterior.

(A22) Isso se aplica sobretudo aos intelectuais orgânicos voluntários. Os demais poderão ser, após a vitória da revolução cultural, classificados leninistamente como contra-revolucionários traidores e silenciados ou mesmo eliminados, posto serem em geral dos primeiros a irem para o "parédon".

(A23) É exatamente o ponto em que o Brasil está prestes a entrar.

(A24) Se nada fizermos enquanto é tempo, é num tal Estado totalitário que teremos de (sobre)viver.

(A25) Como no original o parágrafo todo está negrito, julguei melhor colocá-lo em maiúsculas aqui.

(A26) Exemplo disso é o recém adquirido "hábito" do PT de afirmar que todos que criticam o Lula ou o próprio PT estão fazendo "terrorismo". Esse deslocamento semântico e conseqüente esvaziamento (vide parágrafo a respeito logo abaixo da chamada a essa nota) do significado próprio dos termos "terror" e "terrorista" são tudo, menos gratuitos. Se a estratégia for bem sucedida, a população passará a de um modo geral se impressionar menos com notícias de terrorismo autêntico. Mudando a acepção das palavras, muda-se a apreensão da realidade.

(A27) Quem, ainda no mesmo exemplo, gosta de ser chamado de ou encarado como "terrorista"? É aquele patrulhamento externo gerando a autocensura a que já se fez referência no tópico sobre a constituição do "centralismo democrático". Notem também que no limite é justamente isso que acaba produzindo os "intelectuais orgânicos por constrangimento".

(A28) Isto é, o comunismo.

(A29) Como já visto, a "ética e moral" a que Gramsci faz referência equivale ao conceito marxista "os fins justificam os meios".

(A30) Estou adaptando o quadro mostrado à página 61 para reprodução neste e-mail.

(A31) Por meio de eleições regulares, como as atuais.

(A32) Essa interpretação do autor é mais do que correta. Maquiavel e Gramsci foram ambos indivíduos que desenvolveram suas teorias políticas dentro duma postura de cisão esquizofrênica.

Maquiavel, por exemplo, fazia uma distinção radical entre suas tarefas governamentais e seu hobby filosofante, dizendo que ao chegar em casa após o

trabalho tomava um banho, vestia uma roupa confortável, entrava em seu estúdio e, agora sim, distante de tudo e imerso em meio a seus livros contendo o conhecimento ancestral, punha-se a refletir, sem que essas reflexões interferissem no mais mínimo que fosse em suas tarefas ordinárias, bem ao contrário de tudo que a prática filosófica anterior recomendava. Ademais, ele não atentava para o fato óbvio de que se alguém, algum dia, colocasse em prática uma linha que fosse da obra "O Príncipe", ele mesmo seria mais do que certamente uma das primeiras vítimas de seu príncipe ideal.

Já Gramsci considerava que todo o pensamento individual é no fundo expressão do pensamento de classe, e não atinava para o fato de que tudo que estava escrevendo não havia sido em momento algum pensado nem pelos proletários, nem tampouco por seus correligionários comunistas, com os quais quase não mantinha contato, sendo portanto obra dele, projetada por ele, realizada por ele, enquanto Antônio Gramsci, não enquanto *mais um* intelectual coletivo. Conseqüentemente, o fato de estar escrevendo o que escrevia era uma negação empírica de todo o coletivismo radical em que acreditava.

É essa cisão profunda que acometeu ambos, e que ainda acomete a quase totalidade da intelligentsia acadêmica, um dos principais motivos por trás do fracasso de todos os socialismos. *Todos* os autores socialistas constroem mundos imaginários, e somente dentro desses mundos, que nunca equivalem à realidade, seus sistemas são plena ou mesmo parcialmente realizáveis.

(A33) Esses quatro momentos serão cada um objeto de uma seção do capítulo.

(A34) Dois exemplos: as orquestrações para derrubar a candidatura à presidência de Roseana Sarney e, mais recentemente, para diminuir a importância e estabelecer um cordão de isolamento em torno da bancada do PRONA no Congresso.

(A35) Nem preciso dizer que é exatamente isso que o PT vai começar a fazer tão logo assumo o poder, o que não quer dizer, claro, que o faça com pressa. A tomada do poder será um processo gradual, mas constante, contínuo e cada vez mais aprofundado.

Notem também que pelo menos uma prévia disso já tivemos: a orquestração que levou à derrubada da candidatura de Roseana (vide nota anterior), ao invés de tornar o PFL um partido de oposição provocou justamente o efeito contrário, transformando-o bem como aos "clãs" Magalhães e Sarney, em aliados do PT, isto é, "incorporando-os num só sistema cujo elemento diretor é o Partido revolucionários".

O que poderia demonstrar de modo mais patente o despreparado de nossos oligarcas, conservadores e direitistas para enfrentar o rolo compressor da máquina gramscista? Que não reste dúvidas quanto ao sucesso absoluto da "luta pela hegemonia".

(A36) Onde o fato de as principais "matadoras" de comunistas terem sido não as ditaduras direitistas, e sim as próprias ditaduras comunistas. Fidel Castro, por exemplo, eliminou ao longo dos anos praticamente todos os seus antigos companheiros de revolução, e Stálin dizimou quase todos os líderes e participantes destacados da revolução de 1917. Quando o Brasil se tornar uma ditadura comunista é pouco provável que parte significativa dos atuais socialistas e comunistas não encontre destino idêntico.

(A37) O PSTU, o PCO e as alas radicais do PT, apesar de tecerem críticas áspers à democracia, participam do jogo democrático e encaixam-se feito uma luva nesse perfil.

(A38) Alguma semelhança com a situação atual do Brasil?

(A39) Dois exemplos de "classes subalternas guiadas pelo Partido": MST e CUT.

(A40) Sempre que "do nada" irrompem manifestações mundiais contra ou a favor de algo vemos um exemplo disso. Uma característica central do método gramscista é

justamente essa horizontalidade, a descentralização das estruturas decisórias da fase pré-estatal, o qual também é um modo extremamente eficiente de se conseguir orquestrações que soem verossímeis a quem não saiba o que está ocorrendo.

(A41) Alguém aí "vislumbrou" Paulo Freire? Mas não só ele, claro. A educação também se dá pela imprensa e pelos demais meios de comunicação (aparelhos privados de hegemonia), conforme já explicado.

(A42) Por exemplo, pegar uma reivindicação legítima, como o desejo de possuir terras para poder plantar, e transformá-lo num movimento guerrilheiro. É o Partido (PT) dando uma "direção consciente" (MST) a um processo reivindicatório que de outro modo ainda seria "econômico-corporativo", isso é, agricultores pobres querendo *possuir* terras, tê-las tão somente como sua propriedade privada.

(A43) Aqui um exemplo da cisão esquizofrênica já mencionada. Gramsci faz força para não perceber que no fim das contas é, sim, manipulação das massas com vistas a interesses particulares. Interesses de quem? Da classe dos intelectuais revolucionários que, eles sim, tomarão o poder. Em momento algum este será de fato transferido para as "classes subalternas", pois a condição para tanto, qual seja, ver completada a transformação de todos em "intelectuais orgânicos", é claramente irrealizável, um objetivo idealizado a mascarar e tão somente justificar de modo "ético e moral" (finalista, teleológico) os verdadeiros interesses dos revolucionários, e os meios que usem para alcançá-los.

(A44) Adivinhem? Negociar com o FMI "em nossos termos"; "investir em salário e produção e não em pagamento de banqueiros"; interromper o pagamento da dívida externa; "vamos cumprir os contratos a nosso modo"; defender nossa "soberania" abandonando as negociações sobre a ALCA; e assim por diante. Depois, colocar na especulação internacional, no "imperialismo" norte-americano, nos banqueiros e nos capitalistas a culpa pelos problemas que necessariamente advirão da implementação de uma ou mais dessas idéias. Por fim, pedir mais poderes legais para resolver a crise e... o restante o texto descreve.

(A45) A Argentina, cujo cenário é parecidíssimo com o descrito (salvo os detalhes) logo vem à mente. Exatamente como determinado por Fidel Castro na, se não me engano, primeira reunião do Foro de São Paulo: "Vamos recuperar na América Latina tudo que perdemos no Leste Europeu."

(A46) Importante notar que no presidencialismo o esquema será algo diverso. Embora não tendo sido apresentado, pode ser facilmente intuído a partir das descrições referentes ao parlamentarismo.

(A47) O autor certamente se refere à obra clássica de estratégia militar chinesa, "A Arte da Guerra", de Sun Tzu. Recomendo a todos que a leiam, mas (e isso é importante) levando-a a sério, ou seja, não como nessas releituras modernas que tentam encaixá-la no mundo das disputinhas comerciais. Afinal, como o Olavo de Carvalho disse numa de suas aulas, nas relações comerciais os únicos riscos sérios que o estrategista tem são a falência e/ou, nos casos mais sérios, a prisão, sendo que mesmo esta se dá com todas as regalias dos modernos princípios jurídicos e carcerários, ao passo que numa guerra verdadeira o *mínimo* que se pode esperar em caso de falha é a morte. Quem não mantiver isso em mente de modo absolutamente claro durante a leitura certamente não vai conseguir absorver o que Sun Tzu quis passar.

Completada a leitura, ou mesmo durante ela, sugiro que comparem o aprendido com as atitudes atuais do governo chinês para com as nações estrangeiras, sobretudo para com os EUA. Como os generais chineses são leitores dedicados da Arte da Guerra e exímios praticantes desta, importantes revelações sobre os novos rumos da estratégia comunista internacional advirão desse exercício.

(A48) Sugiro que entendam o termo "minadas" num sentido forte, embora obviamente ainda figurado. Um campo minado é aquele de trânsito imensamente difícil, pois quem nele penetra pode facilmente ser explodido, mesmo que vá muito lentamente desarmando as minas uma a uma. Se depois de encerrada a guerra já é difícil,

durante a mesma o é muito mais. Essa analogia se tornará mais clara quando chegarmos à parte que trata das diversas "trincheiras da burguesia" e dos métodos ("temas explorados" e "idéias-força") para miná-las.

(A49) Pensem na Colômbia atual. Aliás, para muitos (Olavo de Carvalho incluso) o golpe militar no Brasil teve como um de seus objetivos impedir a eclosão duma guerra civil entre comunistas, governo e milícias paramilitares. Não fosse o golpe a hoje provavelmente estaríamos vivendo situação semelhante à colombiana, isso se já não tivéssemos nos tornado uma ditadura do proletariado. O outro objetivo, claro, foi evitar também o etapismo, vide o próximo e-mail.

(A50) "Lula Paz e Amor"?

(A51) Até 2006 o "Dr. Lula" terá direito de escolher CINCO ministros para o Supremo Tribunal Federal, condição mais do que objetiva por sinal.

(A52) Em meio a um longo editorial à página 23 da edição n.º 213 da arqui-socialista revista Carta Capital, de 30 de outubro de 2002 (comemorativa da vitória de Lula), seu diretor de redação, Mino Carta, deixou escapar o seguinte (os destaques são meus):

"(...) [Lula] superou de longe as previsões do [General] Golbery [do Couto e Silva]. Que o general descanse em paz, sem ter de assistir, de alguma forma, AO RETORNO DO BRASIL AOS ANSEIOS POPULARES PRÉ-1964, anseios sobretudo ****POTENCIAIS**** [atenção para esse termo - Alexander], e logo ceifados no nascedouro. Retorno, sim, mas os anseios hoje não são esboçados tenuamente, mais escritos no destino do que de fato nutridos. Hoje TUDO ESTÁ CLARO. Daí a importância extraordinária desta eleição: o Brasil sabe o que quer. E o que não quer.

"(...) A vitória do PT, primeiro partido brasileiro DIGNO DESTES NOME [!], vai ecoar INEVITAVELMENTE em TODOS OS CANTOS DO SUBCONTINENTE [!!]. (A53) Lula tem a chance de transformar uma vocação de ****POTÊNCIA**** [eis o termo novamente - Alexander], própria de um país do porte do Brasil, em papel EFETIVAMENTE DESEMPENHADO."

(A53) Como disse Fidel Castro: "Vamos recuperar na América Latina tudo que perdemos no Leste Europeu." Senhores, sejam bem vindos ao inferno.

(A54) Esse é um papel que o MST pode tomar dependendo dos rumos da revolução brasileira. Porém, é mais provável que sua função futura seja apenas apoiar o golpe lidando com os prováveis descontentes do meio rural, sem a necessidade de se explicitar como movimento guerrilheiro.

(A55) Se para alguém a distinção não ficou clara, deixem-me detalhar:

- "Conquistar o poder" (método do golpe-de-estado) é obter o máximo de poder possível dentro de uma estrutura governamental/estatal já existente. Assim, quando chega a hora de fazer a transição para o socialismo é o próprio governo quem a faz. Ou seja, a revolução ocorre de dentro para fora, e se houver alguma luta armada esta será entre o governo já constituído (e conquistado) e grupos agindo contra ele;
- "Assaltar o poder" (método do levante armado) é o processo inverso, quando há grupos revolucionários socialistas fora do governo e este se-lhes opõe. Os revolucionários tentam, por meio da violência, enfraquecer o governo, derrotá-lo, eliminá-lo e então realizar a transição;
- Por fim, "tomar o poder" (método da guerra civil revolucionária) ocorre quando temos de um lado um governo que domina apenas parte do território que oficialmente lhe pertence, e do outro uma força revolucionária que "tomou" a outra parte e às vezes até se constitui numa espécie de governo paralelo responsável por ela (qualquer semelhança com o Rio de Janeiro atual *não é* mera coincidência). Como o objetivo dos dois grupos é obter o domínio de todo o território, ambos necessariamente entram em conflito armado, com o mais fraco tendendo a preferir táticas guerrilheiras. Quando os revolucionários "tomarem" todo o território, vencendo a guerra, eles

realizarão a transição.

(A56) Em outras palavras, no golpe-de-estado o braço armado tem como função apenas apoiar a "ruptura" que o governo está fazendo, tomando atitudes repressoras contra quem se opuser e contando para isso com a eventual boa vontade de forças oficiais que preferem não se envolver. Dependendo do nível de poder que o governante golpista tenha conseguido obter antes de iniciar a ruptura, pode até ocorrer de o braço armado não precisar agir, dado que o exército e as forças policiais estariam ambas plenamente de acordo (não seriam meramente "neutras") com tudo que está acontecendo e cuidariam elas mesmas de reprimir as forças reacionárias.

Já nos demais casos não, aí é o braço armado quem está na linha de frente da revolução e é ele quem acaba promovendo a ruptura.

A diferença entre os diversos métodos (e modelos históricos) restringe-se pois, ao menos neste aspecto, à quantidade de sangue derramado. Menos (talvez *muito* menos) no golpe-de-estado, e *muito* mais na guerra civil.

(A57) Isto é, não há um poder instituído que se deva derrubar, no máximo um invasor externo. Derrotado este, serão os revolucionários os primeiros (e únicos, claro, ou a situação se transforma em guerra civil e cabe na outra classificação) a instituir o novo governo e o novo Estado, o qual já surgirá como ditadura do proletariado.

(A58) A situação atual do Rio de Janeiro é semelhante demais a esse cenário para ser uma mera coincidência. A articulação da revolução anda em estágio avançadíssimo e poucos o percebem.

(A59) Quando da vitória do candidato do PMDB nas últimas eleições para governados do Rio Grande do Sul, desbancando oito anos de poderio petista, houve vários casos de vandalismo e agressão perpetrados por militantes petistas contra eleitores e colaboradores do vencedor, casos estes ostensivamente ignorados pelas forças policiais que, pasme, aconselhavam os agredidos a não prestar queixa pois provavelmente "não daria em nada". Oras, um tal fato *pode* não ter nada de mais, sendo antes efeito duma frustração mal-extravasada conjugada a um policiamento sobrecarregado, mas acho difícil. Tenho para mim que é o início de algo muito pior. Fiquemos atentos.

(A60) Eis a descrição do Brasil em geral e, pelo menos até o momento, do Rio Grande do Sul em particular.

(A61) Só para variar, o Rio de Janeiro mais uma vez vem à mente.

(A62) MST, de novo.

(A63) E que nada impede também seja socialista. Há boatos sobre a existência de uma movimentação nesse sentido dentro do exército brasileiro, com elementos preparando-se para eventualmente realizar um golpe com o fim de *aprofundar* a transição para o socialismo iniciada com um governo Lula (o golpe não seria logo no começo, pois). E por que isso? Basicamente porque os militares querem eles mesmos ser os detentores de todo esse poder, várias vezes maior, diga-se de passagem, do que o obtido em qualquer uma das ditaduras que tivemos no decorrer do século XX, e que por isso mesmo não admitem esteja nas mãos de civis. Corporativismo, enfim. Seja como for, algo assim significaria uma mudança de método de transição para o socialismo, que passaria duma ótica gramscista para outra mais próxima do stalinismo, o que certamente nos faria ter saudades de Gramsci. A pergunta que resta, pois, é essa: uma tal movimentação existe mesmo, ou é realmente apenas um boato? Não faço a menor idéia, mas é bom lembrar que nesse campo *tudo* é possível.

(A64) Desse ponto de vista Cuba deve ser encarado como o supra-sumo da ética na esfera estatal. E não é justamente o que acontece, vide por exemplo o slogan da atual mostra paulista sobre aquele lindo país: "Cuba, a Esperança na Esquina do Mundo" (ou algo assim)? Como bem disse o Dr. Lula, Cuba é o modelo para o Brasil.

Assim, quando o estado brasileiro tiver garantido as condições necessárias para que *todos* os brasileiros sempre aceitem entusiasmados o que seus governantes (do PT, claro) acharem que devem fazer (entusiasmo "religioso", como diz o próprio Gramsci), ah!, aí sim estarão bem, sem dúvida...

(A65) Coisas como o recém sugerido "Ministério das Prefeituras" podem ser o começo da resolução da segunda questão. Note-se também que a retomada do crescimento econômico faz parte da estratégia, o que ajuda a enfraquecer e desestimular potenciais resistências que, momentaneamente iludidas pelos bons rumos da economia, se deixam cair vítimas de subversões paralelas. Lênin aplicou bastante esse estratagema nos primeiros anos da revolução russa. Óbvio porém que a natureza da ilusão varia de acordo com o estágio em que se encontra a revolução: "neoliberal" numa situação, estatizadora numa outra, "capitalista estatal" numa terceira, terceirizadora numa quarta, "em parceria com a iniciativa privada internacional" (a la China atual) numa quinta, e assim por diante.

(A66) É fácil perceber que já estamos tendo "vislumbres" da solução dessa terceira questão. O modo como os radicais do PT estão sendo isolados é bastante ilustrativo.

(A67) Vide a definição gramsciana de "vontade coletiva" um pouco à frente.

(A68) China e Cuba são exemplos gritantes do que significa essa função "educadora" do Estado socialista. De campos de concentração a trabalhos forçados, de internação em manicômios a lobotomias, tudo é válido pela "causa". Sem esquecer, claro, o papel fundamental das escolas no avanço da lavagem cerebral das crianças e dos adolescentes.

(A69) Ou seja, destruir toda e qualquer diferenciação individual.

(A70) Percebam que esse objetivo, sendo irrealizável, "justifica" a manutenção indefinida do poder nas mãos dos intelectuais orgânicos. Como bem disse o Olavo de Carvalho, os líderes das revoluções modernas sempre alegam os interesses de outros grupos sociais para tomar o poder, mas, na prática, é apenas seu próprio interesse que conta, a alegação não passando de pretexto.

(A71) Linda justificativa para a escravidão, não? "Nosso estado policial, tirânico e totalitário tem por objetivo apenas assegurar sua segurança e correta conformação, cidadão." Óbvio que a "atenuação" acaba por nunca ocorrer.

(A72) Não esqueçam que os termos "liberdade", "espontaneidade", "fins que a sociedade propõe como necessários", "ética", "moral" e outros têm todos acepção bastante específica para Gramsci, e definitivamente não querem dizer aquilo que aparentam. Para detalhes sobre seu significado preciso vide as primeiras mensagens da série.

(A73) Ou seja, se o Estado restringe as possibilidades de ação de alguém por este ter uma opinião divergente, se as "pessoas falantes" em coro a xingam, ofendem, ameaçam, criticam etc. por causa dela, e se ainda por cima ela sofre constante lavagem cerebral para adotar como seus os "fins que a sociedade", isto é, o Estado, "propõe como necessários", um "conformismo" resultante de sua parte terá sido construído de maneira absolutamente "espontânea e livre". A essa altura George Orwell deve estar dando piruetas alucinadas no túmulo...

(A74) Isso não é exclusivo da doutrina marxista-gramscista. Já na década de 1930 a União Soviética (portanto, o marxismo-leninismo) incitava os partidos comunistas locais a avançarem a substituição dos códigos morais e sociais dos países em que atuavam, sobretudo por meio de apelos cuidadosamente planejados às tendências questionadoras e "rebelde" dos jovens. Nos anos 1960 essa orientação política culminou no estabelecimento do movimento da contra-cultura, com sua retórica repleta de, por um lado, um denunciamento radicalizado contra a "moral tradicional repressora", e por outro, um apelo ao poder estatal para que legitimasse as morais ditas "alternativas", vale dizer, que as regulasse juridicamente, o que a longo prazo implica logicamente no controle dessas relações por parte da máquina estatal. O resultado é que hoje em dia as pessoas têm suas relações individuais

gerenciadas pelo Estado com um nível de interferência só comparável ao das sociedades pagãs pré-cristãs, e o mais curioso (e paradoxal) nisso tudo é que elas se sentem tanto mais "livres" quanto mais interferência sofrem. Se isso não é o auge da alienação estatolátrica, então definitivamente não sei o que é.

Notem porém que os verdadeiros responsáveis pela existência da possibilidade de algo assim foram, como bem mostrado pelo Olavo de Carvalho em uma de suas aulas (lembrem-se que ele se define como anarquista moral), os próprios religiosos conservadores que desde o começo do século XIX passaram a exigir (e conseguir) que os Estados nacionais tomassem em suas mãos a defesa da moral religiosa, regulando assim, dentre outras coisas, os casamentos "corretos" pela instituição do casamento civil e transformando em crime o que antes era mero pecado (por exemplo, o adultério e os casamentos múltiplos), quando muito "puníveis" até então apenas na esfera religiosa à qual a pessoa se vinculava, o que no catolicismo, por exemplo, significava tão somente ter que se confessar e rezar uns tantos Pais-Nosso e Aves-Maria, e nos protestantismos gerava quando muito um ostracismo social que terminava tão logo o "pecador" se penitenciasse demonstrando (às vezes era só demonstrando mesmo) arrependimento genuíno.

Portanto, os marxistas nada mais fizeram do que aproveitar a seu favor uma infraestrutura estatista que foi construída por seus inimigos puritanos num daqueles não tão infreqüentes rompantes de imbecilidade aguda. Por conseguinte, não é de modo algum uma mera coincidência que a tática daqueles seja fazer cópias "levemente distorcidas" das instituições destes, com as pequenas distorções assim introduzidas sendo retroprojetadas sobre o modelo e desse modo provocando indiretamente alterações sociais mais profundas, não visíveis num primeiro momento. Como exemplo clássico disso temos, retomando o caso dos casamentos mencionado acima, a reivindicação pelo direito legal ao assim chamado "casamento gay", onde se copia uma parte substancial do modelo típico de núcleo familiar criado pela religião cristã, isto é, mantendo-se as mesmas restrições deste ("casamento" só monogâmico, não para trios ou quartetos; também só para humanos, nada de "casamentos interespecíficos"; a infidelidade abordada como moralmente reprovável; etc.), mas mudando-se alguns detalhes, no caso o requisito da diferenciação sexual do par. E qual é o objetivo indireto buscado nesse caso, aquele que deve ganhar ares de respeitabilidade e justificatibilidade por meio da retroprojeção? Basicamente, a difusão da idéia de que o Estado tem o direito de alterar e interferir até mesmo nas formas básicas, culturalmente fundadas, de relações intersubjetivas.

A longo prazo, pois, o objetivo é a obtenção de poder sobre a sexualidade humana, e todos bem podem imaginar o *alcance* que um tal poder daria aos objetivos de quem o possuísse. Afinal, logo após a manutenção da própria vida possivelmente não existe nada tão forte na psique humana quanto o impulso sexual. Se for verdade (o que não creio) que "a religião é o ópio do povo", a luxúria administrada pelo Estado bem pode ser o "crack", com tudo que essa analogia implica.

(A75) "Direito revolucionário" é um eufemismo para a arbitrariedade dos tribunais revolucionários, que julgam as ações e "omissões" individuais não de acordo com qualquer princípio de justiça efetiva, mas sim de acordo com sua maior ou menor utilidade para a "causa". É assim que, por exemplo, pode-se condenar à morte alguém que tenha dito que há tais e tais problemas em tal lugar, pois que divulgar a existência desses problemas poderia "desestimular" o ímpeto popular a favor da revolução. Exemplos na história do revolucionismo contemporâneo é que não faltam, e quem quer que procure os encontrará em abundância.

(A76) Isto é, aquele que se baseia apenas na violência. O marxismo-gramscismo depende visceralmente da convicção que a população tenha de que está fazendo tudo aquilo por vontade própria, convicção esta que deve inclusive ser muito mais profunda do que aquela obtida pela mera propaganda oficial reiterada. É como se diz: o melhor tipo de escravo é aquele que se crê livre.

(A77) Ou seja, a "vontade coletiva" é na realidade a vontade do governo, vontade esta com a qual as pessoas devem concordar com entusiasmo. Obviamente, esse conceito é uma decorrência necessária da fusão entre a "Sociedade Política"

(Estado) e a "Sociedade Civil" (o terreno da luta de classes) no chamado "Estado Ampliado".

Aliás, esse conceito me lembra aquela idéia meio bizarra de Rousseau, de que as pessoas só são verdadeiramente livres quando podem obedecer leis aprovadas pela sociedade à qual pertencem, já que o conjunto dos membros dessa sociedade formaria um "corpo coletivo" possuidor duma "vontade coletiva" também compartilhada por todos, e esse "corpo", por meio de sua "vontade", deliberou aprovar tais leis.

Desconfio que não deve ser nada difícil traçar uma linha progredindo de Rousseau a Gramsci nesse e em muitos outros pontos... (J1)

(A78) Ou seja, a pessoa é tanto mais "livre" quanto mais esteja convicta de que fazer o que o Estado manda é exatamente o que ela deve fazer. Aliás, tenho a impressão de que nesse ponto Gramsci está até muito correto. Para ver como, basta não considerar a palavra "liberdade" como significando "liberdade de ação", mas sim "estar livre da prisão": a pessoa corre tanto menos risco de ir para um centro de "reeducação" quanto mais concorde com o status quo desse "paraíso"...

(A79) Eis então, assim fundamentada, a legitimidade da escravidão no marxismo-gramscismo. Ao que parece, as conseqüências desse sistema não diferem tanto assim daquelas do leninismo ou do maoísmo.

(A80) O MST definitivamente tem muitos usos.

(A81) A velha noção de que o Estado deve tornar-se máximo para poder desaparecer.

(A82) Portanto, válida apenas na medida em que refere os interesses da casta dos intelectuais revolucionários governantes, tanto que sempre que isso não ocorrer o Estado terá o direito de "corrigir" de algum modo o resultado "errado". Temos exemplo disso já ocorrendo? Sim, temos: alguns países europeus (desculpem, não me lembro quais) tiveram rejeitada em plebiscito popular sua vinculação à União Européia. O que sua elite governamental fez? Depois de muita propaganda, convocou um novo plebiscito, e a proposta foi aceita. Em um deles, porém, foi novamente rejeitada. Mais toneladas de propaganda, um novo plebiscito, e dessa vez o resultado positivo. Na atualidade, claro, ninguém pensa em fazer outros plebiscitos para confirmar o resultado "bom", afinal, a decisão "acertada" foi finalmente aprovada, e não se fala mais nisso.

(A83) Lembrando que essa organização é representada e exercida pelo próprio Partido, o qual expressaria e seria a expressão mesma da "vontade coletiva organizada".

(A84) "Sacrifícios" sobretudo dos outros.

(A85) Portanto, o argumento segundo o qual o comunismo jamais existiu "de verdade" refere-se apenas a uma das acepções do termo, sendo assim perfeitamente correto dizer de todos os processos que cumprem esse programa que são, sim, comunistas, o que inclui em toda a extensão os antigos regimes stalinista, maoísta e assemelhados. Como o mesmo também se aplica ao termo "marxismo", segue daí que as tentativas correntes de dissociar o marxismo propriamente dito das práticas revolucionária ditas de "inspiração" marxista, ou o comunismo "utópico" (Marx abominava esse termo, para ele seu projeto era "científico") do dito "comunismo real", são no mínimo forçadas.

(A86) Ou seja, o comunismo supostamente resolve um problema criado pelos comunistas. Sim, porque a "divisão e o antagonismo de classes" são coisas que historicamente só apareceram quando a vanguarda dos intelectuais orgânicos resolveu "conscientizar" as classes subalternas de que elas são inimigas das ditas classes dominantes, o que por sua vez gera os conflitos que às vezes se observa. Assim, uma vez tendo criado o problema, o que os intelectuais orgânicos fazem? Apresentam-se como a única solução para estes. Esse tipo de desonestidade intelectual seria até engraçada não fosse tão imensamente trágica...

(A87) Lembrando que referências de Gramsci à "intelectualidade" vinculam-se ao conceito de "intelectual orgânico", e referências à "moralidade" vinculam-se ao conceito "os fins justificam os meios".

(A88) Essa observação mostra que mesmo nesse estágio tão avançado do processo revolucionário Gramsci ainda vê necessidade na manutenção da revolução cultural.

(A89) Se ainda havia dúvidas sobre o caráter messiânico das revoluções comunistas em geral e da gramscista em particular, creio que o uso ostensivo de tais conceitos a dirimem, e isso mesmo que tenham sido adotados apenas para efeitos de analogia.

(A90) O mesmo argumento vale, em sentido reverso, para a possibilidade da existência dum país liberal puro (anarquismo capitalista, com total ausência do Estado). Na medida em que ainda houvesse países centralizadores, autoritários, totalitários, ou simplesmente com alguma tendência à expansão militar, o anarco-capitalismo não seria viável. O que não impede, claro, que um Estado liberal seja cada vez menor dentro dos limites da razoabilidade, promovendo desta forma o máximo de liberalismo possível e, por conseguinte, o máximo de progresso material possível.

(A91) Alguns exemplos do vocabulário gramsciano que aos poucos começou a ser usados: "sociedade civil organizada", "hegemonia", "classes subalternas", "centralismo democrático", "estado ético".

(A92) O antigo MDB tornou-se o atual PMDB. Dele saíram, direta ou indiretamente, várias outras legendas, dentre as quais o PSDB. Seu oponente, o partido da situação, à época chamado Arena, deu origem dentre outros ao atual PPB de Paulo Maluf.

(A93) Fora isso, ela também se caracterizou por adotar definições bizarras de termos importantes, como sei ser o caso do conceito de cultura, o qual, uma vez distorcido, aumentou em muito o campo de manipulação social aberto à estratégia gramscista e otimizou o processo de infiltração nos "aparelhos privados de hegemonia". Para detalhes sobre essa distorção em particular vide "O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras" e "O Futuro do Pensamento Brasileiro", ambos de Olavo de Carvalho.

Quanto às contradições conceituais, um exemplo pode ser visto no artigo V de nossa Constituição Federal, onde o direito à propriedade privada é garantido mas ao mesmo tempo relativizado a partir duma vaguíssima "função social" que ela deveria ter. Obviamente tal relativização dita "social" nega o próprio conceito de propriedade *privada*, estabelecendo em seu lugar uma espécie de *usufruto* privado e condicional de uma propriedade que em essência é estatal, cabendo ao "proprietário" (entre aspas) conformar-se a tais condições ou sujeitar-se à perda dos bens. Que ninguém se admire, pois, quando tamanho potencial autoritário começar a se efetivar das maneiras as mais criativas possíveis.

(A94) Mesmo assim, tal não o impediu de relativizar a propriedade privada como bem lhe aprouvesse dentro do que a lei então facultava, conforme demonstrando nos episódios dos congelamentos de preços, das prisões de comerciantes acusados de remarcação de preços, e da (seria hilário se não fosse trágico) "caça" de bois em fazendas por parte da policia militar.

Isso tudo, claro, não espanta aqueles que já sabem que as diferenças entre as esquerdas e as direitas não são tantas quantas se desejaria fazer crer, já que ambos concordam na essência, isto é, em que o Estado deve ter poder absoluto, ou quase.

E tanto é assim que quando os fatos acima mencionados ocorreram todas as esquerdas brasileiras passaram a apoiar Sarney diminuindo a um mínimo suas críticas, favor este que ele retribuiu pouco tempo atrás com seu apoio à ascensão de Lula. Daí, enfim, a absoluta verdade da conclusão expressada por muitos analistas, segundo os quais aquele período do governo Sarney foi o momento de nossa História em que efetivamente vivemos sob um socialismo real. Sorte a nossa, pois, que Sarney não

tinha nem a fibra nem a inclinação ideológica necessárias a tornar permanente a coisa.

Seja como for, quem quer que pesquise um pouco vai logo descobrir que exemplos dessa simbiose sinistra entre esquerdas e direitas é o que não falta: é Collor confiscando poupanças, é Feldmann impedindo o livre uso de automóveis, é Maluf obrigando ao uso de cintos de segurança, é Itamar declarando moratórias, é FHC criando agências reguladoras, é não-sei-quem determinando onde se pode ou não fumar, e assim por diante. Como dizia Mussolini (que uns dizem ser de direita, outros dizem ser de esquerda, o que no fundo dá na mesma já que o viés dirigista é um só): "Tudo para o Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado."

(A95) Importante notar que esse período pode ser tanto considerado de desarticulação como de descentralização. É nítido e notório que um conjunto cada vez maior de comunistas ansiavam por algo que lhes permitisse avançar a revolução sem os empecilhos provocados por um comando central como o da URSS, que parecia cada vez mais impotente e incapaz de levar adiante seu objetivo de subverter a "estrutura de classes" dos países capitalistas. Não por acaso, uma das principais atividades da "extinta" (só mudou de nome) KGB durante a *perestroika* foi empregar quase todo seu capital para a criação no Ocidente de empresas para atuar na lavagem do dinheiro do narcotráfico. Ao mesmo tempo em que fazia isso, as guerrilhas revolucionárias (destaque especial para as FARC) passaram a tomar para si a produção e o refino das drogas, chegando hoje ao posto de líderes absolutos desse mercado. O resultado da ação conjunta? Essas organizações terroristas obtiveram os meios necessários para se auto-sustentar, e com uma capacidade ímpar para reinvestimentos (compra de armas), muito maior aliás do que tudo com que podiam contar na época em que dependiam do financiamento de Moscou. Em suma, o grande legado de Gorbachev não foi a implosão da Rússia comunista, mas sim a perenização do terrorismo comunista internacional e o crescimento exponencial do consumo de drogas mundo afora.

(A96) Partido Comunista da União Soviética.

(A97) Em termos. Os intelectuais do PPS já mencionam abertamente o nome de Gramsci na imprensa, e até Ciro Gomes já o fez, numa entrevista que vi reproduzida em seu site de candidatura. Tamanha desenvoltura certamente não é pouca coisa, nem algo simplesmente ignorável. Ademais, o número de acadêmicos estudando Gramsci só faz aumentar, e mesmo que estes não percebam claramente com o que estão lidando (conheço casos assim), isso ainda é deveras preocupante.

(A98) Recorde-se: fundado pelo próprio Antônio Gramsci.

(A99) O "social-liberalismo" é uma das muitas aberrações surgidas anos atrás no pensamento político. Trata-se duma espécie de mistura indigesta entre, por um lado, a defesa duma tal "liberdade política" e, por outro, a aceitação da ingerência estatal na área econômica. Enfim, mais um uso esquisito e algo invertido do termo "liberalismo".

(A100) Estou adaptando o quadro mostrado à página 108 para reprodução neste e-mail.

(A101) A "Convergência Socialista" era uma das alas do PT, inclusive uma das mais radicais. Separou-se deste ao considerá-lo excessivamente light.

(A102) O autor fala de Ciro Gomes.

(A103) Eu acrescentaria à lista: "nas comunidades virtuais, nos fóruns e nas listas de discussão na Internet".

(A104) Um exemplo: alguns partidos, como o PSDB, são a favor de "privatizações", isto é, de terceirizações gerenciais acopladas ao controle estatal indireto dos meios de produção por meio das chamadas "agências reguladoras" (ANEEL, ANATEL etc.), modelo este de forte inspiração fascista, ao passo que outros partidos, como o PT ou o PDT, preferem a princípio um controle mais direto que tem por

horizonte a completa estatização dos meios de produção, modelo este mais de acordo com os ideais marxistas. Mas como o autor bem aponta, essas distinções só são relevantes nas fases mais avançadas do projeto revolucionário. Durante a fase gramsciana da "luta pela hegemonia" ou a correspondente fase leninista do "trabalho de massa", tais questões são secundárias, facilmente ignoráveis e ninguém vê problema algum em fazer até o contrário do que se prega se puder com isso obter maiores vitórias políticas e/ou sociais. Ou seja, neste momento o que realmente importa é o avanço do projeto de hegemonização, e nisso todos concordam.

(A105) De onde, por exemplo, a atual e cada vez mais acentuada indiferença ante o aborto, afirmado como válido em vista dos fins que a mulher se determinou realizar (em linguagem gramsciana, seus "objetivos éticos") e que um(a) filho(a) "atrapalharia", valendo aí o princípio marxista de que os fins justificam os meios. Em outras palavras: "Como ter uma criança agora iria atrapalhar meu prazer e satisfação pessoais, ela pode, merece e deve morrer".

Num outro viés, este mesmo ponto serve a posteriori como objeto de crítica dos próprios socialistas. De que modo? Quando as pessoas já desvinculadas de princípios morais mais sólidos passam a exercitar sua nova amoralidade também em termos consumistas, o "mercado" é acusado pelos problemas daí advindos.

Dessa forma, o hedonismo provocado por essa gente acaba servindo a dois propósitos: no que auxilia a "causa", recebe todo o apoio e é até vinculado a conceitos como "justiça" (eventualmente, "justiça social") e, mais ainda, "liberdade", no sentido de "libertação da moral tradicional machista, branca e européia"; e no que gera demais efeitos negativos, serve para criticar o capitalismo e fortalecer a imagem moralista das esquerdas.

Se alguém tiver arriscado um orweliano "duplipensar" como definição da coisa, eu diria que acertou na mosca.

(A106) Uma sociedade em oposição a si mesma, onde as pessoas exigem o direito de violar as liberdades umas das outras, é o cenário ideal para que um "salvador da pátria" ascenda ao poder com poderes enorme, se não absolutos. Obviamente, o objetivo é que o "salvador" em questão seja membro do Partido.

(A107) Isso porque as diversas oposições particulares acabam sempre se revelando como discursos opondo supostos "exploradores" a supostos "oprimidos".

(A108) Sobretudo porque a militância organizada sempre é capaz de dar a impressão de que sua opinião minoritária é majoritária por força da orquestração, terminando por influir ativamente nas mais diversas atividades políticas.

(A109) No original este parágrafo faz parte do anterior, no que aparenta ser um erro de revisão.

(A110) As novelas da Globo são ótimos exemplos de manipulação do senso comum. É freqüente presenciarmos: a ridicularização da moral tradicional, sempre representada e defendida em tom cômico por personagens desequilibrados; a pregação da "ética do prazer"; os bordéis como ambientes plenos de sabedoria cujas prostitutas sempre sabem dar ótimos conselhos sobre tudo; os ricos mostrados de modo geral como malvados exploradores, salvo aquelas "honrosas excessões" que são os ricos que quase têm vergonha de o serem (isso se não a têm de fato) e que purgam essa vergonha defendendo ideais socialistas; e assim por diante.

Como Rousseau já ensinava, se a intenção é mudar os costumes de um povo, um dos caminhos mais rápidos é por meio de seu lazer, princípio que ele não apenas enunciou como de fato praticou. Quem quiser detalhes sobre essa sua prática pode buscá-los nos comentários acadêmicos a respeito das repercussões de seu romance "A Nova Heloisa", o qual influenciou profundamente os hábitos franceses na segunda metade do século XVIII e teve papel de destaque nos rumos da Revolução Francesa, muito mais até do que sua (hoje) famosa obra teórica "O Contrato Social", mãe dos socialismos do século XIX e avó do comunismo.

(A111) Como não é possível inserir uma tabela num e-mail desse tipo, reproduzi o texto dela da forma mais legível que pude encontrar.

(A112) Um exemplo recente disso foi uma matéria longa publicada algum tempo antes das eleições pela revista Época, onde se mostrava a "ficha" de Serra e Lula no antigo DOPS, e de tabela se lembrava, de novo, o quão repressor teria sido o governo militar. Orquestração é isso: ficar repetindo, repetindo, repetindo, repetindo...

(A113) Outro exemplo recente é a retirada dos artigos do Olavo de Carvalho dessa mesma revista Época, o que ocorreu logo após a redação ter "caído nas mãos" de um editor trotskista.

(A114) Que exemplo melhor de ativismo sobre a segurança pública do que o Viva Rio, que defende a "redução da violência" por meio do confisco e proibição do porte de armas, concedendo assim aos criminosos uma ampla liberdade de ação pela certeza de não haver riscos?

(A115) Nenhum outro governo investiu tanto dinheiro na "reforma agrária" quanto o de FHC. Se hoje em dia o MST tem condições de realizar ações desestabilizadoras de âmbito nacional isso se deve justamente a tal financiamento.

 NOTAS DE EDWARD WOLFF
 =====

(E1) Não sei se F.A.Hayek conheceu as obras de Gramsci, mas o capítulo "Quem, a Quem?" de seu "The Road to Serfdom" discorre precisamente sobre a inevitabilidade do totalitarismo sob a ordem socialista, se essa insistir na planificação econômica. Hayek nos mostra que, como o mercado relaciona e interliga todos os bens e serviços entre si, a tentativa em planificar apenas "um pedacinho" da economia acaba, cedo ou tarde, em planificá-la por completo. Um controle aqui, outro ali...

 NOTAS DE FÁBIO LINS
 =====

(F1) Na área urbana: Comando Vermelho e similares que, tendo armamento militar, não estão se preparando pra enfrentar polícia coisíssima nenhuma, e sim o exército caso o levante armado se faça necessário.
 Na área rural: MST, cujas invasões falam por si mesmas.
 Ambos notoriamente treinados e/ou apoiados pela esquerda.

 NOTAS DE JOAQUIM NETO
 =====

(J1) Também não é difícil detectar a influência macabra de Hegel nessas idéias. Gramsci deve ter babado em cima do "A Fenomenologia do Espírito" onde Hegel sustenta que o Estado é absolutamente racional na medida em que é a realização do que ele chama de "vontade substancial". Segundo ele essa tal de "vontade substancial" é um imóvel fim-em-si-mesmo, que detém "direito supremo sobre o indivíduo, cujo supremo dever é ser membro do Estado". Ele segue dizendo que "é apenas enquanto um de seus membros que o indivíduo tem objetividade, genuína individualidade, e uma vida ética. (...)"

Tudo isso fica ainda mais apavorante quando constatamos que essa irracionalidade toda começou com Platão, um dos filósofos mais influentes de todos os tempos! (N1)

NOTAS DE NIVALDO CORDEIRO

(N1) A melhor exposição das obras de Platão que li, encadeadas com o espírito do século IV a.C. da Grécia, está na obra de Werner Jaeger, "Paidéia". É volumoso, mas é também excelente. Está editado no Brasil pela Martins Fontes.

NOTAS DE THOMAS KORONTAI

(T1) É impressionante a organização e a logística de ataque. Espero que ainda tenhamos salvação e que a proposta federalista esteja chegando em tempo.

NOTAS DE REFERÊNCIAS

As indicações com números entre colchetes, [1], [2], [3], etc., remetem o leitor aos trechos selecionados em ANTÔNIO GRAMSCI, CADERNOS DO CÁRCERE, tradução e edição de Carlos Nelson Coutinho com outros, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

Cada nota indica o volume e a página do trecho selecionado na obra citada.

[Alterei o modo como as referências são apresentadas. De resto, a informação é a mesma. - Alexander]

QUESTÃO DE MÉTODO

[1] Vol. IV, pág. 18; Vol. IV, pág. 108.

GRAMSCISMO

[2] Vol. I, pág. 208; Vol. III, pág. 199; Vol. I, pág. 152; Vol. I, pág. 155; Vol. I, pág. 134; Vol. I, pp. 242 e 243; Vol. I, pág. 232; Vol. I, pág. 203; Vol. I, pp. 204 e 205; Vol. I, pág. 96; Vol. III, pág. 354; Vol. I, pág. 289; Vol. I, pág. 236; Vol. I, pág. 306.

[3] Vol. I, pp. 137 e 138.

Sociedade Civil e Hegemonia

[4] Vol. III, pág. 225.

[5] Vol. I, pág. 103; Vol. III, pág. 253; Vol. I, pág. 320; Vol. III, pág. 271.

[6] Vol. III, pág. 83; Vol. III, pág. 93.

[7] Vol. I, pág. 161; Vol. II, pp. 20 e 21; Vol. III, pág. 23.

Partido e Estado

[8] Vol. III, pág. 354; Vol. III, pág. 59; Vol. III, pág. 106; Vol. III, pág. 67; Vol. III, pág. 201; Vol. III, pág. 354; Vol. III, pág. 187.

[9] Vol. III, pág. 331; Vol. Vol. III, pág. 41; Vol. III, pág. 254; Vol. III, pág. 192; Vol. I, pág. 379.

Internacionalismo e Nacionalismo

[10] Vol. III, pág. 314; Vol. III, pág. 315.

[11] Vol. III, pág. 24; Vol. III, Nota 10, pág. 361.

Luta de Classes e Reformismo

[12] Vol. III, pág. 235; Vol. III, pág. 53; Vol. I, pág. 396; Vol. III, pp. 319 e 320; Vol. III, pág. 234; Vol. III, pág. 315.

[13] Vol. IV, pp. 87 e 88.

Liberdade e Democracia

[14] Vol. I, pág. 234; Vol. I, pág. 300; Vol. I, pág. 316; Vol. III, pág. 240.

[15] Vol. III, pág. 287; Vol. III, pág. 204; Vol. III, pág. 166; Vol. III, pp. 89

e 90; Vol. III, pág. 250; Vol. III, pág. 200; Vol. III, pág. 282.

Conclusão

[16] Vol. II, pp. 64 e 65.

CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE GRAMSCI

Guerra de Movimento e Guerra de Posição

[17] Vol. III, pág. 262; Vol. III, pág. 255; Vol. III, pág. 261; Vol. III, pág. 124; Vol. III, pág. 24.

Conceito Estratégico de Gramsci

[18] Vol. I, pág. 210.

FASE ECONÔMICO-CORPORATIVA

Organização do Partido

[19] Vol. III, pág. 354; Vol. III, pág. 316; Vol. III, pág. 267; Vol. III, pp. 316 e 318; Vol. III, pág. 59; Vol. III, pág. 37; Vol. III, pág. 222; Vol. III, pág. 164; Vol. III, pág. 187.

[20] Vol. III, pp. 90 a 92; Vol. III, Nota 81, pág. 378; Vol. III, pág. 108; Vol. III, pág. 199.

[21] Vol. III, pág. 201; Vol. I, pág. 105; Vol. III, pág. 85; Vol. III, pág. 166; Vol. III, pág. 325; Vol. III, pág. 248; Vol. III, pág. 320; Vol. III, pág. 166.

Defesa da Democracia

[22] Vol. I, pp. 399 e 400; Vol. III, pp. 350 e 351; Vol. III, pág. 343.

LUTA PELA HEGEMONIA

[23] Vol. III, pp. 47 e 48; Vol. I, pág. 399; Vol. III, pág. 103.

O Partido e os Intelectuais Orgânicos

[24] Vol. I, pág. 105; Vol. II, pág. 25; Vol. II, pág. 24; Vol. I, pág. 293; Vol. II, pp. 20 e 21; Vol. II, pág. 53; Vol. I, pág. 247; Vol. III, pág. 303; Vol. II, pp. 15 e 16; Vol. II, pág. 23; Vol. I, pág. 104; Vol. II, pp. 18 e 19; Vol. I, pág. 111.

Organização das Classes Subalternas

[25] Vol. III, pág. 332; Vol. III, pág. 80; Vol. III, pág. 253; Vol. III, pág. 338; Vol. III, pág. 270.

Reforma Intelectual e Moral da Sociedade

[26] Vol. I, pp. 95 e 96; Vol. I, pág. 108; Vol. III, pág. 190.

Superação do Senso Comum

[27] Vol. I, pp. 118 e 119; Vol. II, pág. 209; Vol. I, pp. 114 e 115; Vol. I, pág. 250; Vol. I, pág. 101; Vol. I, pág. 126; Vol. I, pág. 98; Vol. I, pág. 100; Vol. II, pág. 205; Vol. II, pág. 175; Vol. II, pág. 199; Vol. I, pág. 208; Vol. III, pág. 173; Vol. II, pág. 95.

[28] Vol. I, pág. 200; Vol. I, Nota 58, pág. 468.

[29] Vol. I, pág. 110; Vol. II, pág. 206.

A Conscientização Político-Ideológica

[30] Vol. I, pp. 103 e 104; Vol. I, pág. 116; Vol. I, pp. 93 e 94; Vol. I, pág. 101; Vol. I, pág. 103; Vol. I, pág. 398; Vol. I, pág. 109; Vol. I, pág. 96; Vol. I, pág. 111.

Formação do Consenso

[31] Vol. III, pág. 119; Vol. III, pág. 83; Vol. III, pág. 95.

[32] Vol. III, pág. 265; Vol. II, pág. 217; Vol. I, pág. 114.

Neutralização do Aparelho Hegemônico e de Coerção da Burguesia

[33] Vol. III, pág. 73; Vol. III, pág. 97; Vol. II, pág. 78; Vol. I, pág. 112; Vol. II, pág. 79; Vol. II, Nota 18, pág. 296.

Ampliação do Estado

[34] Vol. III, pág. 73; Vol. III, pp. 262 e 263; Vol. III, pág. 279; Vol. III, pág. 282.

Conclusão

[35] Vol. IV, pág. 54.

FASE ESTATAL

O Moderno Príncipe

[36] Vol. III, pp. 222 e 223; Vol. III, pág. 14; Vol. III, pág. 16; Vol. III, pp. 60 e 61; Vol. III, pág. 59; Vol. III, pp. 18 e 19; Vol. III, pág. 254; Vol. III, pp. 307 e 308.

[37] Vol. III, pp. 16 e 17; Vol. III, pág. 210.

A Crise Orgânica

[38] Vol. III, pp. 37 e 38.

[39] Vol. III, pp. 245 e 246; Vol. III, pág. 186; Vol. III, pp. 194 e 197; Vol. III, pág. 198.

[40] Vol. III, pág. 60.

[41] Vol. III, pág. 184; Vol. III, pp. 295 e 296; Vol. III, pág. 70; Vol. III, pág. 79; Vol. III, pág. 96; Vol. I, pág. 199; Vol. III, pág. 44; Vol. III, pág. 61.

A Tomada do Poder

[42] Vol. III, pág. 329; Vol. III, pág. 349; Vol. III, pág. 24; Vol. III, pág. 46.

[43] Vol. III, pp. 40 a 45.

[44] Vol. III, pág. 124; Vol. III, pp. 122 a 124; Vol. III, pág. 125; Vol. III, Nota 87, pág. 379; Vol. III, Nota 9, pág. 385; Vol. III, pág. 76; Vol. III, pág. 78.

Fundação do Novo Estado

[45] Vol. III, pág. 279; Vol. III, pág. 280; Vol. III, pág. 279; Vol. III, pp. 204 e 205; Vol. III, pág. 274; Vol. III, pág. 276; Vol. III, pág. 22; Vol. I, pág. 89; Vol. III, pág. 290; Vol. III, pp. 284 e 285; Vol. III, pág. 271.

[46] Vol. III, pág. 30; Vol. II, pág. 260; Vol. III, pág. 73; Vol. III, pág. 74; Vol. III, pag. 89; Vol. IV, pág. 105; Vol. III, pág. 69; Vol. IV, pág. 229.

Transformações para o Socialismo

[47] Vol. III, pág. 286; Vol. III, pág. 28.

[48] Vol. III, pág. 53; Vol. I, pág. 328; Vol. I, pág. 237; Vol. III, pág. 261; Vol. III, pág. 285; Vol. I, pág. 106; Vol. III, pág. 224.

[49] Vol. I, pág. 324.

[50] Vol. III, pag. 240; Vol. III, pág. 28; Vol. II, pág. 248; Vol. III, pág. 249; Vol. III, pág. 23; Vol. II, pág. 232; Vol. III, pág. 289; Vol. II, pág. 232.

[51] Vol. III, pág. 17; Vol. III, pág. 13; Vol. III, pág. 18; Vol. III, pág. 308.

[52] Vol. III, pág. 200; Vol. III, pág. 279; Vol. III, pp. 319 e 320; Vol. III, pág. 310; Vol. III, pág. 250.

Conclusão

[53] Vol. III, pág. 244.

A UTOPIA

A Sociedade Comunista

[54] Vol. III, pág. 238.

[55] Vol. III, pp. 223 e 224; Vol. III, pág. 315; Vol. I, pág. 260.

[56] Vol. III, pág. 286; Vol. III, pp. 244 e 245.

A Passagem para o Comunismo

[57] Vol. III, pág. 51; Vol. I, pág. 243; Vol. I, pág. 212.

[58] Vol. III, pág. 26; Vol. I, pág. 289; Vol. I, pág. 283; Vol. I, pág. 250; Vol. I, pág. 121; Vol. I, Nota 22, pág. 461; Vol. I, pág. 237.

[59] Vol. I, pp. 314 e 315.

[60] Vol. I, pág. 140; Vol. III, pág. 36; Vol. I, Nota 36, pág. 463; Vol. III, pp. 36 e 37; Vol. I, pág. 140; Vol. I, pp. 203 e 204; Vol. I, pp. 206 e 207; Vol. III,

pág. 295; Vol. III, pp. 286 e 287.

 COMPLEMENTO:

"OUTRA VEZ A 'VIA PACÍFICA'?"
 =====

Por Sergio Augusto de Avellar Coutinho Ombro a Ombro, Out/2002 . Mídia Sem Máscara, Ano 1, n.º 4, 16/Out/2002 . <http://www.midiasemmascara.org/materia.asp?cod=110>

Logo depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956 nasceu uma nova versão da revolução marxista-leninista que ficou conhecida por Via Pacífica para a tomada do poder nos países não comunistas. Em síntese, a via pacífica ou etapista é uma alternativa ao assalto direto ao Estado, recomendando que a revolução socialista seja realizada em duas etapas. Na primeira, denominada Revolução Nacional-Democrática, o partido revolucionário usa as franquias democráticas do país e desenvolve uma ação política aparentemente legítima para conquistar o governo pela via eleitoral.

Esta fase política admite alianças com todas as tendências de esquerda e mesmo com organizações burguesas de centro e de direita para eleger um candidato próprio e estabelecer um Governo Popular-Democrático, um Governo de Coalizão, Governo dos Trabalhadores ou com qualquer outro nome de fachada, conforme a conveniência ou tendência política do Partido hegemônico.

A segunda etapa, denominada Revolução Socialista, é aquela em que o partido ou frente elabora a "acumulação de forças" e cria as "condições subjetivas e objetivas" para realizar o "salto qualitativo", ato de força (golpe-de-estado ou violência armada) para tomar o poder pleno, implantar a Ditadura do Proletariado e impor a nova ordem socialista.

Este modelo revolucionário foi tentado no Brasil em 1961/1964 quando o Partido Comunista Brasileiro (hoje denominado Partido Popular Socialista) apoiou a posse do Vice-Presidente João Goulart, juntamente com forças nacionalistas-populistas, na crise decorrente da renúncia inusitada do Presidente Jânio Quadros. Conseguida a posse, o Partido passou a buscar o domínio do governo para realizar seus objetivos revolucionários.

Esta versão de tomada do poder também foi tentada por Salvador Allende no Chile em 1970/1973, quando foi eleito Presidente da República com o apoio de uma frente de esquerda denominada Unidade Popular. Tanto no Chile como no Brasil, a tentativa de tomada do poder, levada a efeito após a conquista legal do governo, fracassou porque foi possível a intervenção político-militar em resposta ao apelo da sociedade nacional, para quem ficou evidente o projeto revolucionário comunista conduzido sob a máscara constitucional.

Os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e José Serra venceram o primeiro turno das eleições presidenciais de 2002. Um deles será o nosso novo Presidente da República, com direito à reeleição.

Outra vez, passados quase 40 anos, a Via Pacífica volta a ter oportunidade de ser tentada no quadro político que decorrerá dos resultados das eleições presidenciais no Brasil.

O que poderemos esperar de cada um destes presidenciais, ambos de esquerda radical?

O candidato José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira é um marxista, ex-agitador estudantil e foi militante da antiga Ação Popular de inspiração marxista-leninista. Seu discurso é ambíguo mas sua entrevista à revista VEJA (nº

1772, de 09 Out 2002) deixa transparecer sua aproximação com o gramscismo. Se eleito e vier a seguir a concepção de Antônio Gramsci, vai tentar o "salto qualitativo" para tomar o poder. Entretanto, o seu Partido não é gramscista; é de tendência marcadamente Fabiana, isto é, social-democrata de versão britânica. Por isto, é provável que não tomará a posição revolucionária de partido orgânico em apoio a uma ruptura para a tomada do poder. José Serra deverá ser levado a se conformar com o papel de socialista radical, muito mais do que FHC, aprofundando as reformas socializantes.

O candidato Lula da Silva representa o Partido dos Trabalhadores, partido socialista revolucionário de práxis fortemente gramscista. Apesar de sua feição original nasserista (supostamente de socialismo nacionalista) está integrado ao Fórum de São Paulo, organismo que o liga ao regime do coronel Chavez da Venezuela, à ditadura de Fidel Castro e a mais de três dezenas de partidos e organizações comunistas no mundo, inclusive as FARC da Colômbia.

"O projeto do PT é conquistar o poder (não só o governo) para transformar o Brasil numa sociedade democrática (sic) e socialista. Para acabar com o capitalismo e iniciar a construção de uma sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical: (...) promovendo uma verdadeira revolução democrática no Brasil". (<http://www.pt-rs.org.br/docs/oqueept.htm>)

Muito possivelmente o Partido dos Trabalhadores poderá tentar o "salto qualitativo" para o socialismo criando as condições para a ruptura usando as "pressões de base" (lembrar os "caras pintadas" de 1992), as "pressões de cúpula" e o recurso do referendo popular para superar possíveis resistências do Congresso às mudanças socializantes implementadas pelo Partido. Contará para isto com a militância partidária: sindicalistas, estudantes, movimentos populares e clero progressista.

Para o momento da ruptura poderá contar com o Movimento dos Sem-Terra (MST) para agir como braço armado. Quem viver, verá.
